

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

FELIPE RIBASCIK

**O INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO E OS ACERVOS POSSÍVEIS NA
DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985): censura ou controle das edições?**

**PORTO ALEGRE
2022**

FELIPE RIBASCIK

**O INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO E OS ACERVOS POSSÍVEIS NA
DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985): censura ou controle das edições?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação na linha de pesquisa Informação e Sociedade.

Orientadora: Prof. Dra. Marcia Heloisa Tavares de Figueredo Lima

PORTO ALEGRE

2022

R482 Ribascik, Felipe

O Instituto Nacional do Livro e os acervos possíveis na ditadura civil-militar: censura ou controle das edições? / Felipe Ribascik. -- 2022. 108 f.
Orientadora: Marcia Heloisa de Figueredo Lima.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Livros. 2. Controle das edições. 3. Censura. 4. Ditadura militar. I. Lima, Marcia Heloisa de Figueredo, orient. II. Título.

CDD 020

FELIPE RIBASCIK

O Instituto Nacional do Livro e os acervos possíveis na ditadura civil-militar: censura ou controle das edições?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação na linha de pesquisa Informação e Sociedade.

Aprovado em: _____

Banca examinadora

Prof. Dra. Marcia Heloisa Tavares de Figueredo Lima (orientadora)

Profa. Dra. Elisabete Gonçalves Souza (membro externo)

Prof. Dr. Luis Fernando Herbert Massoni (membro externo)

Prof. Dr. Rodrigo Silva Caxias de Sousa (membro interno)

Profa. Dra. Evelin Mintegui (membro interno suplente)

Porto Alegre
2022

A minha família, em especial a Katia e Pietro

AGRADECIMENTOS

Ter enfrentado uma pandemia durante a realização do mestrado em Ciência da Informação foi um desafio em dobro para a sua concretização.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da UFRGS que se lançaram ao desafio de ministrar aulas à distância, vencendo todas as dificuldades possíveis para amenizar a impossibilidade do contato presencial.

Agradeço à minha orientadora professora Marcia, mesmo que tenhamos nos encontrado apenas uma vez presencialmente, persistiu na tarefa de me orientar nesta pesquisa. Sentirei falta dos nossos *happy hours* a distância nas sextas-feiras à noite, que eram nossos momentos de orientação. Também agradeço por tê-la como orientadora no final de sua carreira acadêmica. Que a sua aposentadoria lhe reserve muitos momentos felizes.

Agradeço ao prof. Rodrigo Caxias que me atendeu em um sábado pela manhã, forneceu muitas dicas valiosas para a pesquisa e também pelas suas cobranças na intenção de incentivar para a realização de um trabalho final melhor.

Agradeço pela oportunidade de ter conhecido e compartilhado momentos para trocas de ideias, sempre à distância, com Amanda, Francine, Luciana e Patrícia, da turma de quinta da disciplina de Metodologia da Pesquisa. Em um trabalho solitário que é o de pesquisar e escrever uma dissertação foi muito bom poder contar com a ajuda e o incentivo de vocês. Obrigado pelas terapias *online* que realizamos ao longo do curso, onde tínhamos a oportunidade de dividir nossas dúvidas, angústias, mas principalmente conquistas.

Agradeço a todos os colegas de trabalho que me ajudaram trocando de horário ou me cobrindo no trabalho, pois ser um trabalhador e um estudante concomitantemente é uma tarefa árdua no Brasil. Por isso agradeço a: Ariane, Cátia, Sônia, Liane, Fabiane, Ângela, Vanessa, Leonardo e a todos os demais que trabalham comigo e me ajudaram trocando horários para que eu pudesse estudar e realizar meu trabalho de pesquisa.

In memoriam de Moacir Paulino Bueno, uma das milhares de vítimas da pandemia de covid-19 que nos assola. Muito obrigado pelas dicas, sugestões e principalmente apoio quando iniciei o mestrado. O resultado está aqui, espero que onde estiver consiga ver a realização desse projeto iniciado há mais de 2 anos quando ainda estava entre nós.

Agradeço aos membros da banca de qualificação e de defesa pela leitura atenta e sugestões, que espero, eu possa aproveitar em trabalhos e estudos posteriores.

Agradecimentos especialíssimos para meus amores Katia e Pietro. Primeiro peço desculpas pelo tempo que soneguei de vocês. Mas foi preciso para poder concretizar esse trabalho. Meu filho, espero estar sendo um bom exemplo para ti. Que prossiga teus estudos e realize teu sonho de se tornar veterinário. Com certeza serei o pai mais feliz do mundo quando alcançares esse objetivo. Minha amada Katia sabe muito bem que estou realizando um sonho de algum tempo. Por isso quero dividir contigo essa conquista, mais uma das muitas que ainda virão graças a tua ajuda. Sozinhos não somos nada, por isso és minha companheira de vida.

O livro não é só companheiro amigo, que instrui, que diverte, que consola. É ainda e sobretudo o grande semeador, que, pelos séculos afora, vem transformando a face da terra. Encontraremos sempre um livro no fundo de todas as revoluções.

É, portanto, dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigilando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas (Gustavo Capanema, 1937).

RESUMO

A pesquisa visou, a partir do pano de fundo (método histórico da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) instaurado no Brasil, em um movimento de aproximação histórica dessa temática, verificar a existência de censura imposta aos livros. Durante um período da ditadura civil-militar brasileira, as editoras passaram a receber um incentivo financeiro para a publicação de obras via Instituto Nacional do Livro (INL). Ao lado desta política de co-edições, desde o ano de 1937, quando o INL foi fundado durante o governo de Getúlio Vargas, era desenvolvido um projeto para expansão de bibliotecas em várias cidades brasileiras o que implicava no controle sobre os livros publicados para fins de distribuição. Os livros eram controlados desde a sua edição, pois havia editoras que participavam do programa financiado pelo INL que tinham suas obras avaliadas por editores. Após a análise do editor, os livros estariam disponíveis para entrarem no circuito comercial de distribuição e vendas. A chancela do editor oferecia um atestado de legitimidade para o texto, pois fazia parte de uma política editorial de se publicar somente as obras e os autores que fossem de interesse do INL. Portanto, o editor tinha a tarefa de atribuir uma espécie de atestado de qualidade à obra, invariavelmente estabelecendo um acordo com as ideias do autor. Por outro lado, existia a figura do censor que era um agente a serviço dos interesses do Estado com poder de permitir ou negar a publicação de uma obra. Sua ação era legal perante o ordenamento jurídico, embora fosse um desrespeito ao potencial criativo de um autor. Ao censor, falta a aura da legitimidade socialmente atribuída ao editor, já que seus padrões não são os de qualidade, mas adequação aos ditames do governo a que serve.

Palavras-chave: livro; controle da edição; Instituto Nacional do Livro (BRASIL); ditadura civil militar brasileira.

ABSTRACT

The research aimed, from the background (historical method of the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985) established in Brazil, in a movement of historical approximation of this theme, to verify the existence of censorship imposed on books. During a period of the Brazilian civil-military dictatorship, publishers began to receive a financial incentive for the publication of works via the National Book Institute (INL in portuguese). Beside this policy of co-editions, since 1937, when the INL was founded during the government of Getúlio Vargas, a project was developed for the expansion of libraries in several Brazilian cities, which implied control over books published for distribution purposes. The books were controlled since their edition, as there were publishers who participated in the program financed by INL that had their works endorsed by publishers. After the editor's analysis, the books would be available to enter the commercial distribution and sales circuit. The editor's seal offered a certificate of legitimacy for the text, as it was part of an editorial policy to publish only the works and authors that were of interest to the INL. Therefore, the editor had the task of assigning a kind of quality certificate to the work, invariably stagnating an agreement with the author's ideas. On the other hand, there was the figure of the censor who was an agent in the interests of the State with the power to allow or deny the publication of a work. His action was legal before the legal system, although it was a disrespect to the creative potential of an author. The censor lacks the aura of legitimacy socially attributed to the editor, since his standards are not those of quality, but adequacy to the dictates of the government to which he serves.

Keywords: book: editing control; National Book Institute (Brazil); civil-military dictatorship.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ANCORAGEM METODOLÓGICA	20
3 ANCORAGEM TEÓRICA	23
3.1 O livro como objeto de estudo	29
3.2 A ditadura civil militar no Brasil: o contexto político para os livros	33
3.3 Livro como problema: de um objeto de desejo de poucos a um problema de controle e censura para muitos	36
3.4 Três exemplos de práticas de censura aos livros	41
3.5 A tensão entre publicar e censurar no Brasil	47
4 O INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO (INL): A EDITORAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS LIVROS NO BRASIL	51
4.1 Censura aos livros durante a ditadura civil-militar brasileira	59
4.2 Profissão: censor	66
4.3 Os livros que foram perseguidos	71
4.4 Censura aos livros no período democrático brasileiro	76
5 RESULTADOS	81
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	88
ANEXOS	93
ANEXO A - ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968	94
ANEXO B - PORTARIA Nº 35, DE 11 DE MARÇO DE 1970	97
ANEXO C - LEI Nº 5.543, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1968	99
ANEXO D - LEI Nº 4.483, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1964.	100
ANEXO E - DECRETO-LEI Nº 1.077, DE 26 DE JANEIRO DE 1970	102
ANEXO F - LEI Nº 5.536, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1968	103
ANEXO G - PARECER NEGATIVO DA CENSURA A UM LIVRO DA AUTORA CASSANDRA RIOS	105
ANEXO H - PARECER NEGATIVO DE UM CENSOR AO LIVRO “FELIZ ANO NOVO”	106
ANEXO I - LEI Nº 7.505, DE 2 DE JULHO DE 1986.	107

1 INTRODUÇÃO

Um grupo de militares, com apoio dos Estados Unidos e de membros da sociedade civil brasileira da época, assumiu o governo do Brasil no dia 31 de março de 1964. Assim, o Brasil passou a viver sob a tutela de um regime de exceção que durou cerca de 21 anos: o regime militar, que no Brasil ficou mais conhecido como ditadura militar (há autores que escreveram sobre a ocorrência de uma ditadura civil-militar, concordamos com essa linha de pensamento e a utilizamos nesse trabalho).

Ainda hoje ocorrem debates sobre esse período da História do Brasil, como por exemplo: se ocorreram avanços econômicos, se os índices de corrupção e de criminalidade foram maiores ou menores, infelizmente, esses últimos dois temas, ainda tão presentes na realidade brasileira do século XXI. O certo é que a ditadura civil-militar deixou marcas em alguns setores da sociedade brasileira, principalmente no tocante à incerteza quanto aos benefícios da democracia e da pluralidade. Alguns dos seus dispositivos mais evidentes e institucionalizados foram as ações relacionadas à censura e as perseguições políticas tanto de pessoas, grupos civis organizados e até mesmo de empresas que se posicionaram contrárias ao regime de exceção que vendia a falsa ideia de que estava salvando o país de um perigo maior: o comunismo que nunca existiu ou representou “perigo” para o sistema econômico capitalista assentado no Brasil.

Após assumirem o poder, os membros da ditadura civil-militar passaram a perseguir todos os que se opusessem às suas ideias. A justificativa para muitas das atitudes tomadas era o de que havia o perigo de grupos comunistas chegarem ao poder, as pessoas perderiam seus bens e teriam que dividi-los perdendo o que haviam conquistado em suas vidas com muito trabalho. Então, diante desse “perigo”, seria preciso agir. Assim, muitas pessoas que pensavam diferente, ou melhor não compactuavam com o regime, eram levadas para interrogatórios sumários, sem uma convocação judicial, ficavam dias ou meses sob a tutela arbitrária dos órgãos de “segurança” do Estado e depois muitos deles acabavam desaparecendo sem deixar vestígio algum, sem que uma explicação convincente fosse dada sobre esses desaparecimentos.

Nesse sentido, a censura, ou controle da produção escrita, radiofônica, televisiva, cinematográfica, teatral e musical por parte do Estado, começou a atuar em gráficas e editoras de jornais, revistas e livros, pois acreditavam que houvesse o risco de livros e

jornais conterem alguma informação “perigosa” que pudesse contestar o regime e trazer riscos para seu governo. Assim muitos autores e editores foram coagidos por censores, a serviço do governo ditatorial, que autorizavam ou não a publicação de matérias em jornais, revistas ou de obras literárias. A liberdade de pensamento e expressão passou a sofrer restrições e isso acabou provocando uma série de outros desdobramentos negativos para a sociedade brasileira do período.

Um salto no tempo e, quase sessenta anos depois, vemos casos de censura a livros sendo noticiados, demonstrando que ainda não superamos esse tema. Por esse motivo, o presente trabalho de pesquisa começou a ser idealizado durante a campanha presidencial para o quadriênio 2018-2022, no ano de 2017, quando o então candidato à presidência da república do Brasil, Jair Bolsonaro, ao questionar o livro intitulado “Aparelho Sexual e Cia”, acabou envolvendo a obra em uma polêmica. Ele afirmou que a referida obra fora comprada pelo Ministério da Educação (MEC) para fazer parte de uma campanha que, supostamente, promoveria o homossexualismo dentro das escolas brasileiras, constituindo-se em uma violação aos valores morais da “tradicional família brasileira”. Assim, através da ação de grupos religiosos e políticos, passou a divulgar-se que o conteúdo da obra era uma afronta para todas os homens de bem que preservam a moral e os bons costumes, base das famílias brasileiras. Contudo, não foram encontradas provas, tampouco nunca se comprovou a existência de nenhum programa educacional gerido ou criado pelo MEC que sugerisse influenciar a orientação sexual de alunos das escolas brasileiras, que incentivasse práticas sexuais precoces ou qualquer tipo de ação que pudesse influenciar a sexualidade de crianças e jovens estudantes de escolas brasileiras.

Em outro caso ocorrido há cerca de 2 anos e meio, mais precisamente no dia 6 de fevereiro de 2020, o governo do Estado de Rondônia publicou uma lista com 43 livros proibidos para jovens e crianças sob a alegação de conteúdo inapropriado para a faixa etária a qual se destinavam. Entre as obras “inapropriadas” constava “Os Sertões”, de autoria de Euclides da Cunha, um clássico da literatura brasileira, onde o autor realizou uma descrição muito detalhada dos acontecimentos verificados *in loco* por ele da Guerra de Canudos¹. Dessa forma, o governo de Rondônia divulgou uma espécie de *Index*² sem

¹ Conflito armado que envolveu o Exército Brasileiro e membros da comunidade sócio-religiosa liderada por Antônio Conselheiro, em Canudos, no interior do estado da Bahia. Os confrontos ocorreram entre 1896 e 1897, com uma enorme mortandade dos cerca de 25.000 habitantes de Canudos.

² O *Index Librorum Prohibitorum* ou **Índice dos Livros Proibidos** era uma lista de publicações consideradas uma heresia, anticlericais ou lascivas e proibidas pela Igreja Católica. A primeira versão do *Index* foi promulgada pelo Papa Paulo IV em 1559 e uma versão revista desse foi autorizada pelo Concílio de Trento. A última edição do índice foi publicada em 1948 e o *Index* só foi abolido pela Igreja Católica

uma justificativa plausível para proibir os livros nas bibliotecas públicas das escolas daquele Estado da federação brasileira. Um episódio semelhante que também nos chamou a atenção sobre a questão da censura aos livros, ocorrido no ano de 2021, foi a tentativa do então presidente da Fundação Zumbi dos Palmares Sérgio Camargo, de retirar do acervo da fundação livros de autores, que segundo a sua ótica, incitavam a revolução sexual, a sexualização precoce de crianças, o banditismo e a divulgação de técnicas de guerrilhas. Entre os livros havia exemplares raros que poderiam ter sido descartados somente pela decisão monocrática de uma pessoa que simplesmente pensava ter a autoridade para decidir se aquelas obras eram ou não importantes conforme a sua avaliação pessoal.

A partir desses casos, despertou-nos o interesse sobre o tema da censura aos livros no Brasil, pois muitas vezes pensamos que a censura seja algo superado, que não tem mais como acontecer na sociedade brasileira devido a todos os estragos ocorridos durante o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). É incrível, mas a História tende a se repetir, não tiramos nenhum tipo de aprendizado com o que aconteceu em nosso país! Assim, veio-nos a hipótese de que a censura aos livros ainda está muito presente dentro de nossa sociedade.

Após a realização de pesquisas exploratórias em bases de dados foi possível constatar que o tema é pouco abordado por pesquisadores da área da Ciência da Informação (CI). Dessa feita, salienta-se que a questão do estudo da censura, nesse caso específico dos livros, faz-se necessária, pois é preciso mostrar para os estudiosos do domínio da CI, bem como para o maior número de pessoas possível, que ações de censura não trouxeram e não trarão nenhum benefício para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Pelo contrário, provocam prejuízos para escritores, editoras e lacunas de estudo para todos aqueles que não conseguem acesso às informações constantes na obra censurada.

Para exemplificarmos essa questão da censura de livros nos Brasil, durante a vigência da ditadura civil-militar, utilizamos o trabalho de Lima & Lima (2010). Na sua pesquisa, as autoras realizaram uma compilação de 88 títulos de obras censurados no período compreendido entre os anos de 1964-1985, onde 76 obras foram extraídas do levantamento bibliográfico sobre censura nos meios de comunicação realizado da seguinte forma: livros da Biblioteca de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da

em 1966 pelo Papa Paulo VI. Nessa lista estavam livros que iam contra os dogmas da Igreja e que continham conteúdo considerado impróprio.

UFRJ, 2 obras da Lista de livros proibidos pelo Ministério da Justiça elaborada por Otero (2003 e 10 da Listagem da Seção: Censura Prévia – Série: Publicações da Divisão de Censura de Diversões Públicas. As obras anteriores foram comparadas com as dos catálogos *online* de instituições de importância na guarda e produção intelectual, em bibliotecas de instituições públicas ou privadas localizadas no Estado do Rio de Janeiro, tais como a: Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Biblioteca Parque Estadual (BPE), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Arquivo Estadual do Rio de Janeiro (APERJ) e Rede *Pergamum* (essa uma rede virtual de abrangência nacional de bibliotecas usuárias do sistema *Pergamum*).

Durante a realização de sua pesquisa, Lima & Lima (2010) verificaram que das 88 obras de cunho político (obras consideradas subversivas e contra a ordem estabelecida pela ditadura), 36 delas não foram localizadas em bibliotecas cariocas físicas. Destes 36 títulos, 12 estavam em idioma estrangeiro e 24 em língua portuguesa. No comércio livreiro de livros novos foram encontradas apenas 2 obras à venda, sendo que uma delas era comercializada em formato de *e-book*. Analisando as datas de publicação das últimas edições dos títulos encontrados, as autoras constataram que 5 títulos foram republicados entre os anos de 1985-2000 e 8 delas a partir do ano 2000. O levantamento realizado pelas autoras demonstrou que os títulos censurados estavam sendo reeditados em percentual muito pequeno (menos de 15% dos 88 livros por elas examinados), menos provavelmente por terem perdido a relevância e sua abordagem não responderem mais aos anseios intelectuais dos acadêmicos, pesquisadores e estudantes e mais por estarem próximo à entrada em domínio público. No comércio de livros usados, foi encontrado um número expressivo de 52 obras no site eletrônico Estante Virtual³. E foram encontrados 12 títulos em domínio público, sendo que somente 1 título não foi localizado em nenhuma instituição pesquisada pelas autoras. Assim, as autoras constataram que a *internet* virou uma forma de espaço e suporte de acesso às obras que não são mais publicadas por falta de interesse do mercado editorial. Segundo os resultados daquela pesquisa, é possível supor que livros censurados dificilmente voltam para o circuito normal de editoração e venda no Brasil.

³ Rede de comércio eletrônico criada em 2005, que reúne o maior acervo de lojas que vendem livros usados e novos no Brasil de forma *on-line*.

Mas, estamos falando de censura. O que é censura? Segundo o dicionário *Priberam* a palavra censura significa:

1. *Ato ou efeito de censurar.*
2. *Crítica severa, repreensão.*
3. *Exame oficial de certas obras ou escritos.*
4. *Corporação a que compete esse exame.*
5. *Pena eclesiástica que priva os fiéis dos bens espirituais.*

Já o verbo censurar tem como significados: Criticar; Condenar; Repreender.

A presente pesquisa visou, a partir do pano de fundo histórico da ditadura civil-militar (1964-1985) instaurada no Brasil, em um movimento de aproximação histórica desta temática, verificar a existência de censura imposta aos livros, quais os motivos ou justificativas que levaram a perseguições de cunho político contra autores, escritores e editoras permitindo ou não a publicação de suas obras.

Por outro lado, nossa pesquisa visou um olhar para outra face do controle dos livros: consideramos que antes da instalação da ditadura civil-militar, foi desenvolvido um projeto para a expansão de bibliotecas públicas em várias cidades brasileiras desde o ano de 1937, a partir do governo do então presidente Getúlio Vargas. Esse período da História do Brasil, igualmente crítico da história brasileira, também é considerado como uma época de ditadura (1930-1945). Data desse período a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), um órgão pioneiro ao estabelecer uma política para a formação de bibliotecas públicas, disseminação de livros e incentivo à leitura no Brasil. Contudo, as bibliotecas tinham seus acervos construídos a partir de livros enviados - editados ou co-editados e distribuídos - pelo INL. Seria possível apontar que ocorreram ações de censura ou isso não aconteceu, pois já haviam sido excluídos da possibilidade de edição e circulação os livros considerados subversivos pelos órgãos de controle do governo do período? Quando podemos falar de censura a livros? A edição pelo INL seria uma forma de censura? Ou, ao contrário, a censura só pode ser compreendida como tal quando se recolhem os exemplares de uma edição já circulante? Esses foram os principais

questionamentos levantados durante o processo de pesquisa e coleta de dados para o desenvolvimento do trabalho. De antemão, durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985), já é sabido que várias obras e autores sofreram ações de censura por parte de agentes do governo. Mas em relação a esse ponto como eram essas ações, quais as obras e autores selecionados que sofreram algum ato de censura?

Olhando as duas pontas do problema - a edição e a censura propriamente ditas - percebeu-se a existência de uma política de controle dos livros, que estabelecia, de um lado, quais livros deveriam ser publicados, distribuídos e de outro, as obras que seriam censuradas. Além disso, há uma possível capilaridade: esse processo estendeu-se de escritores para editoras e posteriormente, para as bibliotecas públicas.

Em um primeiro momento, procuramos saber de que forma e quais seriam os livros proibidos pelos censores que trabalhavam para a ditadura. Mas, ao lado de uma política de censura explícita aos livros, interessa-nos enfatizar outra face deste problema: ao mesmo tempo que existiram livros proibidos ou editores perseguidos, existiram editoras que obtiveram altos lucros ao fecharem acordos com o Estado para compra de livros - incentivados - que seriam enviados para os acervos de bibliotecas públicas em várias cidades brasileiras⁴. De um lado a censura explícita de outro incentivo à publicação de determinados livros. Parece-nos um jogo de proibir e incentivar.

Destarte, realizamos uma pesquisa para verificar não a ocorrência de censura à publicação de livros, mas uma pesquisa bibliográfica perseguindo a tese da existência de um contraponto à censura: desconfiamos e construímos a hipótese de que as práticas editoriais de organismos estatais - como o INL - seriam representativas de um sistema autoritário instaurado no país entre 1964 e 1985. O tema é relevante, visto que atualmente estamos vivenciando um retrocesso, onde se propaga um discurso de valorização da moral e dos bons costumes, com a alegação de que se está agindo na defesa dos valores da tradicional família brasileira. Essa prática está sendo realizada pelo grupo que está no comando do governo brasileiro atualmente com ideias por ele chamadas de ideologia de gênero.

Para responder aos questionamentos levantados, iniciamos destacando a criação e a atuação do INL como órgão fornecedor de livros com a explícita intenção de disseminar a leitura pelo Brasil ao promover a fundação de bibliotecas públicas em muitas cidades

⁴ A cidade de Esteio (RS), por exemplo, recebeu livros do INL para a montagem de uma biblioteca pública no ano de 1962.

do país. Depois, com a instalação da ditadura civil-militar, acompanhar via pesquisa bibliográfica como ocorreram os processos de censura aos livros e capturar enunciados dos autores sobre como tal fato teve desdobramentos até os dias atuais, os impactos causados aos autores, editores que em muitos casos tiveram que se submeter as regras impostas pelos órgãos estatais a serviço do governo militar que controlava o país naquela época.

Realizando uma rápida pesquisa sobre tema vimos que Reimão (2011) em seu trabalho constatou que entre os anos de 1964 e 1968, entre o Golpe Militar de 1964 e a decretação do AI-5, a censura aos livros no Brasil ficou marcada por perseguições a alguns editores e conseqüentemente as obras que estes editavam e distribuía para seus revendedores. A autora chega a mencionar que os grupos de esquerda (oposição ao governo da época) tinham uma convivência pacífica com o governo militar, pois muitos membros desses grupos continuaram distribuindo suas obras sem que houvesse uma repressão formal por parte dos militares. A situação ficou complicada a partir de 1970 quando, segundo Otero (2003), o governo militar promulgou o Decreto Lei número 1077 de 26 de janeiro de 1970, que instituía a censura prévia aos livros e revistas e se aparelhou para proibir as publicações contrárias à moral e aos bons costumes, alvos principais da censura. Entre as penalidades previstas para os infratores no referido decreto, destaca-se, principalmente, a perda de todos os exemplares da publicação que seriam incinerados por conta da editora, ou seja, resultaria na destruição dos livros. Na prática o referido decreto tornava oficial a censura aos livros no Brasil através de um ato legal com força de lei, típico de regimes de exceção ou totalitários.

Todos os casos citados na introdução desta pesquisa nos levam a pensar que a censura aos livros não deixou de existir, após o período de reconstrução democrática demarcado a partir de 1988, somente foi abrandada e ressurgiu com muita força a partir do ano de 2017. Proibir livros e o acesso a eles significa negar o direito de escolha das pessoas, dessa forma lhes é negado o acesso ao conhecimento fazendo com que seja mais fácil controlar suas mentes e lhes inculcar as ideias impostas pela classe dominante. É uma das formas mais bizarras de controlar as pessoas através do culto à ignorância, negando-lhes o acesso ao conhecimento.

O objetivo geral desta pesquisa foi o de compreender o funcionamento da política editorial do INL como uma face da temática do controle de livros no Brasil, em uma espécie de controle dos discursos, como dispositivo de um jogo entre mostrar (publicar e distribuir) e esconder (proibir e censurar, propriamente dito).

Diante do objetivo geral proposto, para essa pesquisa, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Contextualizar a história da censura - especialmente a dos livros no período ditatorial reconhecido pelos historiadores (Ditadura civil-militar no período de 1964 -1985) e elencar aspectos históricos que caracterizam a história da censura ao livro no período da ditadura civil militar brasileira;
- b) Analisar se desde a criação do INL, no ano de 1937 já havia uma preocupação em controlar as obras que seriam publicadas, bem como as que seriam enviadas para as bibliotecas públicas da época;
- c) Problematizar a história do INL com foco no livro (artefato cultural) que irá refletir na sua atuação de fomento a bibliotecas públicas e escolares.
- d) Verificar a relação entre o período histórico vivenciado (Ditadura civil-militar no compreendida entre 1964 -1985) e o tipo de obras que eram editadas e vendidas pelas editoras da época.
- e) Constatar se as obras editadas pelo INL eram realmente objeto de censura ou faziam parte de um acordo entre o governo e editoras para garantirem vendas de livros e assegurar seus lucros, consistindo em um negócio vantajoso para ambas as partes.

Para atingir os objetivos elencados e expô-los de uma forma inteligível, a presente dissertação foi dividida nas seguintes seções: Ancoragem Metodológica; Ancoragem Teórica; O livro como objeto de estudo; o Instituto Nacional Do Livro (INL): a editoração e distribuição dos livros no Brasil; as Considerações Finais; as Referências e os Anexos. Na seção a seguir apresentaremos nossa proposta metodológica, que norteou o trabalho de pesquisa.

2 ANCORAGEM METODOLÓGICA

Para a realização da pesquisa a opção foi por uma pesquisa qualitativa. Conforme Flick (2009), em linhas gerais uma pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos através da visão das pessoas envolvidas nela. Por esse motivo, o pesquisador possui liberdade para adaptar seu trabalho conforme os dados que serão coletados e depois de analisados podem surgir novas interpretações. Em outras palavras, é possível afirmar que a pesquisa qualitativa se preocupa principalmente com o caráter subjetivo do objeto analisado. Nesse sentido o *design* da pesquisa demonstra a complexidade para que possamos compreender o que seja uma pesquisa qualitativa, principalmente quando tratamos de um processo exploratório que tenha sua proposta a partir da temática da censura imposta aos livros no período da ditadura civil-militar brasileira.

Esse trabalho é uma pesquisa qualitativa que ficou concentrada no campo teórico. Por esse motivo optamos por iniciarmos realizando pesquisas sobre o tema da censura aos livros nas seguintes bases de dados: Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (BENANCIB), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Library and Information Science Abstracts* (LISA), Base de dados da UFRGS LUME e Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). Como estratégia de busca foram utilizadas as seguintes palavras chaves: “censura” e “livros”, “censura aos livros” e “ditadura militar”. Nas bases de dados que estavam em língua inglesa os termos utilizados para pesquisa foram “*censorship*” and “*books in Brazil*”. Nestas pesquisas foram encontrados poucos trabalhos que tivessem como tema principal a censura aos livros, dentro da área de conhecimento da Ciência da Informação (CI). Por esse motivo, bases de dados das áreas de conhecimento das Ciências Sociais foram consultadas para que se conseguisse encontrar mais trabalhos com o tema da censura aos livros. Entre as bases de dados da área de Ciências Sociais utilizadas para a pesquisa destacamos: Banco de Teses da CAPES, *Google Scholar*, *World Scientific* (Periódicos), OASIS.BR (Periódicos, Teses e Dissertações).

Após a realização desse levantamento bibliográfico, foi possível constatar que há uma escassez em pesquisas sobre censura aos livros na CI. Somente em uma das obras pesquisas, mais precisamente a da autora Bárbara Júlia Menezello Leitão, embora que o seu foco tenha sido as bibliotecas públicas, foram encontrados elementos com a temática

da censura aos livros, que a inserem dentro da área da CI, mais especificamente no campo da Biblioteconomia. Outra observação, a ser destacada, é a de que os trabalhos encontrados, em sua maioria, abordam a questão da censura durante o período da ditadura militar e apenas um deles, o de Ivan Paganotti, trata da censura aos livros no período da redemocratização, após o fim da ditadura já com a vigência da Constituição de 1988 que proíbe a censura.

Em relação ao tema de pesquisa que se desenvolveu, não com o tema da censura explícita aos livros (a face de esconder), mas sim em relação à face de publicar de um regime, sendo a edição utilizada como uma forma de controle. Por esse motivo, o estudo de caso foi a abordagem considerada como sendo a mais viável para a execução e concretização desse trabalho de pesquisa.

Partindo das ideias de Merriam, trazidas por Yazan (20015), o tema da censura aos livros foi pouco explorado por pesquisadores, por isso a realização dessa pesquisa pode influenciar novos pesquisadores a estudarem esse tema. A revisão literária será muito importante, pois a partir dela será possível verificar as fontes utilizadas pelos pesquisadores da temática e se ter uma ideia quais as mais indicadas para a realização da pesquisa. Também, através da revisão bibliográfica pode abrir-se a possibilidade de que novas questões surjam e contribuam para o enriquecimento da pesquisa com a obtenção de novas informações. Outro ponto a se destacar é como as pesquisas na área da Ciência da Informação (CI) são escassas com a temática da censura aos livros, avalia-se primeiramente realizar uma pesquisa histórica, com as fontes disponíveis e depois fazer uma ligação com a CI. Isso seria possível, já que a abordagem no estudo de caso permite que se façam ajustes conforme o pesquisador constatar a impossibilidade de seguir por um caminho e encontre outra forma de dar seguimento ao seu trabalho de pesquisa realizando os ajustes necessários.

Com o intuito de se encontrar trabalhos de pesquisas com a temática da censura aos livros, também foram encontrados materiais como documentos sobre a fundação do Instituto Nacional do Livro (INL), partes da Revista Brasileira de Biblioteconomia que relatam algumas das atividades desenvolvidas pelo INL. A análise de documentos foi importante, pois pode revelar novos desdobramentos para a pesquisa. Em relação à censura aos livros no período pós ditadura militar, muitas informações estão disponíveis em sites da internet. Com essas fontes foi preciso ter um cuidado especial, para que sua autenticidade pudesse ser devidamente verificada para que não se corresse o risco de se colocar informações falsas no corpo da pesquisa.

Para a efetivação desse trabalho de pesquisa os passos realizados na obtenção de fontes de informação foram os seguintes:

- a) mapear repositórios e bases de dados informacionais existentes que tinham informações pertinentes sobre o tema da censura aos livros no Brasil;
- b) identificar as fontes utilizadas por historiadores e bibliotecários quando se referiam a questão da censura aos livros tendo como exemplos casos europeus;
- c) organizar, ler e anotar dados das principais fontes de informação utilizadas como subsídio para verificar como foi feita a censura aos livros, às editoras, aos editores e autores.

Delineada a metodologia empregada para o desenvolvimento da pesquisa passaremos a examinar as primeiras aproximações teóricas na seção a seguir. A escolha pelo “caráter seletivo da informação” foi a considerada mais adequada para a pesquisa. A fundamentação teórica foi de suma importância para classificá-la dentro da área da CI, já que influenciaram nos resultados finais obtidos.

3 ANCORAGEM TEÓRICA

Para que os objetivos propostos fossem atingidos, principalmente o que diz respeito ao controle da edição dos livros que envolvia as editoras, autores e os leitores dessas obras optamos por escolher os autores Maria Nélide González de Gómez, Michel Foucault e Hannah Arendt para servirem como base do referencial teórico para tratar da temática pretendida.

Primeiramente, escolhemos a autora Maria Nélide González de Gómez para nos embasarmos a respeito do conceito de informação. Isso fez-se imperativo, visto que na CI, o conceito de informação possui um caráter polissêmico e seu conceito final dependerá de fatores como a intenção, o que se se deseja e como se quer informar uma ou mais pessoas, como essa informação chegará para as pessoas e qual uso se fará dela.

Ao iniciar sua definição de informação, González de Gómez (1999) estabelece que a informação para a autora está presente em vários aspectos de nossas vidas como: a linguagem, os textos (que estão nos livros) ou nos computadores muito usados na atualidade. A construção informacional está ligada a diversas camadas e estratos que podem manifestar-se em diferentes linguagens: sonoras, verbais, textuais, digitais ou analógicas. Dentro dessas camadas ou estratos também podem ser incluídos as tecnologias - máquinas (computadores), a imprensa e o papel -, bem como as pessoas que são responsáveis por articularem a informação. A autora também destaca que o valor daquilo que será reconhecido e recebido como uma informação está ligado a algum tipo de seleção, que pode ser de caráter individual ou social ou de caráter prático ou que se relacione com a capacidade do homem de compreender a origem daquilo que ele tenha desejo ou necessidade de saber. Seguindo essa linha de pensamento, podemos afirmar que as pessoas que ao escrever um livro, por exemplo, o autor e o seu editor são co-responsáveis por disponibilizarem as informações constantes naquela obra.

Dentro do processo de articulação da informação também há um processo de seleção. Para que um livro chegue a circular entre os leitores existe um amplo processo de seleção. Nesse ponto da cadeia socioeconômica de construção da informação, o editor possui um papel de destaque já que ele será o responsável por influenciar nas escolhas ou seleções feitas pelo autor quando estiver elaborando o livro. Contudo, suas escolhas podem sofrer influências dependendo do meio ou do sistema do qual ele estiver inserido. Por exemplo, desenvolvendo suas atividades dentro de um regime de governo ditatorial,

o autor, dependendo da seleção que ele e o editor realizarem, sofrerão influências para que não se publique determinados temas que não estejam de acordo com as orientações do governo vigente.

Conforme González de Gómez (1999) existem várias possibilidades de decisão e escolha nas práticas e ações de conhecimento e comunicação, dependendo da situação e do momento, algo pode ou não ser considerado ou descrito como sendo uma informação. De forma geral, o valor que se dá ou se agrega a uma informação invariavelmente sempre estará associado a operações seletivas e que tenham relação entre si. Em relação aos livros a chancela de um editor é o que irá indicar a sua qualidade e validar a sua publicação. Dessa forma, o editor será o responsável por indicar ao autor o que ele poderá ou não escrever para que sua obra seja publicada. Ao optar por esse caminho, o autor estará se submetendo às seleções que o editor irá realizar. Como exemplo, utilizaremos os autores independentes que não submetem suas obras ao crivo de um editor. Sua possibilidade de chegar ao circuito regular de vendas será muito pequena, visto que sua obra não foi avaliada por um editor e muito menos publicada por uma editora para que chegue até um ponto de venda como uma livraria. Provavelmente esse escritor independente ficará restrito aos circuitos marginais de circulação de livros.

González de Gómez (1999) destaca, em razão desta condição de seleção, a existência de uma relação entre política e informação, uma vez que informação implica em seletividade e escolha. Dessa forma, segundo a autora, informar e buscar informação estariam ligadas à concepção ou aceitação de algo como sendo informação. A autora também destacou a atuação de atores sociais definidos como sendo todos aqueles que estão envolvidos na construção de informações segundo regras construídas por sujeitos coletivos de práticas e discursos concretos que estão ancorados no espaço e no tempo. A informação é considerada, portanto, como um ato político, pois todo cidadão que vive e participa de ações políticas faz uso da informação, seja para transmitir ou receber ideias.

Continuando, González de Gómez (1999) denomina como ações de informação todas aquelas que estipulam o caso onde a informação é o caso. Segundo ela, o ato de informar e o buscar informação antecipam ou condicionam que se aceite algo como sendo informação. As ações de informação estão divididas em 2 grupos: o primeiro é o informacional, formado por regras produtivas e articuladoras com possibilidades e alternativas de relacionamento entre 2 ou mais informações ou documentos. O segundo grupo é o da metainformação composto por um plano que regula e orienta as operações de relação que possuem como núcleo central um valor de informação, denominado pela

autora de metainformação, que ela definiu como sendo a informação sobre informação. Dentro desse sistema a informação pode remeter à formação de discursos e seus universos.

González de Gómez (1999) ainda destaca que a informação responde a condições relativas sobre o quê se informa, estabelecendo relações com uma ordem cultural, cognitiva, ética e estética, na qual estão enraizadas referências semânticas e de conteúdo; remete, neste sentido, a uma formação discursiva e a seus universos de referência. Segundo a autora, a toda essa linha de articulação podemos denominar simplesmente como “informação”. Toda ação de informação que constrói um novo valor de informação age a partir de algo que precede e que reúne uma memória de ações de informação (ora intencionais, ora anônimas).

Dando prosseguimento a nossa fundamentação teórica, utilizamos Michel Foucault na questão relacionada aos discursos proferidos, pois segundo González de Gómez (1999) a informação pode remeter à formação de discursos. Segundo Foucault (1999), o que pode ser dito, quem pode falar sobre determinados assuntos e até mesmo onde se pode e o que se deve falar, passam por formas de controle dos discursos. Segundo sua perspectiva a escrita, a edição dos livros e a formação de acervos das bibliotecas também são formas de seleção dos discursos.

Conforme Foucault (1999), existem três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso. São eles: a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade da verdade. O autor ressalta a existência de 3 procedimentos de controle dos discursos: o primeiro deles é o comentário. São as coisas ditas de uma vez que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza. Para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão por se dizer. Na nossa cultura eles são os textos religiosos ou jurídicos, textos curiosos muitas vezes chamados de “literários” e, em certa medida, textos científicos. Muitos textos maiores se confundem e desaparecem, e, por vezes, comentários vem tomar o primeiro lugar.

No período da ditadura civil-militar brasileira os autores tinham seus textos submetidos à autoridade para terem suas obras aprovadas ou não para a publicação. Atualmente são as editoras, na figura de seus editores, que decidirão quais os textos que compensam ou não serem editados conforme a demanda do mercado.

O segundo ponto destacado por Foucault (1999) é o autor. O “autor” é entendido como o agrupamento do discurso, como a unidade de suas significações, como foco de sua coerência. Durante a Idade Média, na ordem do discurso, a atribuição a um autor era

indispensável, pois era um indicador de verdade. Atualmente, pede-se que o autor preste contas da unidade de texto posto em seu nome, que ele revele, ou ao menos sustente, que articule com a sua vida pessoal e suas experiências vividas a história real que o viu nascer. O autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção sua unidade, seus nós de coerência, sua inserção real. Mas para ter seu texto veiculado o autor precisa da aprovação de um editor, caso contrário sua obra dificilmente chegará aos leitores através do circuito comercial.

O terceiro ponto destacado por Foucault (1999) é o a consideração epistemológica sobre o princípio da filiação de autores e temas na construção de uma disciplina. O princípio da disciplina se opõe ao do comentário: em uma disciplina, diferente do comentário, não é um sentido que precisa ser redescoberto, nem uma identidade que deve ser repetida; é aquilo que é requerido para a construção de novos enunciados. Para que um feixe de considerações teóricas, discursos, enunciados, princípios, metodologias sejam agrupados como uma disciplina é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas. No interior de seus limites, cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas; mas ela repele, para fora de suas margens, toda uma teratologia⁵ do saber. Uma proposição deve preencher exigências complexas e pesadas para pertencer ao conjunto da disciplina; antes de poder ser declarada verdadeira ou falsa, deve-se encontrar-se no “verdadeiro”.

Foucault (1999) também relatou a existência de um terceiro grupo de procedimentos que permitem o controle dos discursos. Trata-se de determinar as condições de funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. O autor também se refere ao ponto dos rituais em torno dos discursos. O ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso. Destaque também para as “sociedades do discurso”, cuja função é conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los circular em espaço fechado, distribuí-los somente segundo regras estritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição. As doutrinas (religiosas, políticas, filosóficas)

⁵ Estudo das anomalias e malformações ligadas a uma perturbação do desenvolvimento embrionário ou fetal. Figuradamente seria o estudo das monstruosidades.

constituem o inverso de uma “sociedade do discurso”, nesta o discurso só podia circular e ser transmitido entre eles. A doutrina ao contrário, tende a difundir-se; e é pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença recíproca. A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, por consequência, todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo de todos os outros. A doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam.

Outro ponto levantado por Foucault (1999) se refere à educação como sendo o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, no que permite e no que impede, as linhas estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação do discurso, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

Para essa pesquisa, em especial, destacamos a chamada “vontade de verdade” pronunciada por Foucault em relação ao discurso. Mesmo que a vontade de verdade esteja ligada à ideia de desenvolver conhecimentos que fossem utilizados de forma verificável e útil para a sociedade, essa vontade de verdade tem um outro lado também. Conforme Foucault (1999) essa vontade de verdade é apoiada em um sistema institucional ligado a um sistema de práticas como por exemplo, o sistema de livros, da sua produção, da sua edição, do seu controle e dos que seriam destinados às bibliotecas. Isso diz respeito à forma como o saber é aplicado, valorizado, distribuído e repartido dentro da sociedade. Para exemplificar melhor essa questão, Foucault (1999) valeu-se do seguinte ditado grego: a aritmética pode bem ser o assunto das cidades democráticas, pois ela ensina as relações de igualdade, mas somente a geometria deve ser ensinada para a oligarquia, pois demonstra as proporções de desigualdade. Assim, os membros da elite podiam ter acesso a determinados conhecimentos, que deveriam ser proibidos para os pobres.

Fazendo uma relação com a temática de nossa pesquisa foi possível constatar que os livros e as suas edições deveriam ser controlados, pois poderiam ser utilizados como instrumentos na contestação daqueles que detinham o poder dentro da sociedade da época. Para atingir esse objetivo de controle eles utilizaram-se da censura. Em linhas gerais a censura é um dispositivo de controle do discurso para manter a hegemonia do bloco de poder e, apenas, repassar à população quais os discursos elas devem ouvir e a quais deles

elas podem ter acesso. Dessa forma, os discursos são substituídos por outros conforme o interesse do grupo que está no poder. De uma forma geral podemos afirmar que o controle dos discursos são um processo de seleção referente a quais informações podem ou não estar acessíveis para a população em geral.

Como exemplo de seletividade da informação utilizaremos as ideias de Hannah Arendt (1989) desenvolvidas em relação ao totalitarismo. Ao descrever os regimes totalitários, a autora explicou que eles se baseiam no controle total do chamado “homem de massa”. Conforme Arendt (1989), os movimentos totalitários são organizações formadas por indivíduos de massas que vivem isolados. Para que o controle fosse efetivo era preciso que esses indivíduos tivessem lealdade total ao seu governo. Essa lealdade total somente se concretiza no momento em que a fidelidade é esvaziada não dando motivo para que possam ocorrer mudanças de opinião, caminho a ser trilhado na direção de um pensamento único. Na ditadura civil-militar brasileira observamos algo muito semelhante, já que disseminava-se uma valorização da moral cristã entre a população, com destaque para a família e os bons costumes para os cidadãos brasileiros. Por exemplo, livros que destoassem, ou seja tivessem escritos em suas páginas algo que fosse considerado contrário a esses valores eram considerados um atentado contra os valores praticados pelas famílias brasileiras de boa índole.

O grupo que conseguiu chegar ao poder baseando-se no controle total, somente o alcança quando realiza uma grande seletividade nas ações de informações. Pois conforme Arendt (1989) o governo totalitário só pode deixar chegar nas pessoas aquilo que for de seu interesse e que lhes garanta o controle sobre tudo e a todos. Dessa forma, a autora ainda defende que, nos regimes totalitários, a principal característica é a do homem de massa, definido como sendo um ser que não mantém relações sociais com ninguém. Essa falta de relacionamentos sociais facilita o seu controle. Aliado a esse isolacionismo, a autora também destaca a questão da propaganda realizada pelos regimes totalitários. Arendt (1989) relatou uma grande contradição: os idealizadores dos regimes totalitários fazem uma grande propaganda dos seus crimes passados e já planejam os próximos para um futuro próximo. Assim, o isolacionismo e a propaganda são discursos proferidos com informações devidamente selecionadas com a finalidade de estabelecer o controle sobre a população. No caso da ditadura civil-militar brasileira durante um período de prosperidade econômica, conhecido como o “milagre brasileiro”, houve um incentivo governamental para que as editoras publicassem clássicos da literatura nacional, livros técnicos (para formação de mão-de-obra qualificada) e livros didáticos para serem

distribuídos nas escolas públicas brasileiras. Contudo, havia um controle por parte do governo do que seria editado e distribuído em termos de livros. Por exemplo, várias bibliotecas públicas foram inauguradas no Brasil no período entre 1960-70, contudo as obras eram enviadas pelo INL, uma entidade estatal, com as obras que ela editava e distribuía. As bibliotecas já recebiam *kits* prontos com as obras que seriam a base de seu acervo.

A população, conforme Arendt (1989) é a peça chave para a sustentação dos regimes totalitários. Esse tipo de sistema necessita de grandes populações que façam sua defesa utilizando-se até mesmo da força bruta para alcançar esse intento. No caso da ditadura brasileira muitas pessoas sofreram castigos físicos e psicológicos por não estarem de acordo com as normas estabelecidas pelo governo militar. E essas agressões eram cometidas por agentes do Estado que tinham autorização para executá-las, tudo em nome da defesa da ditadura civil-militar.

Delineado o referencial teórico iremos a seguir desenvolver o tema do livro desde que iniciou como um escrito em tábuas de argila até se tornar um objeto de estudos que ainda podem revelar muitas coisas sobre ele e, sobretudo, sua importância na difusão de ideias. Esse é o principal motivo para que ele seja objeto de controle.

3.1 O livro como objeto de estudo

Inicialmente, o “livro” foi um suporte de informação que variou conforme a abundância ou a escassez de seus “insumos”: *a princípio foi uma tableta entre os sumérios, um osso entre os chineses, uma pedra, um pedaço de couro, uma prancha de bronze ou ferro, um papiro, um códice, um papel e, agora, um CD ou um complicado dispositivo eletrônico* (BÁEZ, 2004, p.19). Essa constatação histórica destaca como os formatos dos livros, constituído como suporte de informação, modificaram-se sob condições espaço-temporais (principalmente por razões econômicas), refletindo as mudanças que ocorreram nas sociedades humanas de forma geral. Contudo, cabe destacar que a importância dos livros está nas ideias que suas páginas ou arquivos contêm e que mensagens ou ideias elas podem transmitir para os seus leitores.

Mesmo que possuam uma grande importância para a humanidade, os livros são objetos de poucas pesquisas científicas. Conforme Darnton (2009) recentemente que

estudiosos começaram a se aprofundar e definiram o livro como sendo seu objeto de estudo. O autor afirmou que ainda existem vários pontos a serem estudados e revelados desde quando um livro é produzido até ele chegar às mãos de um leitor. Por esse motivo, Darnton (2009) elencou 6 segmentos relacionados aos livros. Esses segmentos levantados pelo autor englobam: a autoria, a produção, os editores, a distribuição, os gráficos e os leitores de livros: Para essa pesquisa detivemo-nos em dois desses segmentos, considerados como os mais pertinentes para os nossos objetivos: os editores e os leitores. Os aspectos trazidos por Darnton (2009) nos ajudaram a ver a passagem do livro de um objeto sacro, por exemplo, para um instrumento que auxiliou a homem a divulgar suas ideias e expandir seus horizontes. A partir dessa mudança pensamos em destacar o que é legal e o que é legítimo para o autor escrever nos seus livros. Dessa forma surge uma dualidade: o autor tem o direito de se expressar, mas legalmente nem tudo o que ele pensa e escreve tem espaço para circular oficialmente; ele passa a sofrer controle por parte do Estado e a sua subjetividade e criatividade não são respeitadas.

Segundo Darnton (2009), novos estudos estão constatando que o papel-chave dos editores está ficando mais claro, devido ao aumento do número de artigos publicados e de monografias com essa abordagem. Mas, segundo ele, a evolução do editor como figura distinta, de renome, ainda necessita que sejam realizados estudos mais aprofundados para a confirmação desse fato. Os documentos com os escritos dos editores começaram a ser explorados há pouco tempo, pois constituem-se em fontes muito ricas para o estudo da história do livro. Baseado nesses estudos preliminares, Darnton (2009) levantou os seguintes questionamentos: como os editores firmavam contratos com os autores, faziam alianças com livreiros, negociavam com autoridades políticas e lidavam com finanças, fornecimentos, cargas e publicidade? O autor também destaca a existência de propaganda dos livros, como por exemplo no século XVII, fazia-se uma propaganda destacando o tipo de papel empregado no livro. Na atualidade o tipo de papel é um fator que não é levado em consideração por parte de quem compra um livro - exceto os livros de arte ou aqueles produzidos para colecionadores, exceções à regra. Conforme o autor, o estudo mais aprofundado dessas propagandas como as estratégias utilizadas, o apelo dirigido aos leitores aos quais se destinavam e o tipo de anúncios feitos em jornais e cartazes de rua ajudariam a entender melhor o papel dos editores dentro da cadeia de produção e distribuição dos livros.

Já em relação ao seguimento dos leitores, segundo Darnton (2009), mesmo com vários estudos nas áreas de Psicologia, Fenomenologia, Textologia e Sociologia, a leitura

ainda permanece como um grande mistério para os estudiosos dessa área. O autor levanta os seguintes questionamentos em relação a esse tema: como os leitores entendem os sinais na página impressa? Quais são os efeitos sociais dessa experiência? Como ela variou? Estudiosos de literatura, tornaram a leitura uma preocupação central da crítica textual porque compreendiam a literatura como uma atividade, a construção de sentido dentro de um sistema de comunicação, e não como um cânone de textos. Os estudos realizados até o momento parecem supor que os textos sempre atuaram da mesma forma na sensibilidade dos leitores. Por isso devemos ter em mente que um texto pode produzir sentido de diferentes formas para uma pessoa. Esse processo é muito difícil, pois para um texto fazer sentido para o leitor envolve fatores como a intenção, o público a que ele se destina e forma como o texto chega até o leitor.

Conforme Darnton (2009) houve diferenças em como uma pessoa realizava e compreendia suas leituras ao longo da história da leitura. Para exemplificar, o autor utilizou-se da comparação de um burguês londrino do século XVII que vivia em um universo mental completamente diferente do universo vivenciado por um professor do século XX. Nesse período de passagem do tempo, de aproximadamente 300 anos, a forma como se lia e se compreendia a leitura mudou de forma profunda. Anteriormente, a leitura costumava ser realizada em voz alta, em grupos, ou em segredo e com uma grande intensidade difícil de ser imaginada e praticada nos dias atuais. Já na atualidade tudo deve ser feito de forma rápida e a leitura deve ser “dinâmica”, feita com as pontas dos dedos para não se perder tempo.

Darnton (2009) também destaca que estudos apontaram que trabalhadores humildes esforçavam-se para dominar a palavra impressa. Em todas as partes da Europa no início da era moderna, a maioria dos leitores extraía significado dos livros; não se limitavam a decifrá-los. Ler era uma paixão. Mas, textos moldam a reação dos leitores, por mais ativos que estes possam ser. Segundo o autor, os leitores europeus, consideravam aspectos importantes para a compreensão de sua leitura: a tipografia, o estilo e a sintaxe. Para o autor, a história da leitura deverá levar em conta as maneiras usadas pelos textos para limitar os leitores, bem como as formas de os leitores tomarem liberdades com os textos. Caso não seja possível resgatar as grandes releituras do passado, a experiência interior dos leitores comuns pode estar fora de nosso alcance para sempre. Contudo, deve ser feito um esforço capaz de reconstruir boa parte do contexto social da leitura. O debate a respeito da leitura silenciosa na Idade Média produziu evidências impressionantes sobre os hábitos de leitura; bem como de estudos das sociedades de leitura na Alemanha, onde

se desenvolveram de forma extraordinária nos séculos XVIII e XIX, demonstrando a importância da leitura na formação de um estilo cultural próprio da burguesia. Segundo pesquisas já realizadas, os hábitos de leitura transformaram-se desde o final do século XVIII. Inicialmente os leitores tinham como prática estudar um pequeno número de textos de forma exaustiva e de maneira repetida, especialmente a Bíblia, um livro sagrado. Depois das mudanças ocorridas com a Revolução Industrial, os leitores passaram a consumir vorazmente todo tipo de material, buscando entretenimento, ao invés de edificação. Essa passagem da leitura intensiva para a extensiva coincidiu com uma dessacralização da palavra impressa. O livro deixa de ser um objeto sagrado para se tornar um bem de consumo e um produto descartável o que demonstra a passagem para o sistema capitalista onde tudo é efêmero, inclusive os livros (DARNTON, 2009).

Após a apresentação dos pontos desenvolvidos por Darnton (2009), julgamos necessário realizar-se algumas observações complementares. Em seu trabalho, por exemplo, o autor descreve-nos que a circulação de livros dependia da atuação de editores que definiam as obras que seriam publicadas e como elas iriam chegar até os leitores. A atuação de autores, como no caso de Voltaire, que não vivia do ofício de escritor, mas que tinha um grande interesse que suas obras fossem publicadas. Seu objetivo era que vários exemplares de suas obras estivessem nas estantes das bibliotecas para que suas ideias relativas ao Iluminismo fossem difundidas para o maior número de interessados. Para tentar atingir esse intento, ele chegou a permitir que várias de suas obras fossem “pirateadas”, ou seja, fossem vendidas fora do circuito tradicional de vendas, como as livrarias. Ela também almejava divulgar as ideias iluministas e que elas pudessem chegar aos mais longínquos lugares. Esse fato demonstra que a situação política também exercia uma grande influência sobre o comércio e circulação dos livros. Por esse motivo, outro ponto que Darnton (2009) destacou foi a atuação de um livreiro que vendia seus livros em uma cidade que tinha uma faculdade, portanto seu público alvo seriam os estudantes do estabelecimento de educação. Além disso, a conjuntura econômica determinava muitas restrições para as atividades voltadas para o ramo livreiro. Em momentos de crise econômica, por exemplo, era preciso encontrar um novo cliente, preferencialmente, aqueles que tivessem uma biblioteca e que desejassem ampliá-la mesmo em momentos de dificuldades financeiras, onde fatalmente há diminuição nas vendas de produtos.

Nesta visão de que há uma rede de fatores que influenciam a edição e a circulação de livros, veremos a seguir um traçado histórico sobre a censura. Para isso, fizemos um

recorte sobre sua prática durante a ditadura civil-militar brasileira, como um fator político, e sua influência sobre a publicação e distribuição de livros para os leitores.

3.2 A ditadura civil militar no Brasil: o contexto político para os livros

Inspirado pelas ideias escritas por Darnton (2009), somos levados a refletir que a situação política do Brasil teve um grande impacto no que dizia respeito à circulação e editoração de livros, principalmente a partir do ano de 1964 após o golpe de Estado em que os militares assumiram o controle do governo brasileiro. Segundo Gaspari (2002), o governo do Brasil antes do golpe militar de 1964 estava nas mãos do presidente João Goulart. Ele havia assumido o cargo após a renúncia do presidente eleito Jânio Quadros, pois era o sucessor legal do cargo por ser o vice-presidente. Ele enfrentou problemas para assumir o cargo, pois estava em uma viagem para a China quando Jânio renunciou ao cargo de presidente e chegou a ocorrer uma tentativa para impedir a sua posse.

Conforme Gaspari (2002), quando finalmente conseguiu assumir o cargo, o presidente João Goulart anunciou uma série de medidas que ficaram conhecidas como Reformas de Base. Nessas reformas estava incluído o processo de reforma agrária: o governo tomaria partes das terras de grandes proprietárias e as distribuiria para que pequenos agricultores pudessem plantar e terem uma fonte de renda. Outro ponto importante das reformas propostas por Goulart incluía a cobrança de impostos maiores sobre os ricos para que o governo pudesse investir esses impostos em áreas como saúde e educação. Essas medidas causaram muita polêmica, pois as pessoas passaram a temer a perda de seus bens para o governo que os destinaria para outros que não tinham trabalhado para conquistarem aquele patrimônio.

O país passou a enfrentar uma série de greves e atividades culturais favoráveis à proposta de reformas do governo Goulart. Contudo, segundo o autor, os membros da elite não compactuam dessa mesma ideia e passaram a se organizar contrários à aprovação das reformas de base. Os militares brasileiros, com apoio de muitos empresários e membros de destaque da sociedade civil do período, passaram a seguir e a colocar em prática a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A DSN foi criada por militares e intelectuais norte-americanos. Sua principal ideia era que agentes comunistas da União Soviética (URSS) infiltravam-se em instituições tais como: universidades, jornais, sindicatos,

editoras de livros, clubes, igrejas para promover atos de desordem com o objetivo de desestabilizar o governo e implantar o comunismo como uma política de governo. João Goulart foi considerado fraco para resistir e acabar com o “perigo comunista” no Brasil e os militares como defensores da pátria eram os únicos que tinham condições de executar essa tarefa e transformariam o país em uma potência econômica e militar. Assim, em 31 de março de 1964 os generais do exército brasileiro ordenaram o deslocamento de tropas para pontos estratégicos do país. Sem apoio, Goulart foi para o exílio no Uruguai e os militares passaram a controlar o governo brasileiro a partir daquela data.

Segundo Fausto (2002) o golpe militar foi dado para “acabar com a corrupção”, “livrar o Brasil do perigo comunista” e principalmente “restaurar a democracia perdida”. Contudo, os militares passaram a governar através de decretos chamados de Atos Institucionais (AI).

O primeiro AI-1 foi editado em 9 de abril de 1964. Ele manteve a constituição vigente, mas com modificações, principalmente em relação ao funcionamento do Congresso Nacional. A principal foi a respeito do período de tramitação de projetos de lei: o Congresso e o Senado tinham o prazo de 30 dias para apreciá-los. Caso não conseguissem votar nesse período, os projetos eram considerados aprovados. Como sabiam que os deputados e senadores poderiam obstruir votações ou trancar pautas, era muito comum os projetos do governo serem aprovados sem que o legislativo brasileiro pudesse votá-los.

Ainda conforme o autor, o AI-1 criou as bases para a instalação dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs). Em linhas gerais todos os que fossem acusados de crimes contra o Estado, o patrimônio público e a ordem política e social podiam ser encaminhados para prestar esclarecimentos a uma autoridade policial sem que um inquérito oficial fosse instaurado anteriormente. Era o início das perseguições políticas, sem uma justificativa oficial. Ainda em 1964 cerca de 49 juízes e 40 deputados perderam seus cargos. Cerca de 1.400 funcionários públicos civis foram afastados de suas atividades, bem como cerca de 1.200 membros das Forças Armadas. A maioria dessas pessoas tinha posicionamento nacionalista e estavam ligados a grupos de esquerda. Era o novo governo caçando cidadãos, seus inimigos.

O primeiro presidente militar foi o general Humberto Castelo Branco. Ele foi eleito pelo Congresso Nacional, em uma eleição indireta no dia 15 de abril de 1964 com mandato estipulado até o dia 31 de janeiro de 1966. Uma incoerência total, os mesmos que haviam derrubado um presidente eleito democraticamente elegeram o seu sucessor.

Em relação à área econômica do governo Castelo Branco, segundo Fausto (2002), o destaque ficou por conta do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Em linhas gerais ele propôs o aumento dos impostos e o achatamento dos salários dos trabalhadores. Os salários aumentaram menos que os preços dos produtos. Contudo, caso os salários aumentassem, os empresários procuravam aumentar a receita subindo os preços dos produtos e o governo aumentando o valor de tarifas como água, luz, telefone, combustíveis visando aumentar sua arrecadação. Não é preciso ser um especialista em macroeconomia para perceber que esta engenharia política levou à hiperinflação e perdas reais do poder de compra dos trabalhadores.

Os militares não tinham a intenção de destacar uma figura no poder, por isso os presidentes militares eram eleitos indiretamente - referendados pelas casas legislativas - e tinham seus mandatos determinados quando da sua posse, conforme consta nos escritos de Fausto (2002). Após o término do mandato de Castelo Branco, ele foi sucedido pelo general Artur Costa e Silva e seu vice foi um civil, Pedro Aleixo. Embora fosse conhecido por ter sido um militar da chamada “linha dura”, Costa e Silva fez tentativas de acordos com opositores e iniciou uma ofensiva na área trabalhista incentivando a formação de sindicatos e a liderança de líderes sindicais de confiança (denominados posteriormente de sindicatos pelegos). Contudo, os acontecimentos posteriores levaram o país para outro rumo.

O governo de Costa e Silva passou a enfrentar uma série de greves operárias, que eram proibidas, em busca de melhores condições de trabalho e aumentos salariais. O ano de 1968 foi singular, pois em várias partes do mundo eclodiram revoltas contra o sistema de governo vigente. Eram jovens que estavam desencantados e buscavam uma alternativa de mudança para o que estavam vivenciando, um período de contestação dos governos e seus governantes (Primavera de Praga, maio de Paris). No Brasil, não foi diferente. O movimento começou com passeatas de estudantes e foi ganhando força quando um número maior de pessoas foi participando até que milhares de pessoas saíram às ruas naquela que ficou conhecida como a Marcha dos Cem Mil realizada no Rio de Janeiro em junho de 1968.

A resposta do governo Costa e Silva a todas essas agitações foi o decreto do Ato Institucional número 5, o famoso AI-5⁶. Em linhas gerais ele determinava o seguinte:

⁶ Ver anexo A

- 1 – Fechamento do Congresso Nacional por tempo indeterminado;
- 2 – Suspensão dos direitos políticos (qualquer deputado ou senador poderia ser cassado pelo governo por qualquer motivo);
- 3 – Suspensão de garantias legais (qualquer pessoa poderia ser presa sem que fosse preciso uma autorização judicial para ser interrogado e prestar esclarecimentos de suas ações).

O AI-5 concedeu o aval para que o governo militar perseguisse e torturasse milhares de pessoas. Muitos jovens foram levados para delegacias para prestarem depoimentos e nunca mais voltaram para suas casas. A situação piorou quando o Sistema Nacional de Informação (SNI) passou a atuar infiltrando espões, agentes que desempenhavam essa função, em escolas, faculdades e empresas a fim de encontrar possíveis inimigos do sistema. Estava instaurado o terror de Estado em busca dos culpados pela desordem do país.

De forma resumida o período da ditadura civil-militar brasileira pode ser dividido em 3 fases: a primeira de 1964 a 1968 caracterizada pela consolidação do regime; a segunda de 1968 a 1979 quando ocorrem as perseguições políticas, a censura e a repressão policial período definido como “anos de chumbo”; a terceira fase ocorrida entre 1979 a 1985 onde tem início a transição “lenta, gradual e segura” para o regime democrático (IGREJA, 2021).

Após a apresentação dos fatos, este era o panorama geral da ditadura civil-militar instalada no Brasil no ano de 1964. Vejamos na próxima subseção a questão da censura e como ela foi sendo construída, se moldando a ponto de deter o poder para decidir se um livro poderia ou não ser publicado.

3.3 Livro como problema: de um objeto de desejo de poucos a um problema de controle e censura para muitos

A censura é um conceito de longa data, principalmente quando está ligada aos livros e ao acesso à informação. É possível supor que escrever (e, mais recentemente,

editar) e censurar tenham sempre sido duas faces opostas do discurso, amplamente considerado como toda materialidade dita ou escrita segundo Foucault (1999).

Após o término da 2ª Guerra Mundial a informação começou a ganhar destaque, sobretudo devido aos processos de racionalização taylor-fordista que foram desenvolvidos visando ao aumento da produção industrial. O acesso às fontes de informação poderia ser fundamental para o desenvolvimento de novos processos produtivos. Além disso, já temos conhecimento, de que a principal forma de se obter informações estava concentrada nos livros que formavam os acervos das bibliotecas disponíveis para as pessoas consultá-los, pelo menos a partir da Revolução Francesa, quando surgiram as primeiras bibliotecas públicas. Partindo dessa premissa, do acesso e disponibilização da informação, co-originária dos ideais republicanos da Revolução Francesa, refletiremos sobre o conceito de censura.

Segundo Costa (2016, p. 1), a censura clássica é definida como: *a censura prévia promovida pelo Estado como forma de monitorar a produção simbólica e artística, através de órgãos instituídos por ele: os jornais, as revistas, os livros, os palcos e as telas.*

Esse significado, somando-se ao outro conceito apresentado na introdução, faz que seja possível depreender que a palavra está ligada a ideias como: crítica, condenação, exame oficial, controle, monitoramento de governos e até mesmo a penas eclesiásticas (quando ligada a ideias de grupos religiosos).

Uma arqueologia da censura realizada por Seelaender (1991) nos dá conta de que o mais antigo texto sobre esse tema data do ano de 1644, quando John Milton publicou um discurso ao parlamento inglês onde questionava a legitimidade dos governantes na utilização de procedimentos que impediam ou dificultavam o acesso à informação para as pessoas (SEELAENDER, 1991). O governo inglês daquele período, estava perdendo prestígio e as pessoas, o indivíduo propriamente dito, passaram a ser mais valorizadas. Essa situação devia-se ao fato de terem surgido novas concepções religiosas, devido a mudanças que ocorreram na sociedade inglesa. Seelaender (1991) relata que Milton começou a questionar um sistema que controlava as publicações. O motivo para que isso ocorresse era que existia na Inglaterra do século XVII um monopólio (exclusividade) para que um grupo de 20 livreiros pudessem vender suas obras sem que houvesse uma concorrência maior. A motivação para que Milton desenvolvesse suas ideias sobre a censura prévia, imposta pelo governo, veio após a publicação de uma lei que regulava a impressão de livros, panfletos e outros escritos. De forma geral, essa lei iria controlar

desde a gênese até a circulação dos livros na Inglaterra daquele período. Diante dessa situação, Milton apresentou 5 grupos de alegações relativas à censura, que contrariavam a “liberdade de informação” e o “direito à informação”, tais como os entendemos hoje, pois, obviamente conceitos não existentes à época. As alegações - teses defendidas - de Milton, conforme Seelaender (1991), foram as seguintes:

1) A censura prévia é expressão do desprezo pelos governados e da superestima da capacidade das autoridades e seus agentes:

A censura de algum modo vincula-se a um “menosprezo por toda pessoa instruída”, Milton viu-se levado a concluir que todos os sistemas de licenciamento de livros e outros escritos fundamentava-se, em última análise, em juízo preconceituoso acerca da totalidade de governados. O substrato ideológico da censura prévia consistiria, portanto, em uma presunção inadmissível – a de que existiria como que uma superioridade moral e intelectual das autoridades e seus agentes em relação ao homem comum. Em sua obra *Areopagítica*, Milton criticou a concepção elitista que buscava legitimar o controle governamental sobre as publicações, investindo exatamente contra o que ele apresenta de menos sustentável: sua premissa de constituir o censor, por definição, uma criatura superior aos autores vigiados e a todos os supostos beneficiários das práticas tutelares do Estado.

2) A censura é essencialmente liberticida (mata a liberdade)

Uma das táticas preferenciais de Milton em seus ataques à censura consistia em alertar seus leitores para os perigos que seriam ocasionados pela concessão, a uns poucos indivíduos, de um controle quase absoluto sobre a circulação de informações e opiniões dentro da sociedade. Se o censor é sempre um pretenso “protetor” da sociedade, a quem caberá, por sua vez, protegê-la contra ele? – esse questionamento talvez seja a síntese das muitas outras ideias expressas na obra *Areopagítica* (Quem controla o censor?).

3) É a intolerância, e não a pluralidade de opinião, que enfraquece o Estado

Autor de uma das primeiras apologias do pluralismo de que se teve notícias na Idade Média, Milton rejeitou taxativamente a tese de que a diversidade de opiniões

constituísse um perigoso fator de enfraquecimento do Estado. A unidade eventual dos diferentes grupos religiosos e políticos de que se compunha uma nação livre parecia mesmo mais sólida que a unidade artificialmente introduzida pela uniformização forçada das crenças.

4) A censura prévia é ineficaz, considerados os fins a que se propõe

Os sistemas de controle de publicações seriam incapazes de atender à finalidade a que se propõem: a suspensão das heresias e da subversão, impedindo os governados de adotarem opiniões vistas como deletérias (venenosa). A ideia de que a censura prévia pudesse atuar eficazmente neste sentido resultaria, no fundo, de um superdimensionamento do poder de influência dos livros e escritos, sendo, portanto, totalmente infundada *o respeito aos bons costumes não poderia ser assegurado pela atuação de mecanismos estatais de controle – todos estes, inclusive a censura, seriam de todo impotentes para fabricar homens virtuosos, que só poderiam mesmo surgir onde imperasse a liberdade* (MILTON apud SEELAENDER, 1991).

5) A censura prévia constitui um obstáculo ao avanço do conhecimento e à renovação das mentalidades

Representando imensos entraves à circulação de informações e opiniões, os sistemas de licenciamento de obras dificultariam o desenvolvimento do saber, acarretando a estagnação das mentalidades, o sufocar da vida intelectual e a redução de todos ao mais estúpido conformismo. Encarnações do obscurantismo, tais sistemas inviabilizariam o intercâmbio de ideias, praticamente impedindo as pessoas de confrontarem seus pontos de vista em um debate imprescindível para a consecução de explicações mais perfeitas e de um embasamento mais sólido das convicções de cada um. Assim sendo, a censura prévia constituiria uma barreira aos avanços do conhecimento, capaz mesmo de obter a própria busca da verdade.

As ideias expostas por Milton estão em consonância com o conceito o qual Foucault (1999) denominou de “vontade de saber”. Na Inglaterra, país onde Milton vivia, no século XVII a vontade de saber desenvolveu-se incitando as pessoas a observarem,

vivenciarem e se posicionarem em relação aos acontecimentos de suas vidas para que os conhecimentos formados e adquiridos a partir daquele momento em especial, fossem verificáveis e úteis para os homens em geral, não somente para determinados grupos ou segmentos da sociedade.

Durante o período histórico da Idade Média, as letras eram privilégio de poucos eruditos, ficando seus produtos - verdadeiras preciosidades - sob os cuidados e a vigilância dos nobres e reis ou de monges, membros do clero, os privilegiados detentores do conhecimento e informação, restrita a universos simbólicos e divinos. por dez séculos. Após longa maturação das Universidades - criadas no chamado “período das trevas”, no século XVII foi organizado um movimento filosófico que ficou conhecido pelo nome de Iluminismo - justamente uma oposição dialética ao obscurantismo religioso e imobilidade social que dominaram o Medievo. Este movimento recebeu justamente esse nome, Iluminismo, pelo fato de iluminar, trazer luzes para as trevas em termos de racionalidade nas quais se encontrava a sociedade europeia naquela época, por esse motivo também foi chamado de Século das Luzes (FALCON, 1986). O movimento iluminista desenvolveu um tipo de pensamento que defendia a valorização do homem e o uso da razão para explicar os fenômenos em contraposição ao teocentrismo e poderio da Igreja Católica - dominantes naquele então. Dessa forma, Kant - a quem se atribui o lema do Iluminismo *sapere aude* ou “atreve-te a saber” - definiu o movimento racional como sendo a saída do ser humano de estado de não-emancipação que ele próprio se colocara. A não-emancipação seria a incapacidade do homem, de fazer uso da própria razão sem recorrer a outros meios como por exemplo ao divino para explicar os acontecimentos do mundo terreno ou material. A partir do Iluminismo os fatos não seriam mais explicados como sendo fenômenos de ordem divina, mas sim como fatos os quais o homem teria condições de oferecer uma explicação plausível utilizando a razão, seu próprio pensamento. Milton estava vivenciando o Iluminismo na Inglaterra, portanto suas ideias de liberdade e igualdade enquadravam-se perfeitamente dentro do que o movimento defendia segundo o contexto político daquele período histórico em especial.

No próximo segmento iremos abordar sobre exemplos da ação da censura, através dos seus agentes verificando como eles agiam, bem como destacando quais as consequências de suas ações sobre os escritores e editores de livros.

3.4 Três exemplos de práticas de censura aos livros

Os livros sempre foram uma preocupação para os governantes, sobretudo quando as ideias constantes em suas páginas poderiam colocar o sistema vigente em dúvida. Por esse motivo, sempre foi preciso controlar o que era escrito e publicado para evitar a difusão de novas ideias e somente deixar circular os livros e outros escritos permitidos pelo governo como sendo os oficiais. Para auxiliar nesse trabalho de controle, os governos de vários países, de diferentes orientações políticas passaram a conceder, de forma oficial, o poder de vetar ou permitir a publicação de uma obra para os censores, agentes designados pelo Estado para realizarem a censura oficial.

Para exemplificar a ação de censores relativa ao controle sobre a publicação e circulação de livros utilizamos o estudo de Darnton (2016). Na sua pesquisa ele relatou 3 casos da ação de censores que ilustram muito bem essa questão relacionada às suas práticas em liberar ou proibir a publicação de livros.

O primeiro caso relatado trata da França da dinastia *Borboun* antes da Revolução Francesa entre os anos de 1750 e 1763. Conforme Darnton (2016), os filósofos iluministas enviavam seus textos para serem publicados fora da França, pois temiam a ação de censores nos seus escritos. Os textos escritos pelos iluministas poderiam ofender principalmente a 3 setores da sociedade francesa da época: a Universidade de Paris, o parlamento francês e o clero. Todos os 3 setores tentavam de alguma forma deter o monopólio da censura para si. Contudo, a Coroa francesa ainda mantinha o controle da censura. Contudo, esse monopólio da censura ainda era algo recente para a Coroa, pois durante a Idade Média ela era exercida pela Universidade de Paris. Sua principal função era a de manter a exatidão dos textos escritos pelos monges copistas. Após a Reforma Protestante, vários livros de outras religiões, que não eram da esfera do catolicismo, começaram a ser impressos. Como a Universidade não conseguia impedir a publicação desses textos, a Coroa tomou uma atitude radical: qualquer pessoa que editasse um livro seria condenada à morte por enforcamento.

Porém, a medida radical da Coroa não surtiu efeito. Durante cerca de 150 anos os mais variados livros e textos foram editados, mas a Coroa foi organizando o seu aparato repressivo. A primeira lei que deu origem ao aparato de censura francês foi o estatuto de *Moulins* do ano de 1566, o qual exigia que os livros recebessem um privilégio real antes de serem publicados. Alguns anos depois, em 1629, foi editado o Código *Michaud* que

estabeleceu um mecanismo de censura feito por censores do rei. Dessa forma, até o final do século XVII o Estado francês havia consolidado seu poder sobre a indústria editorial e a universidade já não tinha poder nas questões relacionadas à publicação de livros.

Também havia uma rígida fiscalização sobre a venda e circulação de livros que era realizada pela polícia. Naquela época, a polícia *abrangia um conceito amplo, que cobria a maioria dos aspectos da administração municipal, inclusive iluminação, higiene e provisão de alimentos* (DARNTON, 2016, p.55). Na França dos *Borboun*, a polícia gozava de grande prestígio e era reconhecida pelos bons serviços prestados. Dessa forma, entre as tarefas da polícia também estava a de apreender livros ilegais, bem como seus autores e distribuidores.

Um episódio interessante relatado por Darnton (2016), descoberto durante sua pesquisa, dá conta de um romance escrito com personagens fictícios, onde também havia um guia auxiliar, denominado de chave na época, onde eram descritos quem eram os personagens da obra ambientada na França do século XVIII. Os leitores que tinham acesso à obra rapidamente identificaram entre os personagens o rei Luís XV, posto que eram narradas suas aventuras amorosas fora do seu casamento. A obra era um perigo para a imagem do rei francês que já estava com sua reputação manchada junto aos súditos devido ao aumento da cobrança de impostos e das péssimas condições nas quais a maioria da população vivia. Por esse motivo, a polícia dos livros tratou de ir atrás dos responsáveis pela autoria e distribuição da obra pela França de forma irregular. Para a surpresa do responsável pela investigação a autora era uma camareira que trabalhava no palácio de Versalhes. Conforme Darnton (2016), o responsável pela investigação não acreditava que uma mulher teria escrito um livro, pois a maioria delas eram analfabetas e tampouco teria capacidade intelectual para tanto. Tal fato demonstra como era o preconceito em relação às mulheres à época. Ainda nessa investigação, foi possível descobrir que além do fato de uma mulher ter escrito um romance de qualidade, também foi descoberta a existência de uma rede muito bem organizada de editoração e distribuição de livros clandestinos pela França. Muitas obras eram vendidas em livrarias, quando encomendas pelos leitores e também havia entregas domiciliares com os chamados “livros debaixo do casaco”, já que o entregador os escondia para não ser pego pela polícia dos livros. Dessa forma, havia o circuito oficial nas livrarias e o circuito não oficial, onde os livros eram entregues diretamente para os leitores, escondido das autoridades policiais.

O segundo caso apresentado por Darnton (2016) trata do domínio inglês sobre a Índia. Os ingleses começaram a explorar a Índia, principalmente para auferir ganhos

econômicos das plantações de algodão e depois vender tecidos, a preços competitivos para a imensa população indiana. Contudo, os ingleses começaram a perceber que viviam em um universo cultural totalmente diferente dos indianos e, portanto, estavam tendo dificuldades em estabelecer seu domínio. Por isso, para compreender melhor os indianos, a partir da sua cultura, os ingleses empenharam-se em registrar tudo o que fosse possível, como por exemplo: dados de colheitas, da flora, da fauna, dos habitantes, tanto que foi realizado o primeiro censo demográfico indiano no ano de 1872 pelos representantes ingleses no país. Segundo Darnton (2016), nesse movimento para registrar tudo o que pudessem, os ingleses passaram a organizar, também um censo da literatura indiana. Para concretizar esse intento, os ingleses editaram a Lei de Imprensa e Registro de Livros em 1867. Essa lei autorizava que o governador-geral, um inglês que dominava uma província indiana, ordenasse que fosse realizado o registro de todos os livros publicados em todas as províncias indianas então controladas pelos ingleses.

Conforme Darnton (2016) esses registros, *conhecidos de forma um tanto enganosa pelo nome de “catálogos”, eram compilados quatro vezes por ano por memorandos de bibliotecários de província, subordinados a funcionários locais* (p.100). Por essa afirmação podemos constatar que esse processo de controle contava com a atuação de serviços prestados por bibliotecários. Possivelmente para que o trabalho fosse bem executado os ingleses contratavam bibliotecários para organizar essa espécie de censo dos livros. Dentro desse aparato, imposto pelos dominadores inglês, os editores tinham a obrigação de fornecerem 3 exemplares de todos os livros que editavam. Como forma de incentivo, os editores recebiam um pagamento pelos livros, o preço de uma venda normal que os leitores pagariam. Além disso, os editores também eram obrigados a preencher um formulário onde deveriam fornecer informação sobre as obras editadas, tais como: o título, o autor, a língua, o tema, o local da impressão, os nomes do impressor e do editor, a data da publicação, o número de páginas, o tamanho, o formato, a tiragem, e o preço. Todos esses dados faziam parte do catálogo que estava sendo compilado para se ter ideia da quantidade e quais os assuntos constantes nas publicações indianas.

Conforme Darnton (2016) a lei de imprensa e registros contou com a participação de bibliotecários na sua formulação e ajudou a ampliar o número de bibliotecas na Índia. Porém, os catálogos que eram organizados pelos bibliotecários não ficavam disponíveis para serem consultados pelo público em geral que frequentava as bibliotecas. Essa afirmação já nos leva a crer que o processo de criação do catálogo visava o controle sobre as publicações e não havia interesse em disponibilizá-las para o público. O trabalho era

muito grande, já que a produção de livros indianos no período de 1868 a 1905 englobava cerca de 200 mil obras. O trabalho dos bibliotecários era bem minucioso, muito extenso e demorado, já que os catálogos deveriam conter um resumo das obras para que se pudesse ter uma ideia sobre quais assuntos tratavam.

Inicialmente, conforme Darnton (2016), os catálogos davam conta de histórias escritas sem nenhum tipo conotação política que representasse perigo para os interesses ingleses. Para termos uma ideia, um bibliotecário inglês chegou a escrever em um resumo, que a obra era inocente e até mesmo de cunho infantil servia apenas para fazer rir. Logo depois, com o avanço da ampliação do catálogo começaram a serem observadas obras que tratavam de sexo, consideradas uma afronta para a moral dos ingleses. Mas, por outro lado havia obras que exaltavam a presença inglesa na Índia, principalmente as que relatavam os ingleses como sendo agentes da modernidade, pois tinham trazido justiça para os humildes, energia elétrica, ruas calçadas e até mesmo foram os responsáveis pela construção de chafarizes que passaram a embelezar várias cidades indianas.

Mas nem todas as obras na Índia eram favoráveis e elogiosas aos ingleses. Conforme Darnton (2016), peças de teatro passaram a ser escritas, as quais criticavam a presença inglesa na Índia e procuravam chamar a atenção para a aculturação indiana, já que os ingleses estavam impondo e colocando em prática a sua cultura dentro da Índia. Contudo, os imperialistas ingleses não viam perigo nessas peças de teatro, pois consideravam elas um pingô no oceano de obras que eram publicadas dentro da Índia. Dentro da sua estrutura de dominação, os ingleses contavam com apoio de membros da elite indiana que os ajudavam nessa tarefa. Para se ter uma ideia, os ingleses, para melhorarem a sua estrutura administrativa, tiveram o disparate de obrigar os indianos, que ocupavam cargos administrativos a aprenderem a língua inglesa. Até mesmo os membros da elite indiano deveriam submeter-se aos caprichos dos imperialistas ingleses.

O controle através dos catálogos de livros foi sendo aperfeiçoado. A fim de tentar compreender as diferenças linguísticas e culturais passou a existir um rígido controle filológico dos catálogos. Embora, os resumos das obras fossem menores havia muito cuidado para que fossem bem redigidos, de forma clara para que pudessem ser compreendidos pelos ingleses que ainda tinham dificuldades de entenderem vários aspectos da cultura indiana, mesmo após anos de dominação. Assim, os catálogos foram usados pelos ingleses para controlarem o que os indianos escreviam e terem uma ideia sobre o que eles pensavam a respeito dos imperialistas e suas ações sobre a Índia era basicamente uma forma de controle. Darnton (2016) associa esse controle inglês sobre as

publicações de livros indianos à ideia de Foucault de vigiar e punir, onde o ato de vigiar é mais efetivo em se controlar aquilo que se deseja.

O terceiro caso de censura aos livros apresentado por Darnton (2016) foi o ocorrido na Alemanha Oriental⁷. O país dominado por um governo de orientação comunista mantinha um rígido controle sobre os escritores e o que eles escreviam. Uma das formas encontradas para administrar melhor essa questão foram as negociações entre escritores e editores. Conforme Darnton (2016), os editores eram membros do partido comunista que tinham como dever zelar por manter uma boa imagem do regime dentro da Alemanha Oriental. Tudo tinha início desde o momento em que o autor começava a idealizar mentalmente sua obra. Segundo Darnton (2016), os editores pediam rascunhos iniciais dos textos dos autores, para já irem dando sugestões de como os autores deveriam prosseguir com seus escritos. Dessa forma, o processo criativo dos autores já está sob o controle dos editores.

Segundo Darnton (2016), esse processo inicial de escrita e posterior sugestões dos editores eram marcadas por uma ampla negociação entre escritor e editor. Para que muitas das sugestões de alterações fossem aceitas pelos escritores era comum que os editores fizessem concessões, desde que não fossem impossíveis de serem concedidas. O sistema era muito bem organizado. Quando o editor tivesse alguma dúvida sobre sugestões ou alterações nos textos, ele tinha um grupo de leitores externos formado por críticos literários e professores universitários, altamente capacitados e confiáveis para sugerir modificações. Depois que o texto estivesse completo, o editor ainda deveria escrever um parecer com cerca de 5 páginas que eram datilografadas com as suas recomendações referente à futura obra. Além disso, nesse mesmo parecer o editor deveria informar dados como o nome do autor, o formato da obra, o número de páginas, a quantidade de exemplares a serem editadas, a quantidade de papel (havia uma quantidade limitada de papel no país, por isso esse dado era importante) e o preço sugerido de venda. Depois disso, o dossiê preparado pelo editor era enviado para o escritório do partido comunista responsável em aprovar ou reprovar a publicação da obra.

Contudo, segundo Darnton (2016), a censura contra uma obra poderia se concretizar após a sua publicação. Caso fosse permitida a publicação e venda de um livro e sua leitura causasse muito furor entre os leitores, a divisão responsável pela promoção

⁷ Após o término da Segunda Guerra Mundial a Alemanha foi dividida em 2 blocos: A Alemanha Oriental (de regime socialista) e a Alemanha Ocidental (de regime capitalista). Era a representação da disputa mundial travada entre Estados Unidos e União Soviética chamada de Guerra Fria.

da cultura da Alemanha Oriental não tinha nenhum pudor em recolher todos os livros e depois destruí-los para que não causassem mais problemas para a ordem vigente. Porém, também havia livros que eram recolhidos e trechos considerados inapropriados eram suprimidos ou reescritos em edições que eram lançadas posteriormente.

Entretanto, conforme Darnton (2016), o pior da censura explícita praticada desde o processo criativo até mesmo depois da publicação de uma obra era a autocensura. Conforme relatos de escritores da Alemanha Oriental, inconsciente muitos deles já tinham dentro de suas mentes que determinados temas, caso fossem abordados em suas obras poderiam lhe trazer problemas. Um autor chamou sua autocensura de “homenzinho verde dentro da cabeça” e outros relataram que tinham uma espécie de “tesoura dentro da cabeça”. Provavelmente, essa seja uma das partes mais difíceis de se detectar no que se refere à censura aos livros. Ela é algo interno, próprio de cada um, já que os autores podem interpretá-la de maneiras diferentes. Um exemplo dessa censura interna, mencionado por Darnton, foi a do autor da Alemanha Oriental, que somente percebeu que estava sendo censurado quando publicou algumas obras na Alemanha Ocidental, onde sentiu que tinha liberdade para escrever, já que não deveria prestar contas inicialmente de seus escritos para o seu editor. Ele relatou que acreditava viver em um regime de governo que incentivava a leitura e a escrita por permitir a publicação de seus livros. Por esse relato percebemos o quão cruel foi essa autocensura por não permitir que os escritores pudessem expor suas ideias e não serem tolhidos por esse motivo. Aliado a isso, quanto do potencial criativo desses escritores foi perdido em troca do controle do que eles iriam escrever em suas obras visando a sua publicação.

No próximo tópico discutiremos a publicação de livros e a ação na censura sobre eles no Brasil. Para o melhor entendimento foi realizado um breve histórico sobre os atos censórios praticados no Brasil. Posteriormente foi enfatizado o período a partir da década de 1970, onde realizamos um aprofundamento sobre a figura dos editores e as dificuldades sofridas por eles no período da ditadura civil-militar instaurada no Brasil nesse período.

3.5 A tensão entre publicar e censurar no Brasil

O Brasil tem sua história marcada como uma colônia de Portugal. A colônia estava submetida ao chamado pacto colonial⁸, por isso a metrópole ditava as regras a serem seguidas no Brasil. Assim, conforme Milanesi (1989) os primeiros livros que chegaram ao Brasil tinham ligação com a ação dos jesuítas no Brasil colônia. Os livros eram de orientação religiosa com a função de doutrinar os indígenas dentro da meta de consolidar a influência dos portugueses na então colônia brasileira. Essa ação estava dentro do contexto da época. Segundo Milanesi (1989) essa situação perdurou por cerca de 300 anos, quando no ano de 1759 os jesuítas foram expulsos do Brasil dismantelandando toda sua rede de doutrinação.

Contudo, não eram apenas os jesuítas quem determinavam o tipo de livros a serem lidos no Brasil colônia. Segundo Milanesi (1989), existia uma legislação da Corte portuguesa que controlava a publicação e circulação de livros no Brasil. A principal legislação existente na época, era a Carta Régia de 1747 que simplesmente proibia a publicação de livros no Brasil. Isso ocorria por dois fatores: o custo de impressão em Portugal era mais baixo e o outro era o de facilitar o trabalho da fiscalização, pois as licenças para a publicação de livros eram concedidas em Lisboa.

A Coroa portuguesa tinha um grande cuidado com os textos a serem impressos e distribuídos na colônia brasileira, já que havia a preocupação em garantir os seus interesses na colônia brasileira. O cuidado com os livros e os textos escritos neles estava a cargo dos seguintes órgãos: o Santo Ofício (Inquisição)⁹ e o Ordinário que eram ligados a Igreja e ao Desembargo do Paço¹⁰. Somente no século XVIII aconteceu uma mudança em relação ao controle dos livros. Durante a administração de Pombal, foi instituído um novo órgão fiscalizador: a Mesa Censória. Para fazer parte desse órgão os membros deveriam ser nomeados pelo rei, podendo ser eles leigos ou religiosos. As atribuições da Mesa Censória não se limitavam à avaliação e autorização para impressão de livros para

⁸ Era a relação de exclusivismo entre a metrópole (Portugal) e a colônia (Brasil). Por essa relação à colônia só poderia realizar transações comerciais autorizadas pela metrópole além de fornecer gêneros agrícolas e metais preciosos muito valorizados nos séculos XVI e XVII.

⁹ O objetivo da Inquisição era o de obter o arrependimento daqueles considerados hereges pela Igreja, mesmo que fosse preciso empregar tortura física e psicológica, e condenar toda e qualquer teorias que fossem contrárias aos dogmas do cristianismo.

¹⁰ O Desembargo do Paço era o Tribunal Supremo, de grande importância na monarquia portuguesa e antecessor histórico ao equivalente do Supremo Tribunal Federal atualmente no Brasil.

o cidadão comum, após sua liberação por um censor. Também havia o temor de que textos de outros países invadissem Portugal e interferissem no controle realizado pela Mesa Censória nos livros que chegariam para os leitores (MILANESI, 1989).

Mesmo que houvesse um rígido controle sobre os livros no Brasil, ainda assim muitos livros entravam de forma clandestina na, então, colônia portuguesa. Conforme Milanesi (1989), em regiões de maior pujança econômica, bibliotecas eram formadas por pessoas ricas. Como exemplo, Milanesi (1989) cita a região das Minas Gerais, onde membros do movimento revolucionário da Inconfidência Mineira tinham livros contrabandeados da Europa, consideradas como obras subversivas na colônia. Somente com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, fugindo do exército napoleônico, é que houve um certo afrouxamento em relação ao controle sobre os livros em circulação no Brasil. Conforme Castro (2005) houve uma liberação para a entrada de livros estrangeiros na colônia brasileira, sobretudo para atender aos interesses da elite da época que enviavam seus filhos para estudarem na Europa. Contudo, mesmo com essa liberação o número de livros em circulação praticamente não se alterou devido ao grande número de analfabetos que habitavam as terras brasileiras.

A vinda da família real portuguesa para o Brasil também teve importância por marcar a fundação da Biblioteca Nacional do Brasil. Porém havia uma contradição: era uma biblioteca brasileira, mas os livros eram todos da biblioteca real portuguesa que foram trazidos pelos membros da corte portuguesa quando fugiram para o Brasil. Embora com o exemplo da fundação da Biblioteca Nacional, conforme Castro (2005) a ampliação de bibliotecas no Brasil só ocorreu em momentos de desenvolvimento econômico, político, educacional e social. Dessa forma, segundo Milanesi (1989) algumas bibliotecas foram patrocinadas, por exemplo, por fazendeiros do café de São Paulo, o que funcionava como uma espécie de ato de bondade por parte de um homem rico. Era ele quem propiciava para os mais humildes um contato com as letras, uma oportunidade de instruir o espírito na busca por conhecimentos escritos nas páginas dos livros.

Até os anos 40, conforme Castro (2005) o Brasil ainda sofria com a dependência da Europa. Nessa época, a maioria dos livros que circulavam no Brasil eram impressos em gráficas de Portugal e França. Isso dificultava que autores nacionais conseguissem lançar seus livros e, para piorar a situação, a sociedade brasileira, principalmente a elite, considerava obras de escritores franceses como sendo superiores em qualidade e importância em relação aos autores nacionais. Outro ponto destacado por Castro (2005) que dificultava a circulação de livros no Brasil era o alto custo deles. Entre fatores que

contribuíam para isso: o fato de serem impressos na Europa, existirem poucas livrarias e o baixo poder aquisitivo da população em geral. A situação começou a mudar um pouco entre os anos de 50 e 60 quando começaram a ser publicados no Brasil os chamados livros de bolso (CASTRO, 2005). Esses livros, conforme Castro (2005), foram uma iniciativa da editora Globo, de Porto Alegre (RS) e privilegiavam títulos com temas como: faroeste, policiais e romances de pouco ou nenhum renome. Por terem um apelo mais popular, esses livros também ficaram conhecidos como “livros de pobres”. Essa alcunha ocorria pelo fato desses livros terem como característica o papel empregado na sua confecção ser de baixa qualidade e também por serem vendidos em locais de grande circulação de pessoas como: farmácias, bancas de jornais e revistas descolados das livrarias, redutos tradicionais da comercialização de livros.

Na década de 70, conforme Reimão (2018), o Brasil, já com o governo gerido por presidentes militares, começa a vivenciar um período de desenvolvimento econômico acentuado que ficou conhecido como o “milagre econômico brasileiro”¹¹. O grupo da sociedade brasileira que começou a consumir bens como automóveis, eletrodomésticos e livros foi a classe média. Segundo dados levantados e pesquisados pela autora, a partir do ano de 1972 foi rompida no Brasil a barreira de 1 livro por habitante. Para exemplificar esse grande crescimento editorial, Reimão (2018) levantou as seguintes hipóteses:

- 1970-74 período onde se verifica a ausência de uma política cultural, mas marcado pela censura e repressão por parte do governo militar;
- 1975 foi lançada a Política Nacional de Cultura (PNC) que caracterizou-se pela atenção do Estado brasileiro em centralizar e patrocinar a produção artística e cultural oferecendo prêmios, incentivo e financiamentos para artistas, autores e editores;
- 1979 nesse período final dos anos 70 aconteceu uma rearticulação da sociedade civil brasileira. O sindicalismo, principalmente o movimento do ABC¹² Paulista organizou uma grande greve onde cerca de 160 mil metalúrgicos participaram. Nesse momento os

¹¹ Período compreendido entre os anos de 1967 a 1973 onde o Brasil obteve taxas médias de crescimento elevadas sem precedentes na história do país. Aproveitando-se do bom momento o, governo militar na época, propagandeou que o Brasil estava no caminho para tornar-se uma potência econômica mundial.

¹² Formada pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul da região metropolitana de São Paulo. Essa região é marcada pela grande produção industrial, principalmente montadoras de automóveis.

textos que tratavam de temas políticos passaram a ganhar mais espaço e atenção por parte de escritores e também de editoras. Esse acontecimento foi um dos mais importantes que marcaram o processo de abertura política que levou ao fim a ditadura civil militar brasileira encerrada oficialmente em 1985.

A produção de livros no Brasil teve um grande aumento no período compreendido entre os anos de 1970 a 1979. Com o “milagre econômico” grande parte da população passou a ter acesso a crédito para adquirir bens de consumo e o livro foi um desses bens. Também nesse período a televisão estava presente nos lares de vários brasileiros. Muitos dos artistas da televisão tinham livros editados e que depois de lançados acabavam vendendo em grande quantidade nas livrarias. Outro fator que contribuiu para o aumento das vendas de livros foram os programas educacionais lançados pelo governo militar. Havia um projeto nacionalista para qualificar a mão-de-obra para que a produção industrial brasileira pudesse se desenvolver e melhorar seus produtos. Para que esse objetivo fosse atingido era preciso incentivar a educação e uma das formas encontradas para isso foi produzir livros e depois enviá-los para as escolas brasileiras em grandes quantidades (GALUCIO, 2009). Outro ponto de destaque para o incremento a produção de livros foi o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que remonta às origens do INL e contribuiu para que milhares de livros didáticos fossem produzidos e destinados para serem distribuídos nas escolas públicas brasileiras.

A circulação de livros, de forma que um número maior de pessoas pudesse acessá-los e não fizessem mau uso, era uma preocupação do Estado. Para resolver este problema, foi criado o Instituto Nacional do Livro, tema tratado a seguir.

4 O INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO (INL): A EDITORAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS LIVROS NO BRASIL

O Instituto Nacional do Livro (INL) foi criado através do Decreto-Lei número 93 de 21 de dezembro de 1937. Sua concepção e implementação ocorreu durante o governo do presidente Getúlio Vargas. O primeiro responsável pelo INL foi Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde do governo Vargas.

Na exposição de motivos para a criação do INL, Capanema exalta a importância do livro como um *companheiro amigo, que instrui, diverte e consola*. Nessa exposição de motivos, ele também destaca que o livro é um semeador que transforma a terra sendo, ele, *uma figura constante em todas as revoluções*. Para dar maior ênfase à importância do livro, Capanema escreveu que o Estado deveria proteger o livro ao proteger e facilitar a sua produção e divulgação. Porém, no prosseguimento de sua argumentação destaca que o Estado deveria vigiar para que o livro não se tornasse um instrumento do mal, mas sim o *inspirador de grandes sentimentos das causas humanas*. A apresentação dos motivos para a criação do INL já demonstra as (in)coerências existentes no projeto. Já de início, foi possível percebermos que a primeira função do Estado seria a de incentivar a produção dos livros pelo seu caráter revolucionário. Mas logo depois, já se destaca que o Estado deveria estar vigilante, atento para que o livro não se tornasse um instrumento do mal. Pelos motivos expostos, o controle dos livros seria uma tarefa essencial para os governantes. Dessa forma, na sua origem o INL já apresentava sua faceta como um órgão de controle ligado ao Estado.

As competências do INL, constantes no seu decreto de criação eram as seguintes:

- a) Organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional;
- b) Editar obras raras ou preciosas;
- c) Promover medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no Brasil;
- d) Incentivar a organização e auxiliar na manutenção de bibliotecas públicas pelo país.

Embora tenha sido fundado no período anterior ao qual analisamos na pesquisa, o INL, desde a sua criação, exerceu um papel de grande importância no que diz respeito à editoração e distribuição de livros no Brasil no período compreendido entre os anos de 1937 a 1991 quando foi incorporado pela Biblioteca Nacional. Por esse motivo, o destaque para esse órgão pertencente à estrutura administrativa do Estado brasileiro durante um período de tempo considerável, que nos parece, exercia inegável controle sobre a produção livresca, sobretudo através do sistema de co-edição.

Durante seus primeiros anos, mais precisamente a década de 40, a atuação do INL na editoração foi de cerca de 45 obras, entre livros e folhetos, a maioria de cunho religioso com tiragens entre 10 e 75 mil exemplares (OITICICA, 1997). Esse fato demonstra como a religião influenciava as decisões no tocante à política editorial dos membros do governo do período. Ainda durante o governo Vargas, a ideia de cultura estava ligada principalmente à ideia de bibliotecas repletas de livros. A política em relação às bibliotecas públicas no governo Vargas, conforme Leitão (2010) destaca, era a de o INL priorizar a publicação de livros didáticos para serem distribuídos nas escolas públicas brasileiras. Inicialmente, o objetivo era o de fornecer livros para as bibliotecas escolares, cumprindo a missão de educar a população brasileira.

Também havia um plano, na verdade um grande projeto, partindo do INL de se criar várias bibliotecas públicas nas capitais brasileiras e também em outras cidades menores. Conforme Bragança (2009), milhares de livros foram enviados para ajudar a estruturar bibliotecas públicas pelo Brasil. Outro ponto destacado por Bragança (2009) foi o incentivo, por parte do INL, para a criação de cursos de Biblioteconomia, em algumas capitais brasileiras, com a finalidade de formar técnicos para prestarem serviços nas bibliotecas públicas. Contudo, o plano esbarrou na falta de verbas, principalmente para as cidades menores distantes das grandes capitais, de pessoal qualificado para colocá-lo em prática além do próprio desinteresse do governo, visto que havia um grande número de analfabetos no Brasil na época. Em linhas gerais, era um alto investimento para um reduzido público leitor, já que muitos não conseguiriam ler os livros por não serem alfabetizados. Apesar disso, os números de livros editados e doados eram impressionantemente altos, para a época. Conforme dados obtidos por Bragança (2009), até o ano de 1941, *o Instituto havia distribuído às bibliotecas inscritas 86 mil volumes; cinco anos depois, o número já atingia 633.217 volumes, além dos 14.105 livros remetidos para o exterior, doados a bibliotecas de universidades e entidades culturais em outros países* (p. 8). Por outro lado, ao colocar os livros didáticos dentro das escolas

e nas estantes das bibliotecas, criava-se uma política pública através da qual dava-se uma falsa impressão de preocupação para com a educação da população. Além disso, transparecia a ideia de que o governo não poupava esforços em aumentar os níveis de educação do povo - o paradoxo entre essência e aparência.

Contribuíram para a propagação dessa ideia incentivos à educação, as ações desenvolvidas pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) que veiculava notícias em programas como a *Voz do Brasil*¹³ e em jornais como o *Correio da Manhã*. Em ambos os veículos de comunicação desenvolvia-se o sistema de propaganda do governo Vargas. Como aliado havia o INL, um órgão responsável pela publicação e distribuição de livros com um viés favorável ao governo que controlava tudo e fornecia apenas as obras as quais ele escolhia como sendo as mais apropriadas. Nesse tocante também propagava-se a imagem de que havia bibliotecas repletas de livros. Aliado a isso, criava-se a ideia de que bastava enviar os livros, sem que houvesse uma consequente organização e uma política para difundi-los, fosse uma forma suficiente para garantir acesso à cultura para a população (LEITÃO, 2010).

Durante os anos 50, sobretudo após o término da 2ª Guerra Mundial, teve início um período de prosperidade econômica em nível mundial. O Brasil também iria desfrutar dessa era de prosperidade através da realização de investimentos nos setores educacionais e industriais. Dentro desse quadro, o INL deveria contribuir direta e eficientemente para o desenvolvimento cultural do país. Foi nesse período que o INL consolidou-se como o principal órgão responsável pela editoração do Estado no Brasil. Entre as principais obras editadas pelo INL no período compreendido entre os anos de 1950-1960 destacaram-se as obras de aspecto político-linguístico, na busca pelas origens filológicas com a finalidade de se incrementar a produção de dicionários no Brasil (TAVARES, 2014). Organizar uma Enciclopédia e um Dicionário brasileiros eram a primeira proposta quando da criação do INL em 1937. Chegaram a ser publicados três volumes da Enciclopédia Brasileira entre os anos de 1962 e 1963 e mais 2 volumes nos anos de 1971 e 1972. Já os dicionários tiveram 11 volumes publicados entre os anos de 1963 e 1969 (OTERO, 2003).

Ainda se destaca, nesse período, que o INL dá uma grande ênfase às bibliotecas públicas. A Seção de Bibliotecas do INL tinha o intuito de estimular a leitura através das bibliotecas. No ano de 1938, somente um ano após a criação do INL, foram distribuídos

¹³ Programa de rádio criado durante o governo Vargas para divulgar as realizações do governo com a finalidade de fazer propaganda. Esse programa ainda é veiculado nas rádios até os dias atuais.

15.909 livros para bibliotecas brasileiras. Em 1956 foi iniciado, pelo INL, o Regime de Convênios com prefeituras municipais para a criação de bibliotecas públicas. Até o ano de 1987 havia o registro de 3.028 bibliotecas cadastradas no país, sendo que 3.024 delas eram conveniadas com o INL. Além disso, a Seção de Bibliotecas tinha como uma de suas principais funções organizar um cadastro geral de bibliotecas. Quando devidamente cadastradas, as bibliotecas inscritas tornavam-se aptas a receber livros que eram adquiridos de editoras brasileiras (OTERO, 2003).

Em sua fase inicial, o INL contribuiu para que o sistema empresarial do livro brasileiro se estruturasse e se fortalecesse como um segmento da economia que viabilizasse um negócio rentável para seus investidores. O período de maior atuação do INL, no tocante à editoração, ocorreu entre os anos de 1960-1970. Nesse período, em especial, foram editadas obras, sobretudo de clássicos da literatura brasileira, bem como livros técnicos, para estudantes de cursos técnicos e universitários e livros didáticos para os milhares de estudantes das escolas brasileiras. Durante o governo do General Médici (1969-1974) foi lançado o Plano de Ação Cultural (PAC) que foi o responsável por financiar vários eventos realizados no setor cultural. Esse plano de incentivos também teve reflexos no INL, tanto que ocasionou mudanças na sua estrutura, entre as quais se destaca a incorporação da Comissão do Livro Técnico e Didática (COLTED). Uma observação importante a respeito da COLTED é de que ela foi extinta no ano de 1971 devido a um escândalo de desvio de verbas. Conforme Filgueiras (2015), dados levantados deram conta de que o desvio de verbas ocorrido envolveu transportadoras, editoras e fabricantes de caixas onde os livros seriam embalados para, posteriormente serem enviados para bibliotecas de todo o Brasil. As dificuldades de controle do projeto ocorreram devido ao tamanho do país fazendo com que a distribuição dos livros não fosse realizada de forma eficiente, oportunizando para que ocorressem desvios de recursos públicos.

Durante um grande período, o INL ficou relegado a um segundo plano dentro da estrutura administrativa do Estado brasileiro. No governo militar houve um processo de reativação das atividades do INL, visto que teve início a política de subsídios por parte do instituto financiada pelo Estado brasileiro. Na prática, o INL passava a financiar parte das tiragens de livros literários, técnicos, didáticos e paradidáticos. Esse ato gerou um aumento da produção de livros que, em sua maioria, eram destinados para utilização em escolas primárias e técnicas. Além disso, essa política de subsídios também foi estendida para as editoras com outro tipo de publicações, que não fossem destinadas para

estudantes, como livros de ficção e romance. Durante o ano de 1970 o INL passou a produzir co-edições¹⁴ com tiragens de 5 mil exemplares ou mais (GALUCIO, 2009).

Anteriormente ao regime de co-edições oferecido pelo INL, as editoras enfrentavam muitas dificuldades. Até os anos 30, a maioria dos livros que circulavam no Brasil vinham de editoras europeias, principalmente de Portugal. Era mais vantajoso editar o livro na Europa e depois importá-lo para o Brasil. Com a crise econômica de 1929 houve uma grande diminuição das exportações em nível mundial. Por esse motivo, o Banco do Brasil passou a definir as condições das importações de livros e papel. Tanto *o livro brasileiro impresso no exterior, do papel vindo de fora e utilizado para produzir o livro aqui, do próprio livro estrangeiro, mas também das máquinas e dos diversos equipamentos necessários para a produção do livro* (GALUCIO, p. 43, 2009).

Segundo Galucio (2009) durante a 2ª Guerra Mundial houve um aumento na produção de livros no Brasil, devido às dificuldades de transporte e de fabricação de livros na Europa, enquanto os esforços materiais se voltavam para a guerra. Também foi nesse período que ocorreu uma diminuição dos livros escritos em língua francesa, mas em contrapartida houve um aumento dos livros escritos em língua inglesa vindos dos Estados Unidos, país que não havia sofrido muitas perdas com a guerra. Essa dificuldade de importação de livros estrangeiros também contribuiu para o desenvolvimento no Brasil de um novo filão de negócio para as editoras: a tradução e publicação em língua portuguesa de obras estrangeiras. O negócio começou a ganhar força, sendo que as editoras passaram a contratar tradutores para o seu quadro de funcionários visando ampliar suas publicações. Um ponto destacado por Galucio (2009) foi o crescimento de editoras no Brasil na metade do século XX. Além disso ela relata que esses empreendimentos eram desenvolvidos por pessoas motivadas por razões políticas, nacionalista e/ou por razões de interesse pessoal ou familiar. No caso do Brasil há uma particularidade em relação às editoras: o seu funcionamento e a linha editorial estavam centralizadas na figura do editor. Dessa forma, era o editor quem dava as diretrizes e definia os rumos como a política editorial que orientaria a editora.

Diante das dificuldades enfrentadas pelas editoras e seus editores, o sistema de co-edições oferecido pelo INL apresentava-se como uma grande oportunidade de negócio. Contudo, na visão de Oiticica (1997) o regime de co-edições foi uma forma do Estado renunciar à editoração e publicação de livros, mas por outro lado garantia que esse

¹⁴ Ver anexo B

processo fosse realizado pelas editoras que aceitassem participar. Logo, esse sistema revelou a sua face cruel: o Estado se reservava o direito de vetar as obras as quais não considerasse apropriadas. As editoras perdiam a sua liberdade e eram controladas pelo Estado que era o financiador das obras que ela iria editar. O Estado tinha o controle do que seria publicado e deixava as editoras reféns através da concessão de financiamento. Não foi por coincidência que o regime de co-edições do INL foi lançado junto com a lei da censura e do aumento da repressão contra os ativistas políticos contrários a ditadura civil-militar que estava em vigência.

Segundo Otero (2003) a partir do ano de 1967, o INL começou a ganhar um papel de destaque, após um período de ostracismo, quando passou a ser um dos braços do MEC (Ministério da Educação e Cultura). Ainda nesse mesmo ano foram criados os “Prêmio Literários Nacionais” que no ano seguinte, 1968, foram alterados pela Lei número 5.543/68¹⁵. Esses prêmios eram incentivos em forma de recursos financeiros para a publicação das obras vencedoras do concurso. A premiação variava com valores entre 40 e 100 dos maiores salários mínimos que estavam em vigência no Brasil naquela época. Portanto, era uma forma de incentivar os escritores e a publicação de suas obras com o apoio financeiro governamental. Já no ano de 1971 foi aprovado pelo MEC o regulamento do “Prêmio Instituto Nacional do Livro de Literatura Infantil”, o qual premiaria obras infantis inéditas a cada 2 anos. Também no ano de 1971 foi instituído o “Prêmio de Pesquisa Estudantil Nacional do Livro”. O INL deveria anualmente indicar um tema de pesquisa bibliográfica a ser desenvolvida e os estudantes dos ciclos fundamental e médio iriam concorrer e seriam premiadas as melhores pesquisas definidas pela comissão julgadora.

Além dos prêmios literários, entre os anos de 1970 e 1973 o auge do “milagre econômico” o INL *foi o responsável, pelo recorde de 30 milhões de livros distribuídos e mil títulos co-editados pelo INL, os critérios adotados favoreciam a concentração do setor livreiro* (GALÚCIO, 2009). O governo militar tinha um projeto nacionalista para fazer do Brasil uma potência econômica mundial. Por esse motivo passaram a investir em grandes obras públicas, a incentivar a formação de técnicos através das escolas técnicas e em projetos de alfabetização como o MOBREAL¹⁶ (Movimento Brasileiro de

¹⁵ Ver anexo C

¹⁶ O MOBREAL começou a funcionar efetivamente em 1970. Seu objetivo inicial era o de alfabetizar a população urbana analfabeta de 15 a 35 anos. Mas, a partir de 1974, também foi estendido para os jovens de 9 a 14 anos. A concentração de esforços na primeira faixa etária era justificada pela sua importância

Alfabetização). Assim, era imprescindível ter livros que fossem adequados para atender as necessidades desses diferentes públicos. Uma das finalidades do regime de co-edições foi de atender a essa nova demanda criada para ser atendida pelo setor editorial em parceria com o Estado.

No ano de 1973 ocorreu a crise do petróleo¹⁷, que acabou atingindo o mercado editorial brasileiro. Devido ao aumento dos preços do barril de petróleo, ocorreram aumentos dos custos de energia e transporte e os preços do papel, em nível mundial, aumentaram muito. No caso do Brasil, o preço do papel de imprensa subiu mais de 100%, entre os anos de 1973 e 1974, dificultando muito a situação do setor editorial no país. Até o regime de co-edições do INL foi afetado, pois elas diminuíram seu valor e número de exemplares devido ao aumento dos custos (OITICICA, 1997). Após esse período de dificuldades econômicas, a indústria editorial apresentou uma recuperação baseada nas compras de livros didáticos realizadas pelo governo. Entretanto, o Brasil apresentou uma queda na produção de livros durante a década de 80.

Durante o período inicial da ditadura militar, conforme Leite e Leitão (2009) não houve maiores preocupações em relação às bibliotecas públicas como sendo locais que pudessem causar transtornos para a ditadura civil-militar em vigência. Inclusive durante a ditadura civil-militar o INL incentivava a formação e ampliação de bibliotecas públicas no Brasil conforme podemos observar no resumo de 2 convênios¹⁸ transcritos abaixo:

Resumo de convênio celebrado entre o Instituto Nacional do Livro, órgão do Ministério da Educação e Cultura, e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Goiás, para promoverem, conjuntamente, difusão cultural no Estado de Goiás.

O Instituto coloca à disposição da Secretaria, por dois anos, uma viatura marca Volkswagen, tipo Kombi, chassi BH 286.997, motor BH 544.767, devidamente equipada com 1.000 livros, que será utilizada pela mencionada Secretaria, em forma de comodato, para atender aos objetivos propostos pelo aludido instrumento.

As partes convenientes ficaram de posse do termo completo do convênio assinado em Brasília, em 31 de agosto de 1976.

Herberto Sales, Diretor do INL.

D. O. União de 5-10-76, p. 13.256, Seção i, Parte I

produtiva e, na segunda, pela necessidade de aliviar a primeira série do ensino regular de primeiro grau, congestionada pelo excesso de alunos novos e os repetentes.

¹⁷Aconteceu em 1973 em protesto pelo apoio prestado pelos Estados Unidos a Israel durante a Guerra do *Yom Kippur*, tendo os países árabes organizados na OPEP aumentando o preço do petróleo em mais de 400%.

¹⁸ Revista Brasileira de Biblioteconomia. Doe. 8 (4/6): 128-132, out./dez. 1976.

Resumo de convênio celebrado entre o Instituto Nacional do Livro, órgão do Ministério da Educação e Cultura, e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso, para realização de encontros de responsáveis por bibliotecas públicas do Estado de Mato Grosso.

O Instituto, através do empenho 0194, de 27-5-76, elemento de despesa 3.2.7.9, Programa-Subprograma Programa Atividades 0848247 - 2.120, do Orçamento da União para 1976, consignou a importância de Cr\$12.000,00 (doze mil cruzeiros) para fazer face às despesas objeto do convênio, obrigando-se a Fundação a realizar encontros de responsáveis por bibliotecas públicas e prestar contas dos recursos que lhe foram destinados, até 45 (quarenta e cinco) dias-após o término deste convênio, que vigorará até 31-12-76.

As partes convenientes ficaram de posse dos termos completos do acordo, que foi assinado em Brasília, em 9 de setembro de 1976.

Herberto Sales, Diretor do INL.

D. O. União de 5-10-76, p. 13.256, Seção i, Parte I

Pelos convênios firmados entre o INL e os Estados, no caso específico desses exemplos de Goiás e Mato Grosso, era garantido o fornecimento de livros, de veículos para transporte e a disponibilização de verbas para o treinamento de pessoal para atuar nas bibliotecas. Foi possível constatar a existência de verbas disponíveis por parte do governo para investimentos em melhorias nas bibliotecas brasileiras. Provavelmente esse incentivo às bibliotecas públicas, na década de 1970, seja fruto do que ocorreu entre os anos de 1967 e 1970. Durante esses anos o governo brasileiro fomentou uma política de incentivo a publicações de obras, sem se importar com o seu conteúdo. O objetivo desse incentivo era o de apostar na editoração de livros para depois distribuí-los para escolas e bibliotecas brasileiras. Isso era parte do projeto do governo de aumentar a produção de livros para diminuir o analfabetismo e contribuir para a qualificação da mão-de-obra. Mas novamente, assim como no governo Vargas, criava-se a ilusão de que a distribuição de livros em quantidades massivas representaria um sinal de acesso à informação e disseminação de cultura para a população - em grande parte, ainda analfabeta (LEITE E LEITÃO, 2009).

A princípio, os livros técnicos, didáticos, científicos e os romances não eram alvo da censura, desde que não contivessem conteúdo obsceno, com referências a sexo e a pornografia. Dessa forma, o governo deixava o problema da censura nas mãos das editoras, pois elas corriam o risco de terem alguma obra censurada, mesmo após a sua impressão. Caso isso ocorresse, o prejuízo poderia tornar-se irreparável, devido ao alto custo de produção do livro no Brasil. Os livros didáticos eram o carro chefe das editoras, devido ao aumento do número de escolas e, conseqüentemente, ao maior número de alunos que elas passaram a atender. Assim, as editoras que seguiam essa linha editorial, dos livros didáticos, com o incremento na editoração desses livros ganharam um grande

filão para explorar e ampliar seus negócios. Esse negócio foi tão lucrativo, que grandes grupos editoriais brasileiros se especializassem na produção de livros didáticos, estabelecendo-se no mercado editorial como referências dentro desse setor.

Após analisarmos o INL e sua atuação como órgão do governo que controlava a editoração e distribuição do livro no Brasil, passaremos no tópico seguinte ao tema da censura aos livros durante o período da ditadura civil-militar brasileira.

4.1 Censura aos livros durante a ditadura civil-militar brasileira

O Brasil foi uma colônia portuguesa durante mais de 300 anos da sua História, por isso era natural que Portugal tivesse muita influência sobre a sua colônia. Uma das grandes influências que o Brasil sofreu por parte de Portugal diz respeito à questão da censura. Para se ter uma ideia dessa influência, até a chegada da família real ao Rio de Janeiro, as tipografias eram proibidas e os impressos que chegavam no Brasil, importados da metrópole portuguesa, deveriam obrigatoriamente passar pela fiscalização da burocracia censória portuguesa (SCABIN, 2018). Então foi natural que as atividades relativas a editoração e impressão de livros ou textos escritos já nascessem dentro de um sistema censório.

A censura é uma herança portuguesa, que se desenvolveu no Brasil mesmo em períodos democráticos. Porém, ela é mais destacada quando da instauração de regimes autoritários ou ditatoriais. Seguindo a ideia de Foucault (1999) não são todos que possuem a liberdade para proferirem seus discursos, eles são monopólio de alguns grupos, sendo o principal deles os que detém o poder, nesse caso quem estava no governo do país. Assim, mesmo em períodos democráticos as pessoas não possuem liberdade para falarem tudo o que desejam. Elas precisam respeitar as regras existentes, escritas em uma legislação, que devem ser seguidas por todos com o objetivo de manter a ordem e o controle da situação. Já nos regimes autoritários ou ditatoriais a lei é substituída pela coerção física com perseguições e até mesmo eliminação daqueles que criticarem o governo com opções políticas opostas.

Durante o governo Vargas, especificamente no período ditatorial, a censura foi amplamente utilizada. Nessa época a estrutura governamental criou o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), o órgão responsável por censurar e liberar a publicação e

importação de livros. Além disso, o DIP também foi o responsável por liberar a publicação de obras que enalteciam a figura do então presidente Getúlio Vargas, fazendo propaganda de suas realizações no governo. Era uma forma, ao mesmo tempo, de controle da população como também de divulgação das obras realizadas pelo governo. Dessa forma, nesse período muitas obras foram censuradas pelo DIP.

Para exemplificar a ação do DIP destaque para a censura das obras do escritor brasileiro Monteiro Lobato sob o pretexto de que alguns de seus livros eram sugestionáveis às crianças que poderiam se impressionar facilmente com algumas frases as quais ele escrevia em suas histórias. Outro caso surreal de censura, ocorrido nessa época, foi o da obra *Tarzan*, onde o livro foi rejeitado pelo fato do autor ter escrito a palavra “companheiro” o qual foi interpretado como sendo uma possível indicação de sua posição política como sendo comunista (LEITÃO, 2010).

Ainda durante o governo Vargas ocorreram uma série de apreensões de livros em bibliotecas, livrarias e depósitos de editoras. Além disso, escritores de renome como Graciliano Ramos, Jorge Amado e Raquel de Queiróz foram presos por, supostamente, defenderem ideais comunistas (SCABIN, 2018). Após a realização das ações de confisco de livros, muitas dessas obras acabaram sendo queimadas. Segundo Báez (2004), o uso do fogo pelo homem possui 2 sentidos principais: o da vida e o da purificação. O primeiro sentido remete aos primórdios quando os homens primitivos tiveram o fogo como um grande aliado pela sobrevivência. Já o segundo sentido, o da purificação remete às religiões como forma de representação do poder divino. Assim, ao queimar os livros, seus executores estão purificando e livrando as mentes do perigo de terem contato com uma leitura diabólica, mas por outro lado estão demonstrando o seu poder. Além disso, quem assiste a queima de algo observa que seu resultado final são as cinzas, a representação de que aquele perigo foi eliminado. A queima de livros, na visão desses algozes, representa a eliminação do mal e a purificação da mente, jamais a destruição do conhecimento. Assim, os rituais de queima de livros foram amplamente utilizados pelos regimes autoritários.

Após a Era Vargas, a censura começou a ser amplamente empregada a partir da instauração do golpe militar brasileiro de 31 de março de 1964, que ocorreu após um período de cerca de vinte anos de democracia no país. Segundo Reimão (2011), no período anterior a 1964, as ideias dos grupos de esquerda passaram a fazer parte do conjunto das atividades culturais e artísticas brasileiras. Quando os militares assumiram o governo do Brasil, com a sua principal justificativa do golpe a de frear a “ameaça

comunista” (grupos de esquerda), para surpresa de todos eles não investiram contra esta produção cultural de esquerda existente naquele momento. Por isso, entre os anos de 1964 e 1969, ocorreu um fato bem atípico: a paradoxal convivência de uma ditadura de direita com uma ampla presença de produções culturais de esquerda foi uma característica marcante do panorama cultural brasileiro naquele momento. A este período em especial, que Elio Gaspari denominou de “a ditadura envergonhada”, ou seja, militares que assumiram o governo brasileiro sem que tivessem apoio maciço da população por não terem sido eleitos de forma democrática.

Embora, não tivessem sido eleitos democraticamente, os militares contaram com o apoio de alguns setores da sociedade brasileira como empresários e grupos cristãos que defendiam valores familiares. Pois conforme Arendt (1989) os regimes totalitários dependem da população para chegarem e permanecerem no poder. Cabe aos governos autoritários manterem esse apoio, já que ao conseguirem organizar as massas e não as classes e utilizando-se de propaganda para divulgar seus feitos, seu objetivo é atingido. Durante a ditadura civil-militar brasileiro vimos como as massas foram manipuladas com propagandas mentirosas em tom ufanista onde se mostrava a imagem de um Brasil grandioso com muita prosperidade e que se tornaria uma potência econômica. Mas havia o outro lado onde muitas pessoas eram perseguidas e desapareciam por terem opiniões políticas contrárias ao sistema vigente.

Durante os primeiros quatro anos da ditadura militar, como já descrito, conviviam um governo de direita e autores e artistas que publicavam e produziam obras que faziam críticas a este mesmo governo, presentes nas telas de cinema, nos teatros, nos shows e nas livrarias sem que houvesse maiores problemas. Para se ter uma ideia, Reimão (2011) escreveu que no dia 21 de maio de 1964, uma equipe liderada por Millôr Fernandes lançou a revista *Pif-Paf*. No editorial da revista constava que ela era a resistência ao arbítrio do regime policialesco. Ou, como prometeu a própria revista: em todos os números do *Pif-Paf* falariam da “Liberdade, um assunto que nos tem presos”, uma clara alusão aos presos políticos da ditadura civil-militar.

Ainda no mês de julho de 1964, o lançamento de *O Ato e o Fato*, obra de Carlos Heitor Cony, transformou-se em um ato de resistência. A obra bateu o recorde de frequência para uma noite de autógrafos, já que o autor assinou 1600 exemplares, além disso a primeira edição foi esgotada em poucas semanas de vendas. Em 1965, logo em seguida à publicação de *O Ato e o Fato*, Nelson Werneck Sodré, em um artigo publicado na revista *Civilização Brasileira* número 1, comentava que as crônicas de Cony, reunidas

em livro, tiveram uma grande repercussão entre a população brasileira. No período entre 1964 e 1968, dois romances publicados se destacaram por serem analíticos e críticos ao sistema vigente: *Quarup*, de Antônio Callado, publicado pela Editora Civilização Brasileira, e *Senhor Embaixador*, de Érico Veríssimo, publicado pela Editora Globo de Porto Alegre. A estratégia básica do governo militar, em relação à circulação das produções culturais entre 1964 e 1969, foi no sentido de preservar a produção cultural, mas por outro lado impedir que a massa operária e de agricultores tivessem contato com ela, deixando-a restrita à intelectualidade (REIMÃO, 2011). Esse processo de “tolerância controlada”, onde algumas obras podiam circular, provavelmente, era uma forma de se obter legitimidade do regime de governo junto a setores da intelectualidade brasileira.

Entretanto, ao não repreender as atividades culturais existentes no período de 1964, não significa que o governo militar as incentivasse. Na verdade, o que aconteceu foi o exatamente contrário: o movimento cultural destes anos é uma espécie de floração tardia, fruto de duas décadas de democratização aliado a um certo crescimento econômico, sobretudo em meados dos anos 50 durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek¹⁹. Contudo, não significa que, entre o golpe militar de 1964 e a decretação do AI-5 em 1968, a censura em relação à produção cultural, o que incluía os livros, não tenha ocorrido no Brasil. Pelo contrário, ela ocorreu mas foi marcada por uma atuação confusa e multifacetada, pela ausência de critérios, mesclando batidas policiais, apreensões, confiscos e coerção física sem que existisse uma finalidade específica (REIMÃO, 2011).

Contudo, Otero (2003) encontrou em sua pesquisa a comprovação, através de entrevistas, de que entre os anos de 1964 e 1965 pessoas tiveram suas casas invadidas por forças policiais em busca de obras suspeitas em suas bibliotecas particulares. Durante levantamento de dados para sua pesquisa, a autora teve acesso a relatos de pessoas que tiveram seus livros apreendidos por agentes da polícia política que praticavam a censura em nome do Estado. Em um dos relatos obtidos pela autora, a pessoa afirmou que precisou esconder seus livros, pior ainda ela os enterrou no quintal de sua casa. Seu temor era de que os livros fossem confiscados e ela tivesse que dar explicações ou sofrer algum tipo de violência por ter aqueles materiais em sua posse. Em outro relato obtido pela autora, ela destaca a história real de uma pessoa que teve vários livros apreendidos somente pelo

¹⁹ O slogan de Juscelino era “50 anos em 5”, ou seja, o que outros governantes levariam 50 anos para fazer, ele prometeu que faria em 5 de mandato (1956-1961). Entre as realizações do seu governo estão a construção da capital federal Brasília e a instalação da primeira montadora de automóveis no Brasil em 1959.

fato deles serem de autores de origem russa. Naquele período, associava-se o russo com o comunismo, considerado como o perigo que o governo combatia. A pessoa prosseguiu o seu relato afirmando que um de seus livros, embora fosse uma obra de estatística, foi levado pelas autoridades policiais somente por ter a capa na cor vermelha, que para eles era a representação da cor dos comunistas. Segundo Pereira (2010) havia uma orientação para que os agentes da polícia procurassem livros com a capa na cor vermelha, por considerarem a cor como sendo a usada pelos comunistas. Porém entre as décadas de 1960 e 1970 muitas gráficas utilizavam a cor vermelha para chamar a atenção dos leitores, não tinha nenhum significado político era um recurso gráfico das editoras. Mas havia livros de capa azul que eram usados por membros do PCB (Partido Comunista Brasileiro) para servirem como manuais para divulgar as ideias do partido político. Nesse caso específico, a cor da capa dos livros estava ligada à orientação política. Provavelmente, o emprego da cor azul na capa tenha sido uma estratégia usada para burlar a fiscalização da polícia que procurava os livros de capa vermelha.

A atividade censória que marcou o período da ditadura civil-militar brasileira não foi montada de forma aleatória. Ela foi sendo estruturada desde o governo Vargas e, posteriormente, aperfeiçoada pelos militares após o golpe de 1964. Conforme Pereira (2010), no ano de 1933, período do governo provisório de Vargas, foi criada a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), com a função única de polícia política, exercida principalmente pela Seção de Ordem Política e Social (SOPS). No ano de 1944, a DESPS foi extinta e em seu lugar foi criada a Divisão de Polícia Política e Social (DPS), subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). Mesmo com a transferência da capital do país para Brasília, a instituição manteve praticamente toda sua estrutura anterior de órgão federal no Rio de Janeiro. Em 1962, através da lei nº 263, de 24 de dezembro de 1962, a DPS foi extinta e deu lugar ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). O DOPS, durante a ditadura civil-militar, era a polícia política que colhia informações e perseguia aqueles que fossem considerados subversivos representando perigo para o governo quando foi criado em 1966. O DOPS era ligado às Secretarias Estaduais de Segurança Pública (SESP), ou seja, eram os responsáveis pela repressão a nível estadual.

Analisando a Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964²⁰ que reorganizou o Departamento Federal de Segurança Pública, percebemos que o artigo 1º na letra f já

²⁰ Ver anexo D

estabelecia como uma das atividades do departamento: *a censura de diversões públicas, em especial, a referente a filmes cinematográficos, quando transponham o âmbito de um Estado*. Após a leitura desse artigo temos uma prova, em forma de lei, que a censura estava instituída no Brasil no ano de 1964. Outro ponto que destacamos em relação a essa lei, é de que nela foi criado o cargo de censor, como um servidor de carreira do serviço público federal. Além desse, vários outros cargos foram criados para desenvolverem atividades no órgão da censura federal, com destaque para os de bibliotecário e o de tradutor, entre outros. Por essa lei, também foi possível percebermos que ela já refletia a importância de se ter entre os quadros da estrutura censória profissionais qualificados de diferentes áreas. Embora não tenhamos outras comprovações, supomos que os profissionais da Biblioteconomia seriam de grande utilidade para processos que envolvessem a classificação e indexação, quando livrarias e bibliotecas fossem alvos da polícia política em alguma ação que envolvesse livros ou algum outro suporte de escrita. Eles poderiam indexar através de critérios que escondessem a informação dita subversiva. Já os tradutores, os seus conhecimentos seriam de grande valia quando um livro ou outro material escrito de uma língua estrangeira fosse apreendido e considerado de ter algum material suspeito escrito. Os materiais escritos em língua estrangeira, principalmente chineses e soviéticos eram considerados como sendo usados para a representação da ideologia comunista, uma forma de divulgar ideias em outra língua para dificultar a ação da polícia política.

Referindo-se à formação de um aparato censório, com o objetivo de controlar que informações que podiam ou não serem divulgadas, podemos estabelecer, nesse ponto, uma ligação entre informação e política. Conforme González de Gómez (1999), as ações de informação estão cheias de seletividade. Nesse caso, as informações levantadas pelo DOPS seriam usadas para perseguir pessoas que tiram uma posição política diferente de quem estava no governo. Dessa forma, as informações escolhidas seriam aquelas que tinham como finalidade definir quem era contra ou a favor do governo militar conforme o seu posicionamento político. Para ampliar o controle sobre os discursos foram criados o cargo de censor, o qual deveria passar por cursos de formação para exercer suas atividades, conforme os interesses do governo militar em divulgar ou ocultar o que não fosse de seu interesse. Portanto, como descrito, desde o governo Vargas já havia uma polícia do governo para controlar e manter a ordem censurando obras, por exemplo, caso fosse preciso para atingir seus objetivos. Essa estrutura foi sendo aperfeiçoada e amplamente utilizada pelo governo militar para perseguir autores e editores de livros.

Segundo Otero (2003), a censura prévia dos livros foi oficializada através do Decreto Lei número 1077 de 26 de janeiro de 1970²¹ promulgado pelo governo militar. Esse decreto era um reforço do que o AI-5 já representava para as pessoas, agora, de forma oficial, os livros seriam o alvo das perseguições e apreensões. Dessa forma, como já foi descrito, o confisco e a censura sobre os livros já tinham iniciado antes da promulgação do Decreto Lei 1077 de 1970 sem que houvesse um critério definido e justificável para tal ato.

A censura imposta aos livros também afetou toda a cadeia produtiva envolvida com a sua produção. Dessa forma, as editoras e editores sofreram com atos e ações da censura de várias formas durante a ditadura civil-militar. Para ilustrar esse fato, Otero (2003) destaca o caso de Ênio Silveira. Ênio era o editor e proprietário da editora Civilização Brasileira, muito conhecida pelas edições e publicações de obras alinhadas com a doutrina da esquerda. Para termos uma ideia da perseguição sofrida, ele chegou a ser preso 7 vezes para dar explicações sobre suas ações à frente da editora Civilização Brasileira. Os abusos dão conta de que Ênio teve seu escritório destruído nessas ações policiais, livros foram confiscados e pior aconteceu quando a sua editora sofreu um incêndio de causas “misteriosas”. Ainda outras figuras ligadas à área dos livros também foram alvo de perseguições em relação às suas atividades. Os diretores da Editora Vitória, ligada ao PCB (Partido Comunista Brasileiro) foram processados por publicarem obras classificadas como subversivas e, por esse motivo, a editora foi fechada. O diretor da Gráfica Lux, que realizava as impressões da Civilização Brasileira, também foi processado pelo fato de prestar serviço para a editora. A perseguição era tão ferrenha que até mesmo uma livraria, vizinha à editora Civilização Brasileira, acabou sendo destruída por outro misterioso incêndio, nunca investigado devidamente pelas autoridades responsáveis. A perseguição acabou se transformando em uma verdadeira paranoia, visto que muitas obras, apenas por terem sido editadas pela Civilização Brasileira eram alvos da censura e acabaram sendo confiscadas, o que prejudicava os autores também (OTERO, 2003).

Após o Decreto Lei 1077, que legalizou a censura, o controle dos livros tornou-se algo rotineiro. Para que o controle sobre os livros se efetivasse foram desenvolvidas estruturas e mecanismos de vigilância sobre as livrarias, bancas de jornais, editoras, importadoras, distribuidoras, alfândegas e os Correios do Brasil. Além dessas, as

²¹ Ver anexo E

denúncias de cidadãos, as pressões e cobranças de grupos religiosos em defesa da família e as notícias publicadas em jornais também serviram aos interesses da ditadura civil-militar, sendo utilizados como instrumentos de controle sobre publicações escritas de forma geral. As notícias em jornais, mais precisamente as críticas literárias escritas por críticos literários sobre algumas obras, principalmente as que se destacavam pelo volume de vendas, serviram como motivação para os agentes da censura darem uma atenção especial a essas obras. Nos anos 70, período do “milagre brasileiro”, muitas editoras estavam publicando milhares de livros, aproveitando o bom momento da economia brasileira. O regime militar não tinha pessoal suficiente e nem condições técnicas para controlar todos os livros que eram publicados. Assim, contava com as denúncias para exercer seu poder e censurar as obras que julgassem nocivas à moral e aos bons costumes ou que representassem algo ligado ao perigo comunista (OTERO, 2003).

Para conseguir controlar de uma forma mais efetiva o que estava sendo escrito nos livros, o governo ditatorial brasileiro preparou uma estrutura para desempenhar essa atividade. Porém, para que ela funcionasse de forma eficiente era preciso contar com o trabalho de pessoas preparadas para coibir a divulgação de ideais subversivos nos livros. Veremos a seguir quem eram as pessoas preparadas para efetivarem a censura no Brasil durante a ditadura civil-militar.

4.2 Profissão: censor

Desde que a ditadura civil-militar foi instaurada no Brasil já se articulavam formas de controlar as ideias a que as pessoas teriam acesso. Anteriormente, durante o período do governo Vargas, o DIP já contava com o trabalho de agentes em nome do governo, para controlarem o que era veiculado no cinema, escrito em jornais e livros eram atividades desenvolvidas pelos censores. Porém, nessa época, os censores eram vistos de outra forma. Um desses censores do DIP foi Prudente de Moraes Neto que foi indicado ao cargo por Carlos Drummond de Andrade, famoso poeta brasileiro. Ele foi nomeado para a comissão de censura do cinema. Depois de pouco mais de 1 ano no cargo ele foi substituído por Vinícius de Moraes, músico e escritor de renome no Brasil da classe dos intelectuais (OTERO, 2003). Nessa época o trabalho de censor não era visto como sendo uma atividade negativa, pelo contrário era visto como uma forma de valorização ou de

prestígio da obra (filme ou produção escrita) analisada, pois ela estaria recebendo a avaliação de um intelectual, uma pessoa capacitada para emitir um parecer técnico de qualidade. Outro fator que também deve se destacar é de que esses intelectuais estavam sendo atraídos para trabalhar para o governo. Eles tinham dificuldades de viverem somente da sua arte e a atividade de censor estava garantindo um emprego e ainda o governo os tinha do seu lado aproveitando o seu prestígio de homens sábios.

Por outro lado, os militares brasileiros contaram com o apoio de instituições norte-americanas para tomarem o poder, muitas sugestões de como se proceder com o controle da população foram dadas por nossos compatriotas americanos no tocante a este tema. Um colaborador norte-americano no Brasil, ao vivenciar a situação existente no país, concluiu que não havia um corpo técnico qualificado para que se montasse uma estrutura censória de qualidade em terras brasileiras. Como já mencionado, em 1964 através da Lei nº 4.483 foram estabelecidas mudanças no Departamento Federal de Segurança Pública. Foi possível percebermos, através dessa lei, a importância que estava sendo destinada para a qualificação dos profissionais que trabalhariam na censura oficial do governo (OTERO, 2003).

Os primeiros censores de 1964 seriam servidores nomeados após prestarem provas e serem aprovados, ou seja, o cargo de censor era uma carreira do serviço público. No ano de 1968 foi decretada a Lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968²² que além de estabelecer a censura em peças de teatro também readequava o cargo de censor onde seria exigido dos candidatos a formação em curso superior de Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia ou Psicologia. Contudo, mesmo que o cargo de censor exigisse a realização de uma seleção pública, em 1970 foram contratados 21 técnicos de censura e 81 fiscais de censura. A razão dessas contratações extras ocorreu em função da instituição da censura prévia aos livros e periódicos. Conforme o Decreto Lei 1077 de 1970, deveriam ser fiscalizadas as publicações que apresentassem conteúdo que atentassem à moral e aos bons costumes (OTERO, 2003).

Contudo, um dos principais requisitos para se tornar um censor era simpatizar, ou melhor, defender a ditadura, mesmo com todas contradições que essa postura implicasse. Um bom exemplo dessa atividade e postura de censor é descrita por Aquino (2011) em seu trabalho. Ela relata diversos casos de censores, descobertos durante sua pesquisa, que desempenhavam outras atividades ou profissões paralelas. Segundo ela, o caso mais

²² Ver anexo F

assustador foi o de um renomado jogador de futebol brasileiro que, nas horas vagas, era censor. Já o jornal “O São Paulo”, da Arquidiocese do Estado de São Paulo, que foi duramente censurado durante a década de 1970, tinha suas reuniões de pauta acompanhadas de perto por um rapaz, chamado Galeno. Esse jovem era estudante de medicina e, durante as pausas nos estudos, atuava como censor. Outro caso de censor, diferente dos que usualmente exerciam essa atividade, segundo os interesses da ditadura, foi o do “Dr. Richard”, que atuou censurando diversas publicações do jornal “O Estado de São Paulo”. Ele era engenheiro de profissão e censor em outras oportunidades na redação de um grande jornal. Assim, um censor poderia ser um jogador de futebol, um estudante de medicina ou um engenheiro, provavelmente contratados por indicações de alguém influente dentro do sistema de censura que tinha sido montado pelo Estado brasileiro.

Os censores oficiais que eram recrutados após serem aprovados em concurso público deveriam participar de um curso denominado de Curso de Formação de Técnicos de Censura. No ano de 1965 foi produzido um texto sob o título “A Ação Psicológica Comunista”, que se baseava na teoria do reflexo condicionado de *Pavlov*²³ que, na visão dos ministrantes do curso, tinha sido utilizada para converter os soviéticos ao comunismo. Um livro publicado por um técnico de censura em 1975 dá conta de que havia cursos de aperfeiçoamento para os censores. Os temas que esses cursos abrangiam eram os seguintes: Introdução à Ciência Política; Sociologia e Psicologia; Legislação Especializada; História da Arte; História e Técnica de Teatro, Técnica de Cinema e Televisão; Comunicação Social; Literatura Brasileira; Ética Profissional; Técnica Operacional e Segurança Nacional (OTERO, 2003). Pelos temas abordados nos cursos é possível perceber que no momento que um Decreto Lei da censura fosse editado, os censores já deveriam estar preparados para aplicá-lo na prática. Por exemplo, as disciplinas relativas à História e Técnica do Teatro foram incluídas quando a lei da censura ao teatro foi publicada. Provavelmente, o mesmo aconteceu em relação a lei sobre a censura aos livros, por esse motivo foi incluído o tópico Literatura Brasileira nas formações dos censores.

Conforme Otero (2003), não foram encontrados na sua pesquisa, registros que apontassem para a realização de algum curso específico destinado para a formação de

²³ Teoria do médico russo a qual sustenta que os reflexos condicionados são novas conexões sinápticas criadas pelo cérebro após receber estímulos positivos e negativos. O cérebro fica condicionado a receber uma recompensa ou se prevenir de uma possível punição, conforme o estímulo recebido.

censores de livros ou outros tipos de obras escritas. Possivelmente, pelo fato do livro ser um tema difícil de ser tratado de maneira eficiente em um curso de formação de curta duração, com poucas horas de estudo. A fiscalização e cumprimento do Decreto Lei 1077 de 1970, que estabelecia a censura prévia aos livros, era de competência dos Delegados Regionais do Departamento de Polícia Federal (DPF) os quais tinham a tarefa de examinar livros e revistas suspeitos de conterem algum conteúdo contrário à legislação que vigorava. Para auxiliar nessa tarefa de análise de livros poderiam ser recrutadas pessoas de fora dos quadros de servidores da Polícia Federal, desde que elas fossem moral e intelectualmente habilitadas para isso. Talvez isso explique os casos levantados por Aquino (2011) de pessoas que exerciam outras profissões, mas atuavam em paralelo com a atividade de censores. Possivelmente, outro ponto a ser destacado, é que essas pessoas eram intelectuais dispostos a colaborar com as ações de censura praticadas durante a ditadura civil-militar. E também era uma estratégia para deixar os intelectuais próximos do regime, semelhante ao que o governo ditatorial de Vargas fez durante o período do Estado Novo, quando nomeou intelectuais para atuarem no INL.

A censura em relação aos livros era um procedimento complexo. O Ministro da Justiça era a pessoa competente para proferir a sentença final sobre a publicação ou não de uma obra. Segundo Otero (2003) a censura aos livros era difícil de ser executada e o fato de ser o Ministro da Justiça o responsável em dar o aval final sobre a proibição ou não da publicação de uma obra, demonstrava que o governo tinha ciência de que seus censores não tinham a habilidade e competência necessárias para executar a tarefa. Os pareceres que eram dados pelos censores referentes aos livros eram todos eles encaminhados para os assessores jurídicos antes de chegarem nas mãos do Ministro da Justiça que daria a palavra final. Nesse segmento podemos estabelecer uma relação com as teses de Milton sobre a censura em *Areopagitica*. O censor foi investido no cargo pelo poder do Estado, sendo considerado superior ao autor do livro. Dessa forma, como no caso brasileiro, temos o censor legitimado pelo Estado mas sua atuação é totalmente contra a moral. Ele não respeita a criatividade, tolhe a capacidade criativa do autor e ainda o priva da liberdade de escrever conforme os seus pensamentos.

As atividades censórias também foram estendidas e praticadas no INL. Com o regime de co-edições estabelecido durante a ditadura civil-militar, houve um aumento significativo no número de publicações do INL. Anteriormente ao regime de co-edições, o INL tinha uma média de 4 livros editados anualmente. Como os livros precisavam passar pela análise de pareceristas seria preciso mais pessoas para analisar um volume

muito maior de obras (OITICICA, 1997). Assim, os pareceristas do INL seriam o equivalente dos censores contratados pelo Estado brasileiro. Contudo, diferente do Estado, o INL recrutava como pareceristas intelectuais, provavelmente para manter uma aura de sabedoria e qualidade em relação aos livros editados pelo instituto.

Segundo Oiticica (1997) os anos de 1970 e 1974, o INL foi dirigido pela escritora e bibliotecária Maria Alice Barroso. Nesse período houve uma das maiores tiragens de livros da história do INL, dos cerca de 1.000 livros editados, ao menos 377 foram rejeitados pelos pareceristas. Para tentarmos entender os motivos que levaram à rejeição de obras apresentaremos os principais pareceristas do INL nesse período:

Octávio de Faria – Membro de uma rica família carioca, filho de política, formado em Direito e ex-aluno de escola católica;

Adonias Aguiar Filho – Era filho de um fazendeiro de cacau do interior da Bahia, realizou seus estudos secundários em Salvador e chegou ao Rio de Janeiro em 1936. Em terras cariocas ligou-se a um influente grupo de escritores católicos;

Marcos Konder Reis – Era descendente de uma família de oligarcas catarinenses. Ele mudou-se para o Rio de Janeiro onde formou-se em Engenharia e também foi um importante poeta do movimento neomodernista da Geração de 45.

Em comum os 3, membros do grupo de pareceristas do INL, tinham origem familiar na oligarquia agrária, já que seus pais eram grandes proprietários de terras. Devido a sua origem oligárquica puderam estudar em escolas católicas destinadas para os membros da elite. Octávio de Farias foi considerado o “líder da corrente autoritária da reação católica”, apadrinhado por Adonias Filho, também católico e dono da editora Ocidente (GALÚCIO, 2009).

Conforme Oiticica (1997), em uma alusão à formação católica dos integrantes, o trio de pareceristas formava a “Santíssima Trindade da Comissão de Leitura e Seleção” que aprovava ou rejeitava as obras que eram submetidas à apreciação do INL. A principal função desse trio era policiar a literatura. Seus pareceres estavam baseados em suas crenças religiosas e políticas, conforme o momento vivido no Brasil sob uma ditadura civil-militar. A submissão de um livro, por parte da editora e do autor, poderia representar a glória sendo aprovado, ou o inferno caso fosse rejeitado. Para muitos autores a

aprovação de seu livro para ser co-editada pelo INL era a oportunidade que ele teria de lançar sua obra, com uma grande tiragem, sem precisar despende uma grande quantia, a qual normalmente ele não dispunha.

O regime de co-edições do INL foi, sem dúvida, um grande negócio para as editoras brasileiras. Pela legislação que normatizava o regime de co-edições nos anos 70, as obras deveriam, preferencialmente, serem produzidas por editoras brasileiras com os recursos destinados pelo governo. De forma prática, isso permitiu que as editoras brasileiras se fortalecessem, por outro lado concedeu para o Estado brasileiro o poder de controle sobre todas as obras que eram produzidas via acordo com o INL. O controle sobre as edições se manifestava da seguinte forma: as editoras deveriam apresentar à Comissão de Leitura e Aquisição, do INL, todos os originais do livro. De posse dos originais, a comissão do INL poderia autorizar ou recusar a concessão para que a obra fosse impressa. Além disso, quando a obra era autorizada para publicação era realizada uma propaganda, já que na folha de rosto deveria ser feita uma menção que aquele livro havia sido viabilizado via convênio com o INL. As co-edições do INL deveriam privilegiar os autores nacionais, por esse motivo grande parte das obras lançadas pelo instituto foram clássicos da Literatura Brasileira que valorizavam a cultura nacional através dos seus livros (OTERO, 2003). Nesse ponto estabelecemos uma relação com Foucault quando ele afirma que o controle dos discursos proferidos também se manifesta nas edições dos livros.

O mecanismo de funcionamento da censura possuía uma estrutura organizada que contava com o trabalho desempenhado pelos censores e agentes da polícia política. Mas como, por exemplo, que tipos de livros um censor deveria proibir? Que tipo de livros os agentes deveriam apreender? Quais os seus motivos? Esses e outros questionamentos sobre quais os livros que foram alvo da censura serão o tema abordado no próximo segmento.

4.3 Os livros que foram perseguidos

No Brasil no período pós 1964 teve início uma verdadeira cruzada em busca de livros ou outros escritos que eram considerados perigosos pelo governo militar de então. Conforme Pereira (2011) os seguintes aspectos eram considerando antes de um livro ser

apreendido ou recolhido por agentes da censura ou da polícia política: a cor vermelha na capa (considerada como a cor do comunismo), palavras chave (como por exemplo: comunismo, revolução, soviético, socialismo), autores russos. Preliminarmente eram esses os requisitos básicos a serem observados para que um livro se tornasse suspeito.

Também havia outros fatores que contavam para que um livro fosse considerado suspeito. O primeiro deles era se ele tivesse na capa a foto de algum líder comunista: chinês, no caso Mao Tse Tung, cubano como Che Guevara ou soviético como Lênin. Além da capa vermelha, muito utilizada nas produções gráficas de 1960 e 1970, o uso da imagem de pessoas conhecidas era uma estratégia para despertar a atenção dos leitores, mas também dos agentes políticos. O segundo fator era o uso de palavras ligadas ao socialismo, como por exemplo Marx ou sua teoria (marxismo) já eram sinais de perigo em relação ao conteúdo do livro. Para se ter uma ideia do risco que se corria, em 1965 a editora Abril envia uma carta endereçada ao Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS)²⁴ pedindo autorização para publicar um livro que criticava Karl Marx. O envio da carta ocorreu devido ao tamanho temor de que a obra fosse recolhida, pois o título da obra poderia ser confundido e sugerir apoio às ideias dos militantes socialistas existentes no Brasil (PEREIRA, 2011).

Contudo, não eram somente os termos ligados ao socialismo no texto de livros o que poderia, exclusivamente, motivar a apreensão e censura de determinadas obras. Termos como “Guerra do Vietnã”, “Revolução Cubana” e “Revolução Chinesa” também eram sinais de alerta para que os agentes da polícia política fossem verificá-los. O que nos deixa transparecer que as palavras-chaves eram uma forma preliminar de escolher as obras, mesmo sem que o seu conteúdo fosse lido. Muitas vezes somente por ter algum desses termos, já na capa da obra, era uma motivação para que eles fossem apreendidos. Por esses motivos, era comum ocorrerem equívocos, pois um livro com o título “A arte chinesa” foi apreendido pelo fato de fazer menção à China no seu título mesmo que não tivesse nenhuma conotação política (PEREIRA, 2011).

Os autores brasileiros foram muito atingidos pela censura política em relação aos livros que escreveram. Segundo Otero (2003) já em 1964, antes mesmo do Decreto Lei 1077 de 1970, a Coleção História Nova foi censurada por negar valores morais da pátria brasileira e ter uma orientação subversiva. Foi proibida a venda e circulação da coleção

²⁴ Em São Paulo, no ano de 1930, a Delegacia de Ordem Política e Social foi desmembrada em duas: a de Ordem Política e a de Ordem Social. Em 1938, durante a ditadura do Estado Novo, teve seu organograma alterado, passando a ser supervisionada pela Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública.

em todo o território nacional. Outra obra censurada por motivações políticas foi o livro “Torturas e Torturados” de Márcio Moreira Alves. O livro relatava a prática da tortura em estados brasileiros onde a repressão era mais intensa, entre eles Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo. A justificativa para a sua proibição foi de que o livro ofendia a dignidade das Forças Armadas e incitava os civis brasileiros contra elas. Um livro que retratava o momento vivido pelo Brasil foi censurado por denunciar a verdade.

Entretanto, o grande alvo da censura durante a ditadura civil-militar brasileira foram os livros considerados pornográficos. Havia uma onda de moralidade que estava entranhada na sociedade brasileira. Esses livros eram considerados como um mal que deturparia os valores familiares. Um dos primeiros autores a ter um livro censurado por supostamente conter pornografia foi Nelson Rodrigues, no ano de 1966. Seu livro intitulado “O casamento” foi censurado, pois desmoralizava o casamento e levava à subversão do sistema de vida cristão e democrático. O autor entrou com um recurso e seu livro foi liberado posteriormente. Ele foi um grande defensor da ditadura civil-militar, mas continuou criticando o comportamento da sociedade brasileira entre 1960 e 1970 (OTERO, 2003). Outro caso de um intelectual que simpatizava com o governo e assim obtinha seus privilégios, nesse caso a liberação do seu livro da censura.

O processo de análise dos livros por parte da censura brasileira era extremamente burocrático. Ele tinha início quando o autor deveria enviar um ofício com 3 cópias do livro para a Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP). O livro seria analisado pelos censores que emitiriam seus pareceres, após suas leituras. Depois disso, os pareceres seriam enviados para o Ministro da Justiça que daria o veredito final: aprovava ou não o livro. Além de demorado, esse processo de análise da censura atrasava todo o processo de publicação pela espera do parecer favorável à publicação do livro. O pior acontecia quando o livro era apreendido depois de ser publicado. No ano de 1973, a segunda edição do livro “O último tango em Paris” foi toda ela recolhida dos pontos de venda. A alegação era de que havia conteúdo pornográfico no texto que induziria um leitor menor a cometer atos libidinosos caso lesse o livro. O livro havia sido editado pela editora Civilização Brasileira que teve os 50 mil exemplares produzidos recolhidos. Além disso, a editora amargou um prejuízo ainda maior, pois muitas obras escaparam de serem recolhidas e passaram a ser vendidas clandestinamente sem que a editora recebesse pelas vendas. A censura ajudou a promover o livro (OTERO, 2003).

O período da ditadura civil-militar onde mais os livros foram censurados ocorreu no Governo Geisel (1974-1979), justamente o presidente militar que falou sobre o

processo de transição para o regime democrático ocorreria de forma “lenta, gradual e segura”. Os autores mais censurados durante a ditadura civil-militar foram 1 autor e 2 autoras: Brigitte Bijou²⁵ (17 livros), Cassandra Rios (16 livros) e Adelaide Carraro (13 livros).

Cassandra Rios²⁶ publicou cerca de 46 livros, sendo uma das autoras mais vendidas nos anos de 1960 e 1970 no Brasil. Seus livros eram considerados pornográficos pelo fato dela escrever sobre homossexualismo feminino, cultos umbandistas, negócios e política, todos temas contrários àquilo que a ditadura civil-militar desejava preservar dentro da ordem, da moral e dos bons costumes. Como foi muito perseguida e censurada, Cassandra passou a adotar os pseudônimos masculinos de *Clarence Rivier* e *Oliver Rivers* escrevendo livros com temáticas de casais heterossexuais. Como escritor masculino e com temática heterossexual seus livros não eram censurados. Mesmo com a ação da censura Cassandra foi um sucesso de vendas chegando a marca de mais de 1 milhão de livros vendidos (OTERO, 2003). Nesse caso a censura foi uma ótima propaganda para os livros da autora: quanto mais a censura a atacava, mais livros ela vendia.

Adelaide Carraro retratava em suas obras as dificuldades vividas pelos ex-tuberculosos e a promiscuidade existente dentro do Palácio de São Paulo. Ela se auto declarava como uma escritora realista e não pornográfica. Sua obra foi dividida em 2 fases: a primeira chamada de literatura de denúncia, temperada com ingredientes eróticos; já a segunda era marcada por intrigas amorosas e taras sexuais. Com todo esse enredo explosivo, Adelaide era censurada sob a justificativa de atentar contra a moral e os bons costumes (OTERO, 2003). O estilo de escrita de Adelaide se assemelha ao que Darnton (2009) relatou sobre uma funcionária do palácio real francês que escreveu um romance onde denunciava as aventuras sexuais do rei francês. Ela foi objeto de censura por tocar em assuntos privados do governante francês da época, assim como Adelaide que relatava em suas obras as perversões sexuais dos membros da elite paulistana e por isso foi censurada.

Os livros que retratavam a realidade brasileira na década de 70 também eram alvos dos agentes da censura. Um bom exemplo está no livro “Feliz Ano Novo”²⁷ de autoria de Rubem Fonseca. O livro narra a história de 3 jovens que se encontram no apartamento de

²⁵ Pseudônimo usado pelo ator e comediante Paulo Silvino (1939-2017) para escrever e publicar livros de temática erótica que venderam milhares de exemplares.

²⁶ Ver anexo G

²⁷ Ver anexo H

um deles, sem dinheiro, comida, água, fumando maconha e assistindo televisão na noite de 31 de dezembro, véspera de ano novo. Sem perspectiva alguma, eles resolvem sair para assaltar uma casa de pessoas ricas em meio às comemorações pela passagem de ano. Durante o assalto que realizaram, os jovens mataram quatro pessoas, defecaram na cama e nos lençóis da casa, comeram a ceia da família, roubaram joias e, por fim, cometeram violência sexual contra uma mulher. Obviamente, o livro possui um enredo com uma história forte de violência. Mas a intenção do autor era destacar que os personagens representavam o tema da desigualdade social no Brasil, o abismo colossal existente entre ricos e pobres. Outro tema abordado no livro foi quando um dos personagens se identifica como sendo negro onde se estabelece uma relação com o racismo presente na sociedade brasileira (GARLET, 2015). Conforme a análise do livro “Feliz Ano Novo” percebemos que o tema da realidade social brasileira, descrita na obra, era vista como sendo um atentado contra a moral e os bons costumes. A violência sofrida diariamente pelas pessoas mais humildes não era uma prioridade a ser resolvida pelo governo militar. Era mais fácil mascarar a realidade existente censurando o livro.

A censura não poupava nem mesmo livros didáticos, caso fosse preciso para impedir algo que fosse contra seu interesse. Conforme Reimão (2013), no ano de 1975, o livro didático intitulado Programa de Saúde: projetos e temas de higiene e saúde, de autoria de Lídia Aratangy, Sílvio de Almeida Toledo Filho e Oswaldo Frota-Pessoa foi censurado. O livro era destinado a alunos do segundo grau, atualmente correspondente ao ensino médio. O livro era dividido em 2 partes: a primeira era composta por 5 questões as quais os alunos deveriam buscar as informações para respondê-las. Na segunda parte os alunos deveriam desenvolver projetos baseados nos temas propostos no livro. Os projetos eram todos voltados para a realidade dos alunos que eram realizados tendo como base questões como: Qual a situação sanitária do seu município? Qual a qualidade da água fornecido no seu município? Como está sendo combatida a endemia mais recente no seu município? A proposta pedagógica do livro estava dentro das diretrizes educacionais estabelecidas na época. Portanto, não havia nenhum empecilho para a sua publicação e distribuição nas escolas. Mesmo assim, o livro foi vetado pela censura por abordar o tema das drogas. No parecer emitido pelo censor, ele explica que somente poderiam ministrar cursos referente a drogas pessoas que fossem qualificadas pelo MEC. O censor ainda acrescentou que se o tema das drogas fosse abordado por uma pessoa sem a habilitação específica poderia trazer sérios prejuízos para a juventude. Sem dúvida, o livro foi censurado, pois entre as suas propostas de estudo estava a de pesquisar a

realidade existente no município onde os alunos viviam. Havia o perigo deles descobrirem que onde eles viviam, muito provavelmente não existiam serviços básicos de higiene e saúde como rede de esgotos e água encanada.

Também, conforme Reimão 2013, no ano de 1974 o governo militar tentou impedir, e conseguiu por um bom tempo, a veiculação de notícias sobre uma epidemia de meningite no Brasil. O objetivo em esconder que o governo não estava preparado para enfrentar o surto da doença e a incapacidade de conseguir importar vacinas em quantidades suficientes para proteger a população da doença. Novamente, um livro foi censurado para esconder os problemas existentes que atingiam a todos, sobretudo as pessoas mais humildes. A verdade era que o Brasil não estava rumo ao desenvolvimento para tornar-se uma potência mundial como propagandeava pelo governo militar.

A situação descrita persistiu até meados dos anos 80, mas é errado pensar que a censura acabou efetivamente em torno de 1985 ou 1988, após a promulgação da Constituição brasileira ainda em vigência. Vejamos a seguir o que aconteceu ou está acontecendo em relação à censura aos livros no Brasil.

4.4 Censura aos livros no período democrático brasileiro

Com o fim da ditadura militar, o Brasil passou pelo chamado período de redemocratização, onde aos poucos a população pode voltar a escolher seus representantes políticos, políticos cassados retomaram seus direitos políticos, exilados políticos durante a ditadura civil-militar puderam retornar para o Brasil e os militares deixaram de fato de governar o país. Foi organizada uma campanha chamada “Diretas já” cujo objetivo era organizar um pleito eleitoral no qual a população brasileira iria votar para escolher o seu novo presidente da república. Mesmo contando com a participação de políticos, personalidades da televisão e do cinema, jogadores de futebol, a campanha não obteve êxito em sua proposta. Assim, o Brasil pós-ditadura militar teve seu presidente escolhido por um colégio eleitoral, sem que o povo pudesse votar para eleger o novo mandatário. Dessa forma, o Brasil democrático pós-ditadura militar teve início sem que a maior expressão da democracia pudesse ser exercida pelo povo: votar para eleição do seu representante máximo, o Presidente da República.

No ano de 1985 a indústria editorial brasileira estava em plena atividade, embora grandes grupos editoriais dominassem o setor. Desde a aprovação da Lei de Anistia, em 1979, várias gráficas e editoras saíram da clandestinidade e inclusive novas gráficas foram abertas em função dos partidos legalizados contribuindo para uma diversificação no setor. Contudo, o livro no Brasil ainda era um objeto pouco difundido entre a população, se comparado com países como a Argentina e o Chile. Os prováveis motivos que explicavam esse fato eram: o alto preço dos livros para o padrão de renda dos brasileiros; o pequeno número de livrarias; a escassez da compra de livros não-didáticos para bibliotecas públicas; a concentração da produção e do consumo nas regiões Sul e Sudeste; a dificuldade das pequenas e médias editoras em competirem com os grandes grupos editoriais (PORTAL MEMÓRIAS DA DITADURA).

Em meados dos anos de 1980 o INL gradualmente havia se fundido à Biblioteca Nacional. Dessa forma, o INL estava perdendo o seu prestígio e pompa desde que havia sido criado ainda nos anos de 1930. O regime de co-edições que fez o INL ser o responsável por uma enxurrada de publicações durante os anos de 1970 não estava mais em vigor. No ano de 1986 foi feita uma tentativa, por parte do Presidente José Sarney, de reativação da produção de livros através de uma lei de incentivos fiscais para todos aqueles que doassem parte do seu imposto de renda para os valores serem aplicados em atividades voltadas para a cultura²⁸. Para o livro especificamente, a lei previa a doação de livros pelas editoras para bibliotecas públicas conveniadas com o INL em todo o território nacional. Contudo, a lei não surtiu os efeitos esperados em relação ao apoio para as atividades culturais. Assim, o INL chegou ao fim quando foi criada a Fundação Pró-Leitura, em 1987, com o objetivo de incentivar a produção, a difusão e o hábito da leitura entre as pessoas e por fim foi incorporado à Biblioteca Nacional no ano de 1991 (TAVARES, 2014).

O fim da censura oficial foi lento e gradual. No ano de 1985, o então Ministro da Justiça do governo de José Sarney, Fernando Lyra, anunciou o fim da censura política, ao mesmo tempo em que preservou a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). Foi seu sucessor no ministério, o senador Paulo Brossard, que em 1987 começou de fato a desmontar a estrutura institucional da censura. No entanto, foram mantidas as estruturas censoras em casos ligados a “moral e pornografia”. Somente com a Constituição de 1988 a censura foi legalmente extinta. Contudo, nesse processo de mudança, os censores

²⁸ Ver anexo I

tiveram seus cargos garantidos até o ano de 1998, quando finalmente foi decretada a extinção do cargo através da Lei número 9.688, de 06 de julho de 1998. Assim, como membros do exército e torturadores, os censores não tiveram nenhum tipo de punição. Pelo contrário, eles foram todos enquadrados como servidores da Polícia Federal, dentro do processo de anistia concedido para as infrações cometidas (SANTOS, 2019).

Dentro desse contexto de democracia no Brasil pós-ditadura, Paganotti (2015) em seu trabalho de pesquisa relata um caso bem sugestivo. Uma importadora decidiu trazer dos Estados Unidos um lote de revistas eróticas 2 semanas antes da promulgação da Constituição de 1988, ou seja, já no período democrático do Brasil. Chegando ao porto brasileiro, agentes da alfândega e da polícia federal não liberam a carga, pois a alegação era de que o seu conteúdo atentava contra a moral e os bons costumes. Os representantes da importadora brasileira não contestaram o parecer que reteve sua carga. Porém eles entraram com uma representação no Supremo Tribunal Federal (STF) para que sua carga fosse liberada baseados no artigo da nova Constituição (1988) que abolia a censura e, portanto, o carregamento com as suas revistas não poderiam ser objeto de censura devido à nova legislação. No caso relatado, o STF estava avaliando mais do que a liberação de algumas revistas eróticas: estava sendo posto em cheque o veto constitucional à censura, que pretendia deixar para trás o legado autoritário militar do controle sobre a expressão e liberdade nas décadas anteriores. Aconteceu que, durante a vigência da ditadura militar, os livros eróticos eram os alvos preferidos dos censores que estavam a serviço da ditadura; provavelmente foi essa a motivação que gerou a polêmica com a importação desses livros. No Brasil democrático, as práticas da censura ainda continuavam muito presentes e atuantes na nova realidade brasileira (PAGANOTTI, 2015).

E mais: a censura aos livros ainda continua fazendo parte da realidade brasileira em pleno século XXI. Basta se realizar uma pesquisa rápida em sites dedicados a livros e literaturas que vários exemplos de censura aos livros são encontrados. Há relatos, por exemplo, de livros que foram retirados de escolas públicas por conterem uma suposta linguagem inadequada para crianças e adolescentes, outra obra foi excluída pelo fato do autor ser deputado eleito de um partido político de orientação de esquerda. Nem mesmo livros infantis foram poupados da censura. Há o caso da obra *A Bolsa Amarela* da escritora Lygia Bojunga, cuja primeira edição foi distribuída em 1976 (ainda durante o período da ditadura militar) pelo fato, do referido livro, abordar os seguintes temas: a personagem do livro, Raquel, reprime sua vontade de não querer crescer, de querer ser menino e sonhar em ser escritora. Um vereador de uma cidade, onde a obra foi adotada

para ser lida pelos alunos, entrou com uma representação para recolher as obras sob o pretexto de que vários pais o procuraram, preocupados com o teor da obra e os efeitos que poderia provocar nos seus filhos caso o lessem e decidissem colocá-lo em prática.

Outros casos mais recentes de censura são os rapidamente citados na justificativa desta pesquisa, como o da obra *Aparelho Sexual e Cia*, o do recolhimento de livros nas bibliotecas estaduais do Estado de Rondônia e o da Bienal do Livros na cidade do Rio de Janeiro. No primeiro caso, a obra *Aparelho Sexual e Cia* foi citada, no ano de 2017 durante a campanha presidencial do Brasil, como sendo um livro que teria sido comprado pelo MEC para ser distribuído nas escolas brasileiras como parte de uma campanha nacional para difundir e estimular o homossexualismo entre os alunos.

Esses relatos mentirosos em relação a um livro e ao seu conteúdo, remetem aos tempos da ditadura civil-militar, onde os censores de livros tinham uma verdadeira obsessão por temas relacionados a sexo, erotismo e nudez. Incrivelmente, a obra “Aparelho Sexual e Cia” foi muito bem recebida e utilizada por crianças em países como França e Portugal, sem que houvesse qualquer problema em relação ao seu conteúdo por parte dos pais dos leitores. No segundo caso, em Rondônia, a secretaria estadual de educação encaminhou um ofício para as bibliotecas das escolas pertencentes à rede estadual indicando o recolhimento de várias obras entre elas alguns clássicos da literatura brasileira de autores como Euclides da Cunha, Rubem Fonseca e Machado de Assis sob a justificativa de conterem linguagem e conteúdo inadequados para a faixa etária a que muitas vezes são indicados. Esse ato causou grande estardalhaço, entidades importantes como a Academia Brasileira de Letras se manifestaram contrárias a essa ação e o governo de Rondônia acabou recuando devido à repercussão negativa. Já em relação ao terceiro caso ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2019, o então prefeito da cidade, Marcelo Crivella ordenou o recolhimento de uma história em quadrinhos pelo fato da mesma conter um beijo entre dois personagens masculinos no enredo da história que seria apresentada na Bienal do Livro ocorrida na cidade. Entretanto, o fato acabou revertendo em um grande número de exemplares vendidos pela editora em poucos minutos. Nesse caso, assim como nos livros de Cassandra Rios, a suposta tentativa de censura acabou contribuindo para fazer uma grande propaganda resultando em lucro para a editora responsável pela editoração e distribuição da referida história em quadrinhos.

Diante de todos os casos descritos, fica bem evidente que estamos diante de uma nova onda conservadora em relação à moral e aos bons costumes dentro da Brasil. Dissemina-se a ideia de que livros são os responsáveis por transmitirem ideias negativas

para crianças e adolescentes. Muitos pais e responsáveis por crianças e adolescentes parecem esquecer que ao deixarem seus filhos livres para acessarem sites na internet correm enormes riscos de que eles tenham acesso a conteúdos inapropriados e que atentem ao seu desenvolvimento como pessoas em formação de caráter. Também deve-se destacar que muitos autores atuais, principalmente os que escrevem para adolescentes, empregam em seus livros termos, expressões e linguagem que sejam as mesmas utilizadas por eles para que esses jovens se sintam atraídos e tenham interesse e atentem para a importância da leitura. O objetivo é despertar o desejo pela leitura nesses jovens, para que eles desenvolvam o prazer de uma boa leitura, em um país onde sabidamente as pessoas leem pouco, onde as editoras investem na publicação de livros didáticos que lhes garantem um lucro muito maior. Censurar livros com a justificativa de terem linguagem inapropriada e que atentem contra a moral das famílias não é o melhor caminho para se cativar e conquistar novos leitores.

Delineados os tópicos teóricos, históricos e epistemológicos mais pertinentes para nossa pesquisa, na próxima seção revelaremos os resultados dela, sobretudo em relação aos objetivos específicos definidos na Introdução.

5 RESULTADOS

Durante a realização da pesquisa constatamos que o livro, de diferentes maneiras, ou sob variadas perspectivas, tem sido considerado um problema para os governantes, pelo fato de em suas páginas poderiam estar inscritas ideias que colocassem em xeque o domínio existente. Na Idade Média os livros ficavam trancados em bibliotecas nos mosteiros, verdadeiras preciosidades como eram considerados, fruto de paciente e dedicado trabalho de monges copistas a que poucas pessoas tinham acesso aos livros, mesmo porque era uma época na qual poucas pessoas eram alfabetizadas. Ele era objeto de controle real tanto pelo perigo que representavam caso estivessem disponíveis para qualquer pessoa (caso do sistema de censura português), mas, sobretudo para garantir privilégios de edição para alguns editores (como na Inglaterra de Milton). Esse controle sobre o que poderia ser ou não publicado em um livro chamamos de ato de censura. Portanto, a prática de censura entendemos como aquela relacionada às ideias de crítica, condenação, penalização e repreensão.

Quanto ao objetivo a desta dissertação (contextualizar a história da censura - especialmente a dos livros no período ditatorial reconhecido pelos historiadores a ditadura civil-militar no período de 1964 -1985 no Brasil), consideramos que, em geral, os países europeus - coloniais - desenvolveram formas de controlar o acesso e distribuição dos livros. Na Inglaterra, no século XVII, o governo da época, deixou para um grupo de 20 livreiros a exclusividade para confecção e distribuição de livros no país. Além disso, foi promulgada uma lei que o governo teria o direito de acompanhar todo o processo de construção de um livro, desde os seus primeiros escritos até a destruição dele nos pontos de venda para os leitores. Já na França, durante o século XVIII, a dinastia dos *Borboun* criou um sistema onde censores, agentes a serviço da censura, avaliavam os livros e concediam à obra um selo real que os liberava para serem distribuídos e vendidos para a população. O selo real consistia em uma garantia de que o livro estava em conformidade com as determinações do rei e não lhe traria problemas.

O Brasil não passou incólume pela censura. Pelo fato de ser uma ex-colônia de Portugal a censura esteve presente desde a gênese do país. A Coroa portuguesa promulgou uma lei que proibia a impressão de livros no Brasil, já no século XVI. Eles eram impressos em Portugal, pelo fato de que havia uma estrutura montada pela Coroa portuguesa, em

Lisboa, com a finalidade de acompanhar todo o processo de confecção do livro. O objetivo era constatar se ele não continha nada escrito em suas páginas que pudesse prejudicar os interesses da realeza na então colônia brasileira.

Somente a partir do ano de 1808, portanto no século XIX, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil que havia fugido da invasão do exército francês, a entrada de livros estrangeiros foi permitida no Brasil. Essa situação perdurou até os anos de 1940, pois os livros que chegavam no Brasil vinham da Europa, sobretudo de França e Portugal. Inclusive, os livros de literatura francesa eram considerados de melhor qualidade pelos leitores locais, o que dificultava a projeção de livros de autores brasileiros.

Na década de 30, mais precisamente em 1937, no governo Vargas foi criado o INL com a função de produzir e distribuir livros pelo Brasil. Também nesse período foi criado o DIP com a função de controlar e censurar obras que fossem consideradas nocivas para os interesses do governo. Mas que também promovia as realizações do governo em programas de rádio. Um ponto a ser destacado é a participação de intelectuais, no governo Vargas, como Carlos Drummond de Andrade e Vinícius de Moraes, garantindo cargos e funções públicos para pessoas pertencentes a esse grupo.

Em 1964 através de um golpe militar foi instaurada uma ditadura civil-militar no Brasil. Com isso foi sendo aperfeiçoada uma estrutura de censura, pré-existente do governo Vargas, com a contratação de agentes para colocá-la em prática e uma legislação como forma de legitimá-la. Livros começaram a ser “perseguidos” primeiro por critérios políticos, principalmente os que fossem relacionados ao socialismo. Havia o temor de que uma revolução socialista ocorresse no Brasil. Também eram perseguidos os livros classificados como sendo pornográficos. Existia uma onda de moralidade entranhada no seio da sociedade brasileira. Esse tipo de literatura pornográfica, muitas vezes confundida com livros eróticos, eram considerados como um atentado à moral e aos bons costumes, temas sagrados para a família tradicional brasileira do período da ditadura civil-militar brasileira.

Quanto ao objetivo b (problematizar a história do INL com foco no livro - artefato cultural - que irá refletir na sua atuação de fomento a bibliotecas públicas e escolares), consideramos que, no ano de 1937 foi fundado o Instituto Nacional do Livro (INL) no Brasil tendo como uma de suas metas a produção e distribuição de livros no Brasil. O INL desempenhou um papel ambíguo: ao mesmo tempo em que privilegiou editoras concedendo-lhes a impressão e garantia de compras de milhares de obras, também foi o responsável por distribuir e levar livros oferecendo a possibilidade de leitura para as

populações das mais distantes cidades brasileiras. Em um país de dimensões continentais que até a atualidade enfrenta problemas na distribuição dos mais variados itens devido a dificuldades de logística, essa foi uma atitude louvável. Mas por outro lado, o INL também exercia o controle sobre o que era produzido pelas editoras e escrito pelos autores dos livros. Controle na produção e capilarização na distribuição - seriam duas faces de uma política de seleção de discursos?

Foi esse o questionamento que fizemos quando analisamos o papel do INL e sua atuação em relação ao incentivo às bibliotecas públicas. Entretanto, o que pese em relação a esse incentivo devemos ter em conta que, muitas vezes, os livros eram enviados em grande número para as bibliotecas, onde era criada a ilusão que ela estava repleta de obras. Contudo, somos sabedores de que não basta abarrotar uma biblioteca de livros se não for levado em consideração o tipo de obras, o público ao qual se destina e qual a finalidade dos serviços a serem oferecidos pela unidade informacional em questão.

Em relação ao objetivo c (verificar a relação entre o período histórico vivenciado (Ditadura civil-militar no compreendida entre 1964 -1985 e o tipo de obras que eram editadas e vendidas pelas editoras da época), consideramos que os principais livros co-editados pelo INL eram obras de autores nacionais, livros didáticos destinados para estudantes de escolas públicas e para os do ensino de formação de profissões técnicas. Os livros de autores nacionais já faziam parte das finalidades do INL desde a sua fundação. Já os livros didáticos destinados para os alunos das escolas públicas e para os estudantes de cursos destinados a profissões técnicas estavam relacionados com o projeto de apoio do governo militar que visava aumentar o grau de escolarização dos brasileiros nos anos 70 e também de formar mão-de-obra qualificada para a indústria brasileira se desenvolver.

Finalmente, quanto ao objetivo d (constatar se as obras editadas pelo INL eram realmente objeto de censura ou faziam parte de um acordo entre o governo e editoras para garantirem vendas de livros e assegurar seus lucros, consistindo em um negócio vantajoso para ambas as partes) passamos a considerar o seguinte: a partir da década de 70, o INL lança o sistema de co-edições. Basicamente o sistema era um contrato firmado entre as editoras que faziam a editoração e impressão de livros com recursos financeiros disponibilizados pelo INL. O instituto, ainda garantia uma tiragem mínima e a compra de exemplares das editoras, ou seja, era uma venda garantida. Para as editoras era um grande negócio, já que muitas delas passavam dificuldades devido a problemas como o alto preço do papel, poucos recursos para financiamento bancário, pouco incentivo para o setor de livros. Como no caso do Brasil, os editores estavam à frente das editoras, recaía sobre

eles a incumbência de conseguir a aprovação para que seus livros fossem editados e os autores tivessem suas obras inseridas no mercado comercial. Contudo, o Estado controlado pelo governo militar, como financiador ficava com o poder de controle sobre o que seria publicado. Era muito mais eficiente do que ter um grande contingente de agentes para apreender obras e autores, alguma coisa poderia escapar e acabar circulando entre os leitores. Através do regime de co-edições o controle sobre as edições era mais eficiente. Assim, o governo militar já teria condições de vetar, antes da publicação e distribuição, as obras consideradas inapropriadas antes delas serem publicadas. Aliado a isso, as editoras ficavam reféns do financiamento do governo devido às dificuldades para se produzir e vender livros no Brasil. Nesse sentido, ao controlar as edições dos livros que seriam produzidos, o governo militar também estaria controlando tudo o que estivesse escrito em suas páginas. O governo selecionava o que poderia estar no interior daquele livro conforme os seus interesses para que continuassem com o seu domínio sobre a população. O Estado, na figura do INL abria mão da editoração e impressão, mas garantia o controle de todos os livros que fossem financiados conforme as regras dos seus contratos. Era um jogo perverso, onde muitas editoras precisaram submeter-se para poderem manter suas atividades.

Vistos os resultados obtidos em função dos objetivos específicos delineados, na seção final mostraremos nossas considerações finais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A censura aplicada à área da cultura, o que inclui os livros, não foi uma ação aleatória. A estrutura do aparelho censório brasileiro foi fruto de um trabalho bem planejado. Em primeiro lugar, foram decretadas leis que tornavam a censura legal. Obviamente, do ponto de vista ético ela era totalmente ilegal, mas a lei garantia a censura como fazendo parte de uma legislação coordenada pelo Poder Judiciário. Em segundo lugar, foram contratados censores que, baseados na legislação censória, iriam praticar ações de censura em livros, peças de teatro e filmes. Seguindo Milton, quem é o censor para se achar superior ao autor de uma obra? Mas o poder concedido pelo Estado, autorizava o censor a agir dentro da lei. A censura também foi responsável por limitar a criatividade de muitos autores, que temendo terem suas obras proibidas, deixavam de escrever, de expressar alguma ideia relacionada a algum tema considerado perigoso para os governantes.

Baseando-nos nas ideias apresentadas por Milton juntamente com a ideia de seletividade apresentada por González de Gómez (1999), estabelecemos a seguinte relação: a seleção de um livro realizada por um editor tem a chancela de legitimidade, por outro lado a seleção de um livro realizada por um censor não possui nenhuma legitimidade, como demonstrado nas teses de Milton desde o século XVII. O editor, como o representante da editora, irá promover o livro que contém as ideias do autor. Conforme a editora, o livro terá maior procura, já que ela será a responsável pela entrada do livro no circuito comercial. Tudo isso é feito de forma legítima em conformidade das ideias definidas entre autor e editor. Já o censor possui o poder da censura concedido pelo Estado. O que ele faz pode ter legalidade, mas não tem legitimidade dentro de preceitos morais, pois o trabalho do autor não pode ser tolhido por uma pessoa que está defendendo os interesses dos governantes. Contudo, se o pensamento dos agentes do governo estiver inserido dentro de uma moral burguesa de corte conservadora, em um sistema autoritário, ela será aceita como adequada. O autor deve ter liberdade para expressar suas ideias e explorar todo o seu potencial criativo. Conforme Darnton (2009), o editor é o responsável por fazer acordos comerciais, estabelecer as formas como o texto será escrito e o público leitor ao qual ele se destina.

Dessa forma, o editor possui papel muito importante para que um livro tenha sucesso de vendas e aceitação por parte dos leitores. Já o censor, conforme Milton, é

aquele que não respeita a liberdade, somente a sua ideia e seus valores devem se sobressair aos do escritor. Quem dá o poder para o censor decidir se certa obra literária seria considerada atentatória à moral e aos bons costumes? Em relação ao primeiro questionamento o censor recebe legalidade através do Estado que o investe nesse cargo para desempenhar essa função. Contudo, ambas as questões nos induzem a crer que o censor se considera e é tido como alguém acima do bem e do mal, com poderes totais para opinar se um livro pode ou não ser publicado através do seu aval. Mesmo que o censor esteja agindo dentro da legalidade, as suas ações não possuem legitimidade já que não respeita as ideias de alguém que escreveu uma obra.

Ainda durante o desenvolvimento da pesquisa percebemos outro fato importante que denominamos como sendo o “desaparecimento” ou, pelo menos, a rarefação dos livros censurados durante a ditadura (em alusão aos desaparecidos políticos durante a ditadura civil-militar). Conforme os trabalhos de Lima & Lima (2010) e de Azevedo, Garcia e Freire (2021) os livros que foram censurados durante a ditadura dificilmente são encontrados novamente. Esse fato demonstra o quanto ainda precisamos pesquisar para procurar compreender os motivos que levaram a esse acontecimento. Quanto está sendo perdido para se entender o contexto em que essas obras foram censuradas, quais os motivos e qual o perigo que elas representavam? Embora já tenham sido divulgadas listas com livros censurados, ainda há dúvidas, por exemplo, se livros foram alvo de incêndio quando censurados e recolhidos por agentes da polícia política, em virtude da dificuldade de se encontrá-los.

Não previsto nos nossos objetivos, outro ponto que merece atenção após a pesquisa é o papel que o bibliotecário pode exercer com o seu trabalho. Para exemplificar, remetemos para o caso do controle dos livros na Índia realizado pelos imperialistas ingleses na pesquisa realizada por Darnton (2016). Para realizar o controle sobre a produção literária da Índia foram organizados catálogos que eram elaborados por bibliotecários. Nesse ponto destacamos a importância do trabalho do bibliotecário, que não pode se resumir a um classificador e indexador de livros. Esse caso demonstra a função política que o bibliotecário pode e deve exercer. Quando ele estiver desempenhando o papel de gestor de uma unidade informacional, ele será o responsável por realizar a seleção do material e disponibilizá-lo para os usuários. Conforme o trabalho do bibliotecário for sendo executado, ele pode ser utilizado para controlar, por exemplo, o que os usuários estão pesquisando e o Estado poderá fazer uso dessas informações para

monitorar os passos dele. É algo bem perturbador se pensarmos que esse fato pode acontecer com qualquer pessoa que frequente uma unidade de informação.

Ainda existem muitas perguntas a serem respondidas quando tratamos da censura aos livros. Pelos motivos elencados, defendemos que o tema da censura e do controle dos livros precisam ser aprofundados na CI para que outros pesquisadores produzam novos trabalhos que colaborem para o desenvolvimento da área, trazendo novos olhares, interpretações e ideias que contribuam para que censura seja vista por um número maior de pessoas para que elas tenham ciência dos malefícios que ela acarreta quando usada como um instrumento de dominação. Mais uma vez, podemos vislumbrar o duplo papel - epistemológico e político – das pesquisas em Ciências Sociais. Precisamos falar sobre arbítrio, totalitarismo, legislação de exceção, censura. O silêncio não retrata o incômodo e a falta social de diálogo e ponderação crítica. Somente o discurso pode trazer para o presente os buracos, as fogueiras e os porões criados pelos pretensos discursos do arbítrio. Estudar esses temas, descrever esses períodos é “roê-los por dentro”.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Maria Aparecida de. Mais que nunca é preciso cantar! É preciso cantar pra alegrar a cidade. **Trama Interdisciplinar**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 39-43, jan./jun. 2011. Disponível em:

<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/3965/3173>. Acesso em: 12 jul. 2022.

ARAÚJO, Carlos Eduardo. Index dos livros proibidos do bolsonarismo. **Justificando**, 14 fev. 2020. Disponível em: <http://www.justificando.com/2020/02/14/index-dos-livros-proibidos-do-bolsonarismo/>. Acesso em: 22 fev. 2020.

ARENDT, Hanna. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo; FREIRE, Stefanie Cavalcanti; GARCIA, Erick Gonçalves. O silêncio dos livros censurados pela Ditadura Militar: uma abordagem a partir da perspectiva do patrimônio bibliográfico. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 159-186, Jan./Jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/issue/view/1712/showToc>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BÁEZ, Fernando. **História Universal da Destruição dos Livros: das Tábuas Sumérias à Guerra do Iraque**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

BARROS, Leander Alfredo da Silva. O transcurso da escrita à oralidade em Platão: uma discussão acerca da argumentação dialético-platônica. **Filogênese**. Marília (SP), v.7, n.1, 2014.

BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967). **Matrizes**, São Paulo, Ano 2, n. 2, Primeiro semestre de 2009.

BRASIL. **Decreto Lei nº 1077 de 26 de janeiro de 1970**. Dispõe sobre a execução do Artigo 153, Parágrafo Oitavo, Parte Final da Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm#:~:text=DECRETA%3A,sejam%20os%20meios%20de%20comunicac%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 06 fev. 2021.

BRASIL. **Município de Esteio. Lei municipal nº 379/1962**: Cria a Biblioteca Pública Municipal "Rui Barbosa" e autoriza o poder executivo a formar convênio com o Instituto Nacional do Livro. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/e/esteio/lei-ordinaria/1962/38/379/lei-ordinaria-n-379-1962-cria-a-biblioteca-publica-municipal-rui-barbosa-e-autoriza-o-poder-executivo-a-formar-convenio-com-o-instituto-nacional-de-livro?q=379%2F1962>. Acesso em: 16 jan. 2021.

CALDAS, Álvaro. Suspensa a liquidação do acervo da Fundação Palmares. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 jun. 2021. Disponível em: <https://www.jb.com.br/columnistas/entre-realidade-e-ficcao/2021/06/1031050-suspensa-a-liquidacao-do-acervo-da-fundacao-palmares.html>. Acesso em: 28 fev. 2022.

CASTRO, César Augusto. Produção e circulação de livros no Brasil: dos jesuítas (1550) aos militares (1970). **Encontros Bibli**, Florianópolis (SC), n. 20, 2º semestre de 2005.

CENSURA. *In*: DICIONÁRIO da língua portuguesa, Lisboa: Priberam Informática. 2001. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/censura>. Acesso em: 14 ago. 2021.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Isto não é censura: a construção de um conceito e de um objeto de estudo. **Anais Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, São Paulo/SP: Intercom, 05 a 09 set. 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3448-1.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

DARNTON, Robert. **Censores em ação**: como os estados influenciaram a literatura. Tradução Rubens Figueiredo. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros**: passado, presente e futuro. São Paulo: Schwarcz, 2009.

DORNELES, Camila de Souza. **Livros infantis e a censura de 1964 a 1985 no Brasil**: raridade das enunciações. Orientadora: Marcia Heloisa Tavares de Figueiredo Lima, 2018. 74 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre (RS), 2018.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 10 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: COLTED e FENAME. **História da Educação**, Associação Sul-Riograndense de Pesquisadores em História da Educação, Porto Alegre/RS, v. 19, n. 45, 2015.

FLICK, Uwe. **Introdução a Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

GALUCIO, Andrea Lemos Xavier. **Civilização Brasileira e Brasiliense**: trajetórias editoriais, empresários e militância política. Orientadora Virginia Fontes, 2009. 319 f. il. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2009.

GARLET, Deivis Jhones. Os motivos da censura em Feliz Ano Novo, de Rubem Fonseca. **Literatura e Autoritarismo**, Santa Maria (RS), n. 14, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/18513>. Acesso em: 17 jul. 2022.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 (Coleção: As Ilusões Armadas, v. 1).

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-30, jul./dez. 1999.

HISTÓRIA sobre papel. ESPAÇO do conhecimento Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/historia-sobre-papel>. Acesso em: 15 jan. 2022.

IGREJA, Paula Ribeiro da. Censura, uma biografia: a proibição de livros no Brasil. **Ensaio Geral**, Niterói (RJ), n. 1, p. 119-143, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensaiogeral/article/view/47657>. Acesso em: 11 jul. 2022.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar**: uma reflexão. Orientador Victor Aquino Gomes Correa. 2010. 228 f.: il. Tese (Doutorado) Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LEITE, Andrea Limberto e LEITÃO, Barbara Júlia Menezello. Censura a livros nos processos do Arquivo Miroel Silveira. **Resumos XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Curitiba (PR), 4 a 7 de set. 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-3637-1.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2020.

LIMA, Marcia H. Tavares de Figueredo. Contributo para entender a Ciência da Informação. **VI Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação (ENANCIB)**. GT 1 Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação, Florianópolis (SC), n. 6, 2005.

LIMA, Kelly Pereira de Lima e LIMA, Márcia H. Tavares de Figueredo. A ordem dos livros censurados: ainda os efeitos de 64 nas coleções de bibliotecas. **XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB)**. GT 1 Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação, Salvador (BA), n. 17, 2016.

LIVRO exibido por Bolsonaro no Jornal Nacional nunca foi comprado pelo MEC. **Estadão Verifica**, São Paulo, 30 ago, 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/livro-exibido-por-bolsonaro-no-jornal-nacional-nunca-foi-comprado-pelo-mec/>. Acesso em: 17 jan. 2021.

LIVROS sob censura. **Portal Memórias da Ditadura**. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/livros-sob-censura>. Acesso em: 08 fev. 2022.

MILANESI, Luiz. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OITICICA, Ricardo. **O Instituto Nacional do Livro e as Ditaduras**: Academia Brasília dos Rejeitados. Orientadora Eliana Yunes, 1997. 277 f.: il. Tese (Doutorado) Departamento de Letras, Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, 1997.

OITO livros que sofreram tentativa de censura recentemente no Brasil. **Biblioo**, Rio de Janeiro, 13 set. 2019. Disponível em: <https://biblioo.info/oito-livros-que-sofreram-tentativa-de-censura-recentemente-no-brasil/>. Acesso em: 08 fev. 2021.

OLIVEIRA, Caroline. Veto a livros nos Estados revela "institucionalização da censura". **Brasil de Fato**, São Paulo, 14 fev. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/14/veto-a-livros-nos-estados-revela-institucionalizacao-da-censura>. Acesso em: 08 fev. 2021.

OLIVEIRA, Regiane. Censura de livros expõe “laboratório do conservadorismo” em Rondônia. **El País**, São Paulo, 07 fev. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-08/censura-de-livros-expoe-laboratorio-do-conservadorismo-em-rondonia.html>. Acesso em: 08 fev. 2021.

OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. **Censura de livros durante a ditadura militar: 1964-1978**. Orientadora Sílvia Cortez Silva, 2003. 306 f.: il. Tese (Doutorado) Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

PAGANOTTI, Ivan. **Ecos do silêncio: liberdade de expressão e reflexos da censura no Brasil pós-abertura democrática**. Orientadora Mayra Rodrigues Gomes, 2015. 342 f. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, 2015.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. **A lista negra dos livros vermelhos: uma análise etnográfica dos livros apreendidos pela polícia política no Rio de Janeiro**. 230f.il. Orientador: José Sérgio Leite Lopes. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 2010.

REIMÃO, Sandra. O livro Programa de saúde: um caso de censura durante a ditadura militar brasileira. **História, Ciências e Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20 suplemento 1, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/i/2013.v20suppl1/> Acesso em: 14 jul. 2022.

REIMÃO, Sandra. **Mercado editorial brasileiro**. São Paulo: ECA-USP, 2018.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar**. São Paulo: USP, 2011.

SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. Os censores e a legislação censória no período pós-64. **InSURgência**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 245–260, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/28835>. Acesso em: 18 jul. 2022.

SCABIN, Nara Lya Cabral. Heranças censórias: mecanismos, efeitos e significado cultural da censura a livros em momentos de ditadura e democracia. **EPTIC**, Aracaju (SE), v. 20, n. 2, mai./ ago. 2018.

SEELAENDER, Airton C. Leite. O direito de ser informado: base do paradigma moderno do direito de informação. **Revista de Direito Público**, v. 25, n. 99, p. 147-159, jul./set. 1991.

TAVARES, Mariana Rodrigues. Editando a nação e escrevendo sua História: o Instituto Nacional do Livro e as disputas editoriais entre 1937-1991. **Aedos**, Porto Alegre (RS), v. 6, n. 15, p. 164-180, jul./dez. 2014.

YAZAN, Bedrettin. Três abordagens do método de estudo de caso em educação: Yin, Merriam e Stake. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 22, p. 149-182, 2016.

Disponível em:

<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/download/1038/pdf1>.

Acesso em: 10 fev. 2021.

ANEXOS

ANEXO A - ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968

(Acaba com os direitos civis no Brasil)

ATO INSTITUCIONAL Nº 5

Art. 1º - São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições estaduais, com as modificações constantes deste Ato Institucional.

Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sitio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

§ 1º - Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 2º - Durante o período de recesso, os Senadores, os Deputados federais, estaduais e os Vereadores só perceberão a parte fixa de seus subsídios.

§ 3º - Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios que não possuam Tribunal de Contas, será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 3º - O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo único - Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.

Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único - Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em: (Vide Ato Institucional nº 6, de 1969)

I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigiada;

b) proibição de freqüentar determinados lugares;

c) domicílio determinado,

§ 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados. (Vide Ato Institucional nº 6, de 1969)

§ 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário. (Vide Ato Institucional nº 6, de 1969)

Art. 6º - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1º - O Presidente da República poderá mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregado de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2º - O disposto neste artigo e seu § 1º aplica-se, também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art. 7º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Art. 8º - O Presidente da República poderá, após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. (Regulamento)

Parágrafo único - Provada a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á sua restituição.

Art. 9º - O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas d e e do § 2º do art. 152 da Constituição.

Art. 10 - Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art. 11 - Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 12 - O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Presidente da República

ANEXO B - PORTARIA Nº 35, DE 11 DE MARÇO DE 1970

(Regulamenta o regime de co-edições pelo INL. Destaques nosso)

2340 Segunda-feira 30

DIÁRIO OFICIAL (Seção I — Parte I)

Março de 1970

1. 157, de 5 de março de 1970, e o instantâneo do Processo nº MT-3.972, de 1970, resolve:

Nº 223 — Homologar a Resolução nº 689.4-70, de 3 de março de 1970, do Conselho Nacional de Portos e Vias Navegáveis, aprovatória do Termo nº 94-69, de 4 de dezembro de 1969, no valor de NCr\$ 7.331.736,28 (sete milhões, trezentos e trinta e um mil, setecentos e trinta e seis cruzzeiros novos e vinte e oito centavos);

4º Aditivo ao Termo de Ajuste de 2º de abril de 1967, firmado entre o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis e a ECISA — Engenharia, Comércio e Indústria S.A., para a construção de um novo trecho de cais com 200 metros de extensão, e uma casa de mareagem, no Porto de Maceió, Estado de Alagoas — *Diário David Andrezza.*

DESPACHOS DO MINISTRO

Proc. 4.359-70 — Homologo a Resolução nº 16-70, de 6 de março de 1970, do Conselho Ferrovário Nacional, favorável à suspensão definitiva do tráfego e levantamento dos trilhos e benfeitorias do trecho ferroviário Pedregulho-Jaquara, com 47,367 km de extensão, integrante da linha Entrecamontes — Frauta — Uberaba, da Companhia de Estradas de Ferro. Em 19.3.70.

Proc. 305-70 — Aprova Programa de Investimento. Atendendo a disposto legal e considerando as justificativas do DNER e parecer favorável da Secretaria-Geral deste Ministério, aprovo o Programa de Investimento daquela Autarquia para 1970, com as alterações decorrentes da

aplicação do Decreto-lei nº 1.076, de 23 de janeiro de 1970 e Decreto número 66.116 da mesma data. Em 23.3.70.

Proc. 19.433-69 — Claudio Barbosa Boucinha, Taifeiro Mercante, do Loide Brasileiro, recorre ao Sr. Ministro do despacho do Diretor do Pessoal, que indeferiu o seu pedido de pagamento de 10 dias de punição que foi anulado pela Diretoria de Portos e Costas. — Indeferido, em face dos pareceres. Em 23.3.70.

O Senhor Ministro de Estado indeferiu, por falta de amparo legal, os pedidos de aposentadoria constantes dos seguintes processos:

Processo 2.875-70 — Rinaldo Franco de Camargo, Bernardino Silva e Francisco Alves

Processo 12.390-68 — Guilherme Miguel Santiago e outros.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

No processo MIC. 8.569-69, foi exarado o seguinte despacho:

“Nos termos da subdelegação de competência que me foi conferida pela Portaria SG nº 249, de 26.11.69, publicada no Diário Oficial de 31 de dezembro de 1969, reconheço a dívida de que trata o presente processo, na importância de NCr\$ 76,80 (setenta e seis cruzeiros novos e oitenta centavos), como pagamento de despesas de exercícios anteriores relativas a serviços prestados pela IBM do Brasil Indústria, Máquina e Serviços Limitada, D. A., em 13 de março de 1970. — *Tabita Caldeira de Andrade, Diretora Geral.*”

4) Gabriel Pastana, matrícula número 1.094.159, no cargo de Trabalhador, GL.402.1 (Processo número MA-010.3.409-69);

5) José de Medeiros Guedes, matrícula nº 2.232.553, no cargo de Mestre Rural, P.206.8 (Processo número MA-010.6.133-69);

6) Lourival Guimarães Bomfim, matrícula nº 1.350.366, no cargo de Porteiro, GL.302.11 B (Processo número MA-010.8.710-68);

7) Manuel Siqueira Neto, matrícula nº 1.555.077, no cargo de Trabalhador, GL.402.1 (Processo MA-010.8.574 de 1969).

d) De acordo com o artigo 101, item III, parágrafo único da Constituição da República Federativa do Brasil, a:

1) Nilza Urano de Carvalho Fontenelle, matrícula nº 1.153.019, no cargo de Auxiliar de Observador Meteorológico, P.105.6 (Processo número MA-080.2.269-69).

II — No Quadro de Pessoal — Parte Especial:

a) De acordo com o artigo 176, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, a:

1) Manoel Pereira Sarmento, matrícula nº 2.145.713, no cargo de Artífice Maquinista, A.307.6 (Processo MA-010.7.506-69);

2) Raimundo Reis Alves, matrícula nº 1.148.032, no cargo de Artífice Maquinista, A.307.6 (Processo MA-010.3.233-69).

b) De acordo com o artigo 176, item II, combinado com o artigo 184, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, a:

1) Raimundo Façanha Cruz, matrícula nº 2.147.980, no cargo de Artífice Maquinista, A.307.6 (Processo MA-010.6.326-69);

2) Raimundo Ferreira Oliveira, matrícula nº 2.147.984, no cargo de Operário Rural, P.207.6 (Processo MA-010.6.723-69);

3) Justino Soares Nogueira, matrícula nº 2.145.596, no cargo de Feitor, GL.401.5 (Processo MA-010.6.321 de 1969);

e) De acordo com o artigo 101, item III parágrafo único da Constituição da República Federativa do Brasil, a:

1) Lucia Vasques Silva, matrícula nº 1.245.645, no cargo de Professor Auxiliar do Ensino Primário, EC.516.7 (Processo MA-010.6.324 de 1969);

2) Zilk.h Faria Teixeira, matrícula nº 1.151.646, no cargo de Oficial de Administração, AF.201.14.B (Processo MA-010.16.841-58). — *L. F. Cirne Lima*

PORTARIAS DE 23 DE MARÇO DE 1970

O Ministro de Estado da Agricultura, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 143 — Designar o Engenheiro Agrônomo, TC-101.21-B, Maurício Cantalice de Medeiros, para, sem prejuízo de suas atribuições de Delegado Federal de Agricultura no Estado do Rio de Janeiro, responder pela Diretoria Estrutural deste Ministério, no Estado de Minas Gerais, até ulterior deliberação.

Nº 144 — Designar Gisela de Castro Silva, para exercer as funções de Auxiliar do seu Gabinete, prevista na Tabela Analítica aprovada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e publicada no Diário Oficial de 28 de abril de 1969, percebendo mensalmente a importância de NCr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros novos), a título de Gratificação para Representação de Gabinete. — *H. F. Cirne Lima.*

PORTARIA Nº 78, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1970

Retificação

Na publicação feita no Diário Oficial — Seção I — Parte I, de 25 de fevereiro de 1970, página 1.424, 2ª coluna, onde se lê:

“... Escrevente-Datilógrafa, nível 1...”

Leia-se:

“... Escrevente-Datilógrafa, nível 7...”

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 3 DE MARÇO DE 1970

C. Ministro de Estado da Agricultura, usando da atribuição que lhe confere o artigo 1º, alínea “a” do Decreto nº 69.740, de 23 de maio de 1965, resolve:

Nº 93 — Conceder aposentadoria:

I — No Quadro de Pessoal — Parte Permanente — deste Ministério:

a) De acordo com o artigo 176, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, a:

1) Américo Rossi, matrícula número 308.553, no cargo de Trabalhador, GL.402.1 (Processo MA.010.7331 de 969);

2) Angenor Ogeda, matrícula número 1.151.805, no cargo de Mestre, A.1.801.14.B (Processo MA-010.2986 de 968);

3) João Cândido dos Santos, matrícula nº 1.255.159, no cargo de Guarda, GL.203.8.A (Processo MA 010-6.455-69);

4) José Firmino de Oliveira, matrícula nº 1.353.041, no cargo de Auxiliar de Inspeção Sanitária e Rural, P.211.8 (Processo MA-010.4.399-69);

5) João Luiz Osório, matrícula número 1.361.695, no cargo de Auxiliar de Portaria, GL.305.8.B (Processo MA-010-3.462-69);

6) João Syrozinski, matrícula número 1.361.672, no cargo de Traba-

hador, GL.402.1 (Processo MA-010.15.916-68);

7) Manoel Leitão de Albuquerque, matrícula nº 1.281.596, no cargo de Mestre Rural, P.206.8 (Processo MA-010.7.675-69);

8) Milton Martins de Andrade, matrícula nº 1.284.921, no cargo de Mestre Rural, P.206.8 (Processo MA-010.7.539-69);

9) Severino Raimundo da Cruz, matrícula nº 1.380.016, no cargo de Trabalhador, GL.402.1 (Processo número MA-010-6.208-69).

b) De acordo com o artigo 176, item II, combinado com o artigo 184, item I, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, a:

1) Alvaro Lima dos Santos, matrícula nº 1.084.200, no cargo de Motorista, CT.401.8.A (Processo MA-010-3.260-69);

2) José Xavier Montenegro, matrícula nº 1.379.833, no cargo de Classificador de Produtos Animais e Vegetais, P.602.12.A (Processo número MA-010.6.306-69).

c) De acordo com o artigo 176, item II, combinado com o artigo 184, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, a:

1) Alcides Pereira de Sousa, matrícula nº 1.645.025, no cargo de Eletricista Instalador, A.802.12.D (Processo MA-010.13.666-69);

2) Camilo Corrêa, matrícula número 1.097.043, no cargo de Agente de Proteção aos Índios, P.1.802.6.3 (Processo MA.010.10.556-68);

3) Euridice Santos, matrícula número 1.371.322, no cargo de Observador Meteorológico, P.104.12-B (Processo MA-010.7.993-69);

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 11 DE MARÇO DE 1970

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, no uso das suas atribuições, e

Considerando a necessidade de proporcionar melhor acervo as bibliotecas brasileiras mediante seleção de livros de real valor cultural;

Considerando a necessidade de forma direta e objetiva, para o barateamento do livro e colocá-lo ao alcance de maior número de leitores; e

Considerando, ainda, outros aspectos da problemática do livro brasileiro e a conveniência de dotar o Instituto Nacional do Livro de condições materiais para as soluções cabíveis, resolve:

Nº 35 — Determinar que os recursos do Instituto Nacional do Livro, destinados à aquisição de obras para doações a bibliotecas sediadas em todo o território nacional, sejam integralmente aplicados em condições entre o Instituto Nacional do Livro e editoras nacionais, mediante Convênio, objetivando o barateamento do preço de venda do livro.

Em nenhuma hipótese, o Instituto Nacional do Livro celebrará Convênio, diretamente, com autores, os quais poderão, não obstante, submeter seus originais diretamente ao órgão para exame.

O regime de coedição a que se refere esta Portaria obedecerá às seguintes instruções:

a) somente poderão celebrar Convênio com o Instituto Nacional do Livro as editoras legalmente estabelecidas e com sede no território nacional;

b) o Instituto Nacional do Livro poderá celebrar Convênio com uma ou mais editoras para a coedição da mesma obra;

c) a editora interessada submeterá o original, na sua forma definitiva, ao Instituto Nacional do Livro que, ouvida sua Comissão de Leituras e Aquisição, na área de sua competência, o aceitará ou recusará submetendo-o na primeira hipótese, ao exame da Seção de Publicações.

“O aceto preliminarmente o original o editor deverá encaminhar ao Instituto Nacional do Livro todos os dados referentes ao custo da edição, inclusive direitos autorais, tiragem, dis-

(* Nota do SPb. — Republiada por erro com omissão no Diário Oficial de 10 de março de 1970.

tribuição, etc. bem como afixação do preço final de venda da obra impressa. A Seção de Publicações de posse desses dados emitirá parecer conclusivo;

e) à vista de parecer favorável da Seção de Publicações, o Instituto Nacional do Livro firmará Convênio com a editora, estabelecendo o prazo para a publicação, que não poderá exceder de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da assinatura do Convênio, salvo em casos especiais;

f) o Instituto Nacional do Livro adquirirá, pelo menos, um quinto da edição, que não poderá ser inferior a 5.000 (cinco mil) exemplares. A iniciativa de cedição poderá partir do Instituto Nacional do Livro, caso em que terá prioridade sobre as demais, constantes de proposta recebida das editoras.

O Convênio prende-se à primeira edição da cedição da obra; a reedição de cedição será celebrada mediante novo Convênio, se convier ao Instituto Nacional do Livro.

Nas obras publicadas, em regime de cedição, será obrigatória, na folha de rosto, a menção de que a obra foi editada em Convênio com o Instituto Nacional do Livro, bem como, no verso da segunda capa, a do preço de venda ao público.

No caso de edição ou reedição de obras caídas em domínio público, os termos do Convênio de cedição serão previamente estudados, em caráter especial, pela Comissão de Leitura e Aquisição de Livros do INL.

o INL ficará assegurado o desconto de 40% (quarenta por cento) sobre o preço da capa de obras editadas em regime de cedição.

Em nenhuma hipótese, o Convênio celebrado com uma editora, poderá ser transferido a outra, mesmo associada.

As obras de autores nacionais terão preferência no regime de cedição estabelecido nesta Portaria. — *Jarbas G. Passarinho*

PORTARIA DE 12 DE MARÇO DE 1970

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais, resolve:

№ 38 — Delegar competência ao Dr. Jefferson Machado de Góes Soares para representar o Ministério da Educação e Cultura na assinatura dos saques vinculados aos contratos de compra e venda com financiamento, e respectivos Termos Aditivos, de equipamentos e materiais destinados a Universidades e Escolas de Ensino Superior, celebrados, respectivamente, com *Metimpex Hungariam Trading Company for Instruments, Budapest, Hungria* no valor de ... US\$ Hung. 10.000.000,00 (dez milhões de dólares) a *Deutsche Exportund Importgesellschaft Feinmechanik-Optik G.M.bH, Berlim, República Democrática Alemã* no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares).

Revogar a portaria n.º 3.071, de 23 de fevereiro de 1970, publicada no *Diário Oficial* de 24-2-1970. — *Jarbas G. Passarinho*

PORTARIA DE 17 DE MARÇO DE 1970

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, tendo em vista o disposto nos artigos 48 e 49 da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1960, e visando à regularização da situação dos professores formados pelos Conservatórios de Música classificados como estabelecimentos de ensino médio técnico, resolve:

№ 3.118 — Art. 1.º Fica o Instituto Villa-Lobos, da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara, autorizado, como órgão competente do Ministério, a proceder ao registro de professor de disciplinas específicas dos cursos ginasial e colegial técnicos de Música.

Art. 2.º A atribuição conferida pelo artigo anterior ao referido Instituto poderá ser pelo mesmo delegada.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrário. — *Jarbas G. Passarinho*

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Despacho do Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no requerimento em que *Walter Alves Monteiro*, responsável pela *Barbearia*, denominada *Salão Guarã*, a ser instalada na loja sita na Rua Reitor Azevedo Amaral, nº 22, propriedade da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, solicita autorização para seu funcionamento naquele local. — Por se tratar de pretensão visando a dar utilização comercial a uma parte de monumento tombado que acaba de ser reconstruído com a assistência técnica desse órgão e com auxílio financeiro do poder público, em virtude de incêndio motivado pela inadequada utilização do monumento em passado próximo, e tendo em vista ser competência da DEPHAN promover as medidas de proteção aos bens tombados (artigo 2º inciso III, do Decreto-lei nº 8.534 de 2.1.46 e artigo 1º, inciso III do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 20.303 da mesma data), deixo de conceder a autorização pleiteada pelo Sr. *Walter Alves Monteiro* para instalar uma barbearia na loja nº 22 do prédio em causa. — Em 25 de fevereiro de 1970. — *Renato Soeiro*

DIRETORIA DO ENSINO SUPERIOR

DESPACHOS DO DIRETOR

№ 17.47787 — *Maria Genny Cysne Marques* — Indeferido em face às informações de fls.

№ 26.613-69 — *José Carlos Brandi Aleixo* — De acordo. A reavaliação é necessária a não ser nos casos especiais em que o interessado não se enquadra.

№ 8.24 2.638-69 — *Ritva Yara Cecile Elisabeth Kanervo* — Indeferido nos termos das informações acima.

№ 8.24 004.459-69 — *Athyde Pucinelli* — Indeferido, louvando-me nas informações anteriores, inclusive com relação ao processo nº 49.191-46.

№ 251.867-69 — *Neyd Cleiry Martinho Helcias* — Indeferido. Dirija-se a interessada à Escola.

№ 26.943-49 — *Modesto Mário Strini* — Indeferido, louvando-me na informação de fls.

№ 269.680-69 — *Moacyr Machado Barbosa* — Indeferido, nos termos das informações supra.

№ 8.24 005.179-69 — *João de Almeida Raposo* — Indeferido por carcer o requerente de amparo legal.

№ 8.24 006.846-69 — *Rubens Bittencourt* — De acordo. Indeferido.

№ 8.24 005.723-69 — *Sylvio Valente Simões* — De acordo. Indeferido.

№ 8.24 457-70 — *Asdiberto de Castro Seixas* — De acordo. Indeferido.

№ 8.24 968-70 — *Maria Carolina da Silva* — De acordo. Indeferido.

№ 204.210-70 — *Luz do Céu Baptista* — De acordo. Indeferido.

№ 8.24 718-70 — *Neyses Caldeira Santos* — De acordo. Indeferido.

№ 8.24 450-70 — *Nicodemos Teixeira Alves* — De acordo. Indeferido.

№ 8.24 637-70 — *Kazuka Yamashita* — De acordo. Indeferido.

№ 8.24 5.451-69 — *Paulo Roberto Braga de Carvalho* — De acordo. Indeferido.

№ 8.24 564-70 — *Vânia Fabris Calvacante* — De acordo. Indeferido.

№ 276.614-69 — *Elza Bastos* — Indeferido por ter sido requerido fora do prazo.

8-24 177-70 — *José Pedro Filho* — De acordo. Indeferido.

№ 8-24 561-70 — *José Alfredo Tabris* — De acordo. Indeferido.

№ 8-24 5.664-69 — *Flórida Júlia Meyer* — De acordo. Indeferido.

№ 8-24 741-70 — *Helena Valentina Gomes* — Indeferido nos termos das informações.

№ 5.474-69 — *Anne Marie Speyer* — Nos termos da Portaria nº 7 de 1964 da DESU, o diploma, depois de devidamente revalidado, deverá ser registrado na Universidade Federal que corresponda.

№ 8-24-633-70 — *Waldomiro Freire* — De acordo. Indeferido. DESU, 3.3.70.

№ 8-24-633-70 — *Jorge Valentim* — De acordo. Indeferido. DESU, 3.3.70.

№ 8-24-634-70 — *Nilza Ferraz de Oliveira* — De acordo. Indeferido. ... DESU, 3.3.70.

№ 89-24-635-70 — *Firminia Resende Dal Pogetto* — De acordo. Indeferido. DESU, 3.3.70.

8-24-638-70 — *Yukie Kawal* — De acordo. Indeferido. DESU, 3.3.70.

№ 8-24-655-70 — *Benedicto Felipe da Silva* — De acordo. Indeferido. ... DESU, 3.3.70.

8-24-659-70 — *Mizuyo Yoshida* — De acordo. Indeferido. DESU, 3.3.70.

№ 8-24-656-70 — *Nilde Montes Torres* — De acordo. Indeferido. DESU, 3.3.70.

№ 8-24-663-70 — *Luiz Martins da Silva* — De acordo. Indeferido. DESU, 3.3.70.

№ 5.671-69 — *Milzen Tamar Gaeta Secca* — De acordo. Indeferido por ter sido o requerimento feito fora do prazo previsto na Lei nº 5.276, art. 11 de 24.4.1967.

DESPACHO DA DIRETORIA

№ 8-24-736-70 — *Luis Carlos Alexandrelli* — Indeferido por não se tratar de curso reconhecido de nível superior.

№ 8-24-636-70 — *Francisco Domingues* — Indeferido por não se tratar de curso de nível superior.

№ 8-24-563-70 — *Antônio Fabris* — Indeferido por não se tratar de curso reconhecido de nível superior.

№ 8-24-562-70 — *Leiba Dumora-Fabris Bonetti* — Indeferido por não se tratar de curso de nível superior ... DESU, 3.3.70.

№ 8-24737-70 — *Oriando da Silva* — Indeferido por não se tratar de curso reconhecido de nível superior.

№ 8-24-866-70 — *Bruno Olavo Pungarink* — Junta documento hábil no qual se verifiquem os dados individuais do diplomado.

№ 253.966-69 — *Milton Pinto Guimarães* — O diploma deverá ser registrado na Retoria da Univ. Federal da Bahia.

№ 263.828-69 — *Aristeu Geraldo Cactano* — Há grande divergência en-

tre o texto do diploma e o currículo escolar. Compareça a DESU para prestar esclarecimentos.

№ 10.065-67 — *Eny Caldas Fonseca* — Nos termos do despacho de 13 de fevereiro corrente indefiro por não se tratar de curso de graduação.

№ 8-24-5783-69 — *Alexandre Tomaz da Silva* — Preliminarmente, junta cópia autêntica dos pareceres que menciona.

№ 8-24-5.323-69 — *José Antônio Carnicer Jorge* — O diploma foi registrado na então Universidade do Brasil em 12 de março de 1962.

Tal registro nos termos do Decreto nº 48.938 de 14 de setembro de 1960, publicado no *Diário Oficial* da mesma data, tem o mesmo valor legal que os registros efetuados nesta Diretoria.

№ 8-24-6.032-69 — *Sarah Flacks* — Tratando-se de curso realizado no estrangeiro a interessada deve, preliminarmente revalidá-lo em estabelecimento congênera.

№ 8-24-461-70 — *Antônio Cardoso Pinho* — Dirija-se ao órgão que detiver o arquivo da Faculdade.

№ 8-24-6.004-69 — *Antônio Castro Lyrio de Almeida* — Nos termos do Decreto-lei 421 de 11.5.38, prova o funcionamento legal da Faculdade mencionada.

№ 8-24-5.976-69 — *Gilmar Fuks Campos* — Junta documento hábil no qual se possam extrair os dados individuais do interessado.

№ 8-24-4.180-69 — *Walter da Silva Gouvêa* — Apresente certidão de nascimento ou fotocópia da carteira de identidade, e faça constar do diploma em apostila assinada pelas autoridades militares a filiação local e data de nascimento do interessado.

№ 8-24-472-70 — *Adaucto Nogueira Borges* — Nos termos do despacho ministerial publicado no *Diário Oficial* de 5.11.63 já está o requerente autorizado a procurar qualquer Faculdade de Odontologia integrante da Universidade onde mediante comprovação da realização do curso validar o seu diploma.

№ 8.0 5544-69 — *Manuel Fernandes Paisana Granja* — Apresente os originais dos seguintes documentos, devidamente legalizados:

a) diploma;

b) currículo do curso superior;

c) prova de conclusão do curso secundário (liceal);

d) provas de identidade, sanidade e idoneidade.

№ 23.866-65 — *Miguel Petreire e outros* — Não consta nesta Diretoria o ofício mencionado pelo interessado.

№ 219.033-68 — *Luiz Sampaio Pena* — Preliminarmente, junta prova de realização do curso secundário completo em estabelecimento oficial ou reconhecido pelo Governo Federal.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 24 DE MARÇO DE 1970

O Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, de acordo com a Tabela de Gratificação pela Representação de Gabinete, organizada nos termos do Decreto nº 64.238-69, publicada no *Diário Oficial* de 12-5-69, página 4.026 (MTPS-302.855-66 — PR-12.049-65), resolve:

№ 3.194 — Designar *Sônia Maria Peregrino Bloomfield* para exercer a Função de Auxiliar de seu Gabinete, com a gratificação mensal de NCr\$ 250,00, acrescida de 30%, por se tratar de pessoa sem vínculo com o serviço público.

PORTARIA DE 25 DE MARÇO DE 1970

O Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições, e

Considerando que nos termos do art. 7º do Decreto-lei nº 391, de 30 de dezembro de 1968, as residências funcionais em Brasília estão vinculadas ao exercício transitório de cargos e funções de confiança do Ministro de Estado, que não impliquem na fixação de residência permanente no Distrito Federal;

Considerando que a escolha dos titulares desses cargos ou funções poderá recair sobre pessoas que não sejam servidores do Ministério ou que não estejam vinculadas ao serviço público;

ANEXO C - LEI Nº 5.543, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1968

(Altera a Lei nº 5.353, de 8 de novembro de 1967, que dispõe sobre a criação, no Ministério da Educação e Cultura, de 9 (nove) Prêmios Literários Nacionais. Somente alguns artigos).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 6º e 7º da Lei número 5.353, de 8 de novembro de 1967, que dispõe sobre a criação, no Ministério da Educação e Cultura, de 9 (nove) Prêmios Literários Nacionais, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 6º Os Prêmios Literários Nacionais para Obras Publicadas terão, cada um dotação equivalente a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 7º Os Prêmios Literários Nacionais para Obras Inéditas terão dotação em valor correspondente a 40 (quarenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.”
(Destques nosso)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de novembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República

A. Costa e Silva

Presidente da República

ANEXO D - LEI Nº 4.483, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1964.

(Reorganiza o departamento federal de Segurança Pública. Estabelece a censura oficialmente e cria os cargos de censor, bibliotecário e tradutor entre outros. Somente o primeiro artigo foi reproduzido).

Art. 1º Ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), com sede no Distrito Federal, diretamente subordinado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, dirigido por um Diretor-Geral, nomeado em comissão e da livre escolha do Presidente da República, compete, em todo território nacional:

- a) a superintendência dos serviços de Polícia marítima, aérea e de fronteiras;
- b) a fiscalização nas fronteiras terrestres e na orla marítima;
- c) a apuração, com a cooperação dos órgãos competentes do Ministério da Fazenda e em colaboração com as autoridades dos Estados, dos ilícitos penais praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses da União;
- d) a apuração em colaboração com as autoridades dos Estados, dos crimes que, por sua natureza, características ou amplitude transcendam o âmbito de uma unidade federada ou que, em virtude de tratados ou convenções internacionais, o Brasil se obrigou a reprimir;
- e) a investigação e apuração, em colaboração com as autoridades dos Estados de crimes praticados contra agentes federais, no exercício de suas funções;
- f) censura de diversões públicas, em especial, a referente a filmes cinematográficos, quando transponham o a âmbito de um Estado; (**Destaque nosso**)
- g) a execução em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física do Presidente da República, de Diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial;

TABELAS DE CARGOS

CARGOS SERVIÇO: EDUCAÇÃO E CULTURA

Grupo Ocupacional - EC-100 - Biblioteca			
Nº de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
2	Bibliotecário "B" (*)	EC-101-20-B	
4	Bibliotecário "A"(*)	EC-102-19-A	

Grupo Ocupacional - P-2200 - Tradutor			
Nº de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Acesso
4	Tradutor "B"	P-2201-16-B	
6	Tradutor "A"	P-2201-14-A	

SERVIÇO: POLÍCIA FEDERAL

Grupo Ocupacional - PF-100 - Censura Federal					
Nº de Cargos	Série de Classe ou Classes	Código	Nível	Acesso	Qualificação
7	Censor Federal "B"	PF-101-18-B	18	Inspetor de Polícia Federal "A"	Curso Colegial
13	Censor Federal "A"	PF-101-17-A	17		

ANEXO E - DECRETO-LEI Nº 1.077, DE 26 DE JANEIRO DE 1970

(Regulamenta a censura oficial aos livros)

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Parágrafo único. O Ministro da Justiça fixará, por meio de portaria, o modo e a forma da verificação prevista neste artigo.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º deste Decreto-lei.

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal:

I - A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação com o mínimo de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos);

II - À perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados a sua custa.

Art. 6º O disposto neste Decreto-Lei não exclui a competência dos Juízes de Direito, para adoção das medidas previstas nos artigos 61 e 62 da Lei número 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

Art. 7º A proibição contida no artigo 1º deste Decreto-Lei aplica-se às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão.

Parágrafo único. O Conselho Superior de Censura, o Departamento de Polícia Federal e os juizados de Menores, no âmbito de suas respectivas competências, assegurarão o respeito ao disposto neste artigo.

Art. 8º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO F - LEI Nº 5.536, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1968

(Lei da Censura no Brasil. Somente alguns artigos foram reproduzidos)

Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências.

Art. 1º A censura de peças teatrais será classificatória, tendo em vista a idade do público admissível ao espetáculo, o gênero deste e a linguagem do texto, com as exceções previstas nesta Lei.

§ 1º Os espetáculos teatrais serão classificados como livres e impróprios ou proibidos para menores de 10 (dez), 14 (quatorze), 16 (dezesesseis) ou 18 (dezoito) anos.

§ 2º A classificação de que trata este artigo constará de certificado de censura e de qualquer publicidade pertinente ao espetáculo, e será afixada em lugar visível ao público, junto à bilheteria.

§ 3º A classificação obedecerá a critérios a serem especificados em regulamento, dando ao público, tanto quanto possível, a idéia geral do mesmo.

Art. 2º Não se aplica o disposto no artigo anterior, salvo quanto a seus §§ 1º e 2º às peças teatrais que, de qualquer modo, possam:

I - atentar contra a segurança nacional e o regime representativo e democrático;

II - ofender à coletividades ou às religiões ou incentivar preconceitos de raça ou luta de classes; e

III - prejudicar a cordialidade das relações com outros povos.

Parágrafo único. A censura às peças teatrais, que incidam em quaisquer das restrições referidas neste artigo, observado o disposto no § 1º do art. 8º, continua a ser regulada pela legislação anterior, quanto à sua reprovação, parcial ou total, não podendo a autoridade fazer substituições que importem em aditamento ou colaboração.

Art. 3º Para efeito de censura classificatória de idade, ou de aprovação, total ou parcial, de obras cinematográficas de qualquer natureza levar-se-á em conta não serem elas contrárias à segurança nacional e ao regime representativo e democrático, à ordem e ao decôro públicos, aos bons costumes, ou ofensivas às coletividades ou as religiões ou, ainda, capazes de incentivar preconceitos de raça ou de lutas de classes.

Art. 14. Fica alterada para Técnico de Censura a denominação das classes integrantes da atual série de Classes de Censor Federal, Código PF-101, do Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal.

§ 1º Para o provimento de cargo de série de Classes de Técnico de Censura, observado o disposto no artigo 95, § 1º da Constituição, é obrigatória a apresentação de diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso superior de Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia ou Psicologia.

§ 2º É ressalvada a situação pessoal dos atuais ocupantes de cargos da série de classes de Censor Federal. **(Destques nosso)**

§ 3º É assegurada preferência, para promoção aos cargos da classe B, Nível 18, da série de classes de Técnicos de Censura, aos ocupantes de cargos de classe A, nível 17, da mesma série, portadores de diplomas dos cursos a que se refere êste artigo.

Art. 15. Fica instituído o Conselho Superior de Censura (CSC), órgão diretamente subordinado ao Ministério da Justiça.

A. COSTA E SILVA

Presidente da República

ANEXO G - PARECER NEGATIVO DA CENSURA A UM LIVRO DA AUTORA
CASSANDRA RIOS



SERVICO PÚBLICO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

PARECER, nº 1711

CONTEÚDO: LIVRO
TÍTULO: " COMEÇARNA POSTO 6 " A MADRASTA.
AUTORA: CASSANDRA RIOS
EDITORA: MUNDO MUSICAL LIMITADA
CLASSIFICAÇÃO: V E T A D A

O livro da senhora Cassandra Rios é um romance sobre uma jovem lésbica, suas conquistas e seu ambiente familiar. Suas atitudes são referendadas como a causa de seu desajuste. Mensagem negativa, psicologicamente falsa em certos aspectos de relacionamento, nociva e deprimente principalmente pela conquista lésbica da heroína junto à madrasta e o duplo suicídio final.

À página 200,201, 202 a autora tenta com injustificadas citações Bíblicas subverter conceitos morais em uma infeliz sub literatice para justificar o tema a que se propôs. O poder econômico é, também um fatal coator, segundo ela, das anomalias a que se compraz em relatar.

Enquadramos, pois, o compendio em o Dec. Lei 1077 de 1970. V E T A D O.

ANEXO H - PARECER NEGATIVO DE UM CENSOR AO LIVRO "FELIZ ANO NOVO"



MINISTÉRIO DA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

PARECER Nº 594 176

TÍTULO: "FELIZ ANO NOVO"

CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA: NÃO LIBERAÇÃO

Obra literária

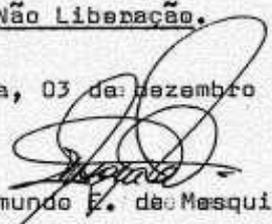
O presente livro de Rubem Fonseca, publicado pela Editora Artenova S.A., estabelecida à Rua Prefeito Olímpio de Melo, número 1774, São Cristóvão - RJ., reunindo vários contos autônomos do referido autor, retrata, em quase sua totalidade, personagens portadores de complexos, vícios e taras, com o objetivo de focar a face obscura da sociedade na prática da delinquência, suborno, latrocínio e homicídio, sem qualquer referência a sanções.

O autor utilizou-se de uma linguagem bastante popular onde a pornografia foi largamente empregada, como pode ser constatado nas 35 páginas assinaladas.

Por outro lado, nas páginas 31, 139 e 141, são feitas rápidas alusões desmerecedoras aos responsáveis pelo destino do Brasil e ao trabalho consócio.

Ao nosso ver a presente obra vai de encontro ao que determina o Decreto-Lei nº 1.077, no seu art. 1º, e, deste modo, opinamos pela Não Liberação.

Brasília, 03 de dezembro de 1976


Raymundo E. da Mesquita

*Ai considerações
do Sr. Dir. da D.C.P.F.
Em 06/12/76
Paulo
Joviana - Assessor Píh.
Assistente - D.C.P.F.*

ANEXO I - LEI Nº 7.505, DE 2 DE JULHO DE 1986.

(Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Ficou conhecida como Lei Sarney. Somente 2 artigos foram reproduzidos).

Art. 1º. O contribuinte do imposto de renda poderá abater da renda bruta, ou deduzir com despesa operacional, o valor das doações, patrocínios e investimentos inclusive despesas e contribuições necessárias à sua efetivação, realizada através ou a favor de pessoa jurídica de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos, cadastrada no Ministério da Cultura, na forma desta Lei. Ver tópico (7 documentos)

§ 1º Observado o limite máximo de 10% (dez por cento) da renda bruta, a pessoa física poderá abater:

I - até 100% (cem por cento) do valor da doação;

II - até 80% (oitenta por cento) do valor do patrocínio;

III - até 50% (cinquenta por cento) do valor do investimento.

§ 2º O abatimento previsto no § 1º deste artigo não está sujeito ao limite de 50% (cinquenta por cento) da renda bruta previsto na legislação do imposto de renda.

§ 3º A pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido, valor equivalente à aplicação da alíquota cabível do imposto de renda, tendo como base de cálculo:

I - até 100% (cem por cento) do valor das doações;

II - até 80% (oitenta por cento) do valor do patrocínio;

III - até 50% (cinquenta por cento) do valor do investimento.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior observado o limite máximo de 2% (dois por cento) do imposto devido, as deduções previstas não estão sujeitas a outros limites estabelecidos na legislação do imposto de renda.

§ 5º Os benefícios previstos nesta Lei não excluem ou reduzem outros benefícios ou abatimentos e deduções em vigor, de maneira especial as doações a entidades de utilidade pública feitas por pessoas físicas ou jurídicas.

§ 6º Observado o limite de 50% (cinquenta por cento) de dedutibilidade do imposto devido pela pessoa jurídica, aquela que não se utilizar, no decorrer de seu período-base, dos benefícios concedidos por esta Lei, poderá optar pela dedução de até 5% (cinco por

cento) do imposto devido para destinação ao Fundo de Promoção Cultural, gerido pelo Ministério da Cultura.

Art. 2º. Para os objetivos da presente Lei, no concernente a doações e patrocínio, consideram-se atividades culturais, sujeitas a regulamentação e critérios do Ministério da Cultura:

I - incentivar a formação artística e cultural mediante concessão de bolsas de estudo, de pesquisa, e de trabalho, no Brasil ou no exterior a autores, artistas e técnicos brasileiros, ou estrangeiros residentes no Brasil;

II - conceder prêmios a autores, artistas técnicos de arte, filmes, espetáculos musicais e de artes cênicas, em concursos e festivais realizados no Brasil;

III - doar bens móveis ou imóveis, obras de arte ou de valor cultural a museus, bibliotecas, arquivos, e outras entidades de acesso público, de caráter cultural, cadastradas no Ministério da Cultura;

IV - doar em espécies às mesmas entidades;

V - editar obras relativas às ciências humanas, às letras, às artes e outras de cunho cultural;
(Destques nosso)

VI - produzir discos, vídeos, filmes e outras formas de reprodução fono-videográficas, de caráter cultural; Ver tópico

VII - patrocinar exposições, festivais de arte, espetáculos teatrais, de dança, de música, de ópera, de circo e atividades congêneres;

VIII - restaurar, preservar e conservar prédios, monumentos, logradouros, sítios ou áreas tombadas pelo Poder Público Federal Estadual ou Municipal.